UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENATA COSTA DE BARROS

QUESTÃO AGRÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE:
A Territorialização da Luta Camponesa no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB

JOÃO PESSOA/PB
FEVEREIRO DE 2022

RENATA COSTA DE BARROS

QUESTÃO AGRÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE:
A Territorialização da Luta Camponesa no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia no Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Profº Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.
Linha de Pesquisa: Campo e Cidade

JOÃO PESSOA/PB
FEVEREIRO DE 2022

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B277q Barros, Renata Costa de.
Questão agrária em tempos de golpe : a territorialização da luta camponesa no assentamento Florestan Fernandes - Pilões/PB / Renata Costa de Barros. - João Pessoa, 2022.
153 f. : il.

Orientação: Marco Antonio Mitidiero Junior.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Assentamento Florestan Fernandes. 2. Territorialização. 3. Reforma agrária. I. Mitidiero Junior, Marco Antonio. II. Título.

UFPB/BC CDU 911.37(043)

Elaborado por WALQUELINE DA SILVA ARAUJO - CRB-15/514

QUESTÃO AGRÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE:
A Territorialização da Luta Camponesa no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB

Renata Costa de Barros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovada pela banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior – Orientador

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Profª. Drª. Amanda Christinne Nascimento Marques

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)

JOÃO PESSOA/PB
FEVEREIRO DE 2022

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo que por meio da produção camponesa retiram da terra o alimento de cada dia e as condições para criar e educar seus filhos. Em especial, dedico este trabalho aos meus pais, Rozinete Costa de Barros e Severino Benevenuto de Barros, que por meio da lida no campo e do sustento retirado da terra, foram capazes de proporcionar as suas três filhas o acesso à educação básica e superior, bem como a oportunidade de trilhar caminhos sempre guiados pela consciência plena de nossas origens.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde, coragem, força e perseverança que me concede todos os dias para que eu trilhe os caminhos que me levam aos meus objetivos.

Aos meus pais, Rozinete Costa e Barros e Severino Benevenuto de Barros pela criação que me deram e por sempre incentivarem minhas escolhas. Por terem feito tanto, e muitas vezes mais do que podiam para contribuir com os meus estudos e com a minha formação acadêmica. Por terem sido o meu conforto e motivação todas as vezes que recebi um "não".

As minhas irmãs, Rosângela Costa de Barros e Rayane Costa de Barros, por me ajudarem nos pequenos e grandes detalhes que sempre fizeram a diferença na minha vida, sobretudo após a minha saída de casa.

Aos meus amados sobrinhos, Luiz Rennan Barros de Mendonça, Anthony Rafael Barros da Silva e Ruan Felipe Barros da Silva, por serem meu ânimo e motivação, e porque não dizer meu combustível para seguir em busca de uma sociedade e de um futuro melhor.

A Universidade Estadual da Paraíba, que foi a minha primeira casa acadêmica, onde tive a oportunidade de iniciar minhas experiências com a geografia e com a carreira de professora. Onde tive o gosto de conhecer professores incríveis, dentre os quais quero destacar o querido e tão saudoso Carlos Belarmino que tanto quis me ver no mestrado.

Aos professores Belarmino Mariano Neto, Edvaldo Carlos de Lima, Leandro Paiva do Monte Rodrigues e Ana Carla dos Santos Marques, por todo apoio e orientações que me deram durante as experiências em monitoria, iniciação científica e grupos de pesquisa e especialização na UEPB.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro que custeou parte significativa da minha estadia no mestrado, que custeou minha pesquisa e que me possibilitou a conclusão do mestrado sem a necessidade de conciliar estudo e trabalho. É uma pena presenciar os ataques contínuos do atual governo às agencias e instituições de apoio ao ensino superior, à pesquisa e a extensão, pois assim com eu, milhares de estudantes precisam desse apoio financeiro para permanecer na universidade, fazer pesquisa e contribuir com a ciência do país. A Capes, meu agradecimento e meu desejo de fortalecimento, liberdade e autonomia para seguir investindo na pós-graduação e na ciência.

A Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por todas as experiências e conhecimentos partilhados sob a orientação de excelentes professores durante o mestrado na companhia dos amigos e colegas da turma 2019. É

gratificante saber que realizei o sonho de fazer o mestrado nessa instituição e nesse programa, onde a geografia agrária é tão bem representada por professores altamente qualificados.

Ao professor Marco Antonio Mitidiero Junior, meu orientador nesta pesquisa, por todas as contribuições nos estudos de geografia e geografia agrária, pelas aulas e orientações carregadas de conhecimento e aprendizado, e pela dedicação em formar geógrafos(as) e professores conscientes da importância histórica do campesinato na construção da sociedade.

Aos companheiros de vida durante a jornada do mestrado, Alexandre Araújo, André Luiz, Cristiana Duarte, Dannielly Viana, Débora Dantas e Ruan Carlos, pelas conversas, pelo apoio mútuo, pelos medos e anseios partilhados e por todos os sorrisos e abraços doados.

Aos amigos Dioclécio Santos, Igor Silva, Jonas Rafael e Ruan Carlos por me auxiliarem nos trabalhos de campo que deram base aos dados apresentados nessa pesquisa. Essa ajuda foi imprescindível para o cumprimento das etapas de aplicação dos questionários e das entrevistas, tendo em vista todas as dificuldades de acesso ao objeto de estudo.

Aos colegas de turma, Diego Dantas e Joannes Moura, pelos momentos de apoio mútuo no cumprimento das disciplinas de agrária, pelo companheirismo nos eventos científicos que vivenciamos juntos e pelo acolhimento que me ofereceram desde mesmo o período de seleção do mestrado.

Aos colegas de turma, Davison Mateus, Igor Carlos, José Antônio, Matheus Henrique, Thiago da Silva e Stephanie Medeiros pelos bons momentos partilhados, pelas conversas, boas risadas e pelo carinho nutrido durante o mestrado.

Ao amigo Romário Farias, pela amizade, companheirismo e pela disposição que me dedicou em todas as vezes que precisei de sua ajuda, tanto nas demandas acadêmicas quanto nas profissionais e pessoais. Além disso, uma das poucas pessoas com quem mantenho uma parceria de anos, nos estudos, na profissão, nas aventuras e na vida.

Aos colegas de turma da Especialização em Geografia, Território e Planejamento, pelos conhecimentos e momentos compartilhados e por terem somado nessa laboriosa experiência acadêmica onde conciliei especialização e mestrado por quase dois anos.

Ainda, as demais pessoas que fazem parte da minha vida; aquelas que passaram rápido, mas deixaram contribuições; as que chegaram a pouco, mas já fazem a diferença no meu dia-a-dia; as que estão distantes, mas não deixam de vibrar minhas conquistas. Em geral, aquelas que indiretamente também me ajudaram a chegar até aqui.

Por fim, a todos e a todas que nessa trajetória acadêmica e nessa aventura geográfica me doaram um pedacinho de si, meu muito obrigada!

Eu vi o homem na roça suando puxando enxada
Vi o homem na cidade lhe pagando quase nada
Por tanto suor derramado pouca coisa alcançada.
Eu vi vaqueiro velho levantando as madrugadas
Levando gado nos pastos, ordenhando a vacada
Eu vi patrão sonegando a grana, suas horas de sono roubadas.
Vi homens mortos no campo como se fosse na guerra
Eram trabalhadores na luta da sobrevivência
Na espera da reforma agrária, eram os humildes sem terra.
[..] Eu vi inocente condenado pagando pelo que não fez
Vi os culpados a solta fazendo tudo outra vez
Eu vi ladrão de colarinho branco roubando todo folgado
Confiante na impunidade de artigos de leis ultrapassados.
Eu vi políticos brigando por salários milionários
Eu vi os mesmos políticos obrigando os operários
A ganhar uma mixaria de um salário defasado.
Neste país tão rico vi as desigualdades sociais
Que torna o rico cada vez mais rico
E o pobre, pobre cada vez mais.

(Conversa de passarinho – Festival da Reforma Agrária, 2017).

RESUMO

O presente estudo de dissertação aborda a problemática da territorialização da luta pela terra no Assentamento Florestan Fernandes, localizado na microrregião do Brejo Paraibano, especificamente no município de Pilões. Trata-se de uma área marcada por distintos processos territoriais, onde por muito tempo predominou a monocultura canavieira, dando espaço, posteriormente, aos assentamentos de reforma agrária. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de territorialização da luta pela terra no assentamento Florestan Fernandes no recorte temporal de 2005 a 2020, como parte de uma política de reforma agrária inacabada, historicamente constituída pela organização dos movimentos sociais no campo e fortemente ameaçada em tempos de desmonte da democracia. Para tanto, se faz *mister* adentrar os caminhos do Golpe de 2016, processo que marca a história política brasileira e o futuro das políticas sociais para o campo e para o campesinato. Vale salientar ainda, os conceitos de território e territorialização como norteadores nesta pesquisa, uma vez que são considerados cruciais no processo de análise e compreensão das lutas pela e na terra nos assentamentos de reforma agrária. Os procedimentos metodológicos da pesquisa estão firmados nas experiências empíricas junto aos trabalhadores do Assentamento Florestan Fernandes, considerados sujeitos sociais do estudo, bem como nas práticas de pesquisas bibliográficas que dão base à fundamentação teórica da dissertação. Frente aos limites da reforma agrária no Brasil e aos desmontes contínuos que impactam diretamente o campesinato assentado, considera-se importante compreender os atuais processos de territorialização e as problemáticas enfrentadas no assentamento em questão. As constatações alcançadas com a pesquisa apontam que as famílias do Assentamento Florestan Fernandes perpassam distintas dificuldades desde a falta de acesso a recursos básicos como água, saúde e educação, à problemática da assistência técnica para os processos de produção e comercialização. A partir dos questionários e entrevistas realizadas com os assentados, entende-se que as ações desencadeadas pelo crítico processo político de 2016, ocasionaram intensos rebatimentos na política de reforma agrária comprometendo diretamente a territorialização do campesinato no Assentamento Florestan Fernandes.

Palvras-Chave: Assentamento Florestan Fernandes. Territorialização. Reforma Agrária.

RESUMEN

Este estudio de disertación aborda el tema de la territorialización de la lucha por tierra en el Asentamiento Florestan Fernandes, ubicado en la microrregión del Brejo Paraibano, específicamente en el municipio de Pilões. Es una zona marcada por diferentes procesos territoriales, donde durante mucho tiempo predominó el monocultivo de la caña de azúcar, dando luego espacio a los asentamientos de reforma agraria. El objetivo de la investigación es analizar el proceso de territorialización de la lucha por tierra en el asentamiento Florestan Fernandes en el período de 2005 a 2020, como parte de una política de reforma agraria inconclusa, históricamente constituida por la organización de los movimientos sociales en el campo y fuertemente amenazada en tiempos de desmantelamiento democrático. Por lo tanto, es fundamental entrar en los caminos del Golpe de 2016, un proceso que marca la historia política brasileña y el futuro de las políticas sociales para el campo y para el campesinado. También vale la pena mencionar los conceptos de territorio y territorialización como guías en esta investigación, ya que se consideran cruciales en el proceso de análisis y comprensión de las luchas por y sobre la tierra en los asentamientos de reforma agraria. Los procedimientos metodológicos de la investigación se basan en experiencias empíricas con trabajadores del Asentamiento Florestan Fernandes, considerados sujetos sociales del estudio, así como en las prácticas de investigación bibliográfica que sustentan el fundamento teórico de la disertación. Frente a los límites de la reforma agraria en Brasil y el continuo desmontaje que impacta directamente al campesinado asentado, se considera importante comprender los procesos actuales de territorialización y los problemas que enfrenta el asentamiento en cuestión. Las conclusiones de la investigación indican que las familias del Asentamiento Florestan Fernandes atraviesan diferentes dificultades, desde la falta de acceso a recursos básicos como agua, salud y educación, hasta el problema de la asistencia técnica para los procesos de producción y comercialización. Con base en los cuestionarios y entrevistas realizadas junto a los trabajadores, se entiende que las acciones desencadenadas por el crítico proceso político de 2016 causaron intensas repercusiones en la política de reforma agraria, comprometiendo directamente la territorialización del campesinado en el Asentamiento Florestan Fernandes.

Palabras clave: Asentamiento Florestan Fernandes. Territorialización. Reforma agraria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

PERCURSO METODOLÓGICO..... 21

CAPÍTULO I – MUNICÍPIO DE PILÕES: DA CANA DE AÇÚCAR AO TERRITÓRIO CAMPONÊS 31

1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS 31

1.2 MUNICÍPIO DE PILÕES, O BREJO PARAIBANO E SEUS PROCESSOS TERRITORIAIS..... 35

1.3 O PROCESSO DE RECONVERSÃO PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DE PILÕES..... 43

CAPÍTULO II – QUESTÃO AGRÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE: CENÁRIOS E DILEMAS..... 50

2.1 A VERDADEIRA FACE DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA É A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA!..... 50

2.2 O CENÁRIO POLÍTICO DO GOLPE DE 2016..... 60

2.3 GOVERNO TEMER E A QUESTÃO AGRÁRIA..... 79

CAPÍTULO III – TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES..... 85

3.1 HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO..... 86

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO FLORESTAN FERNANDES..... 93

3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO GOLPE NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES..... 118

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 132

REFERÊNCIAS..... 136

APÊNDICES..... 143

ANEXOS..... 144

Lista de Figuras

Figura 1- Localização do Município de Pilões/PB 16
Figura 2 – Usina Santa Maria em Areia/PB na década de 1980 38
Figura 3 – Ruínas da Usina Santa Maria..... 38
Figura 4 - Bananicultura no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB 46
Figura 5 – Ruínas do Engenho Poções – Pilões/PB 88
Figura 6 - Delimitação da Área do PA Floresntan Fernandes..... 93
Figura 7 - Localização do Assentamento Florestan Fernandes..... 94
Figura 8 - Delimitação das Áreas Internas do PA Florestan Fernandes..... 95
Figura 9 - Moradia do assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB 98
Figura 10 - Poço particular construído com recurso próprio 99
Figura 11 - Poço artesiano da Chã de Coquinho..... 100
Figura 12 - Poço artesiano inacabado no PA Florestan Fernandes..... 101
Figura 13 - Visita da Polícia Militar ao assentamento 116

Lista de Quadros

Quadro 1- Assentamentos do Brejo Paraibano até 2017..... 40
Quadro 2 - Culturas produzidas no PA Florestan Fernandes..... 107

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Sujeitos da pesquisa 22
Tabela 2 - Lavouras Temporárias - Variável Área Colhida (Hectares) - Pilões/PB 47
Tabela 3 - Lavouras Temporárias - Variável Quantidade Produzida (Toneladas) - Pilões/PB..... 47
Tabela 4 - Lavouras Permanentes - Variável Área Colhida (Hectares) - Pilões/PB 48
Tabela 5 - Lavouras Permanentes - Variável Quantidade produzida (Toneladas) - Pilões/PB..... 48
Tabela 6 – Grau de escolaridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa 104

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Local de origem dos assentados..... 97
Gráfico 2 – Qualidade do solo 106
Gráfico 3 – Meio de transporte próprio 108
Gráfico 4 – Empréstimo PRONAF ativo 110
Gráfico 5 – Formas de trabalho da família camponesa..... 111
Gráfico 6 – Oferta de trabalho alugado dentro do assentamento 112
Gráfico 7 – Satisfação dos sujeitos em relação à condição de assentado..... 115
Gráfico 8 – Acesso à assistência técnica..... 121
Gráfico 9 – Avaliação dos governos petistas 127
Gráfico 10 – Avaliação do governo Temer..... 129
Gráfico 11 – Avaliação do governo Bolsonaro..... 130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEAT	Centro de Estudos Agrários e do Trabalho
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Compêndio de Estudos da Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Banco de Dados da Luta Pela Terra
DER	Departamento de Estradas de Rodagens
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB/MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PP	Partido Progressista
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEDUP	Serviço de Educação Popular
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eeleitoral
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

Pensar a questão agrária brasileira e estudar os assentamentos de reforma agrária tendo como referência o panorama político em que nos encontramos imersos é o mesmo que defender a causa da reforma agrária e lutar contra os ataques sofridos pelos golpes contínuos vivenciados desde 17 de abril de 2016[1]. Ao considerar os momentos polêmicos da política brasileira desde os primeiros meses de governo do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2015, compreendemos que as tentativas de deslegitimar esse governo tinham por objetivo promover um desmonte do Estado democrático de direito e viabilizar o processo de ascensão da direita brasileira. Essa conjuntura relacionada à questão agrária brasileira colocou em xeque os assentamentos, os movimentos sociais do campo e a luta pela terra.

Começamos por afirmar que os assentamentos existentes no Brasil são, substancialmente, o resultado da práxis dos movimentos sociais de luta pela terra, sendo constituídos como a materialização das ações sociais desses grupos. A territorialização promovida pelos sujeitos na luta pela terra é a via principal pela qual se concretiza a política de reforma agrária. Dentre todos os limites de se efetivar uma política igualitária para o campo, é essencialmente por meio da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras (campesinato) que compõem os movimentos sociais que acontece a democratização do acesso à terra em forma de assentamentos rurais.

Segundo Fernandes (1994, p.182) a territorialização da luta pela terra pode ser entendida como um "processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais" cujas conquistas se originam a partir da "espacialização da luta pela terra". Espacialização que acontece, sobretudo, mediante as experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais em distintas dimensões da luta pela terra, no objetivo de formar sujeitos conscientes sobre os seus direitos e sobre a necessidade de lutar para transformar suas realidades, a começar pela conquista do pedaço de chão.

Essa práxis tem o propósito de alcançar a socialização do acesso à terra, a efetivação da reforma agrária enquanto preceito constitucional e a diminuição das desigualdades no campo, onde movimentos sociais pressionam o Estado a realizar a distribuição de terras para fins de assentamentos. A territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária confronta a essência exploratória e expropriatória do capitalismo, promovendo a construção de novos

[1] Dia da infâmia em que se levou a cabo o *impeachment* da presidenta eleita, Dilma Rousseff e que se configurou no Brasil um "golpe político/parlamentar/jurídico/midiático" (MITIDIERO, 2017, p. 01).

territórios, novas formas de organização social e novas experiências alicerçadas na socialização dos meios de produção.

Não obstante, na medida em que a territorialização expressa como resultado a materialização das conquistas da luta, expressa também, novos desafios a serem superados pelos trabalhadores (FERNANDES, 1994). Significa dizer que a conquista do território e a construção do assentamento não configuram o final, mas o caminho para novas estratégias de luta pela e na terra, tendo em vista a realização de uma política de reforma agrária falha e incompleta, que pela falta de assistência necessária compromete o processo contínuo de territorialização das famílias assentadas.

A reforma agrária que deveria ser promovida enquanto uma política de Estado termina por ser executada enquanto política de governo, sendo realizada, sobretudo, a partir das ações contestatórias dos movimentos sociais organizados. Assim, o próprio Estado capitalista que em suas contradições intrínsecas, utiliza do poder para mediar relações entre as classes sociais, ao mesmo passo que limita a efetivação da reforma agrária, também a executa pressionado pela luta pela terra.

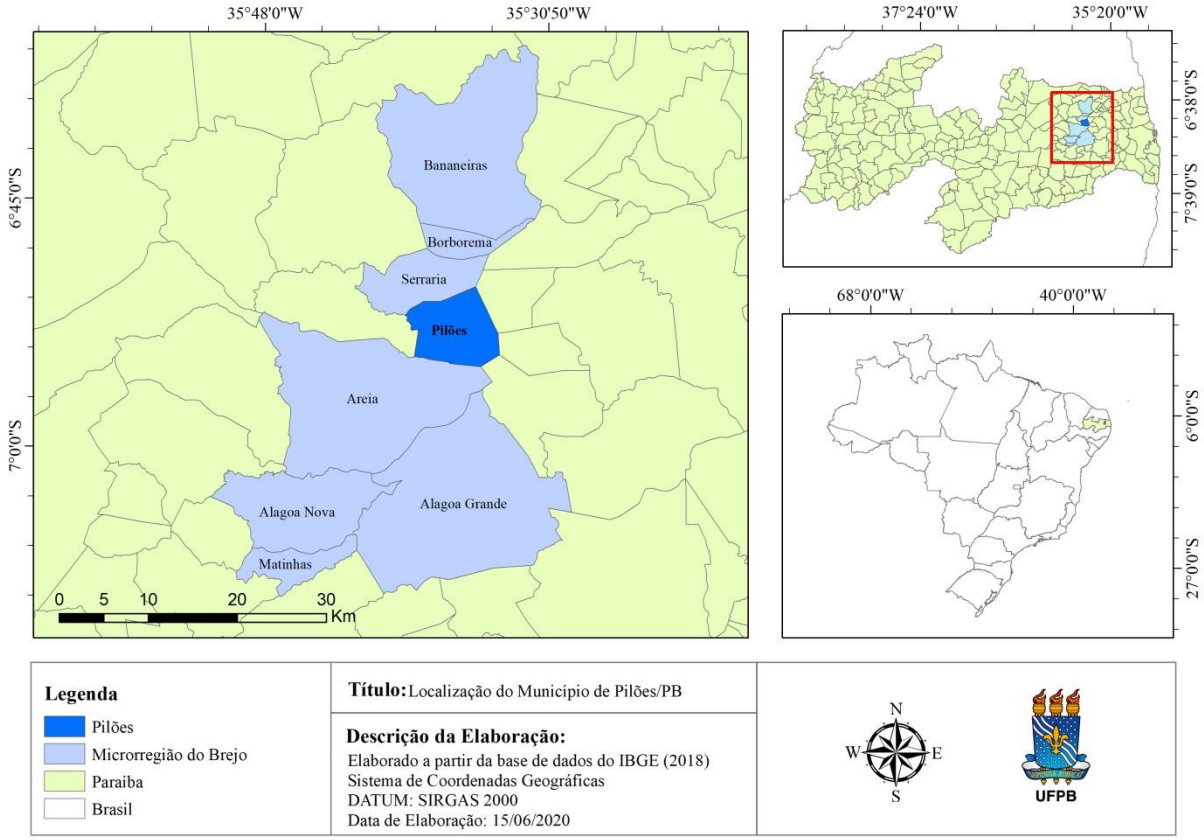
Com as precárias condições de vida e trabalho dentro dos assentamentos, muitas famílias enfrentam desafios e impasses para permanecer no campo, uma vez que essas condições precárias levam ao enfraquecimento da produção e da comercialização, comprometendo a economia familiar. Muitas das dificuldades vividas pela comunidade assentada são típicas da falha política de assentamentos existente no país e vêm se intensificando nos últimos anos frente às ações dos governos que ascenderam com o golpe de 2016, cujas mudanças promovidas impactaram diretamente a política de reforma agrária.

Na perspectiva de estudar a reforma agrária como política não consolidada no Brasil, a qual os problemas que marcam o processo de assentamento rural iluminam o desafio da territorialização da luta pela terra e da recriação camponesa, a pesquisa propõe uma análise sobre o Projeto de Assentamento (PA) Florestan Fernandes, localizado no município de Pilões/PB, no Brejo Paraibano (Figura 1), cuja conquista territorial ocorreu através de reivindicações por distribuição de terras improdutivas em prol de trabalhadores sem terra.

Vale salientar que a microrregião do Brejo paraibano sofreu transformações intensas na dinâmica produtiva e consequentemente nas relações de poder que mediaram por muito tempo as condições de vida de diversas famílias camponesas. A produção de cana-de-açúcar foi durante muito tempo a principal fonte de trabalho e de renda no Brejo, o que implicava a submissão de uma massa de trabalhadores, muitos sem terra, às condições impostas pelos

donos de engenhos e usinas da região. É somente com o declínio da cana, que o Brejo assume novas formas de territorialização, fazendo surgir a partir da política de reforma agrária, o campesinato assentado, que no decorrer do tempo ajudou a promover uma reconversão produtiva[2], ultrapassando o processo histórico da monocultura canavieira nessa região.

Figura 1- Localização do Município de Pilões/PB



Fonte: PEREIRA, José Antônio Vilar (2020).

A área rural do município de Pilões onde se estruturou o Projeto de Assentamento Florestan Fernandes foi cenário da produção canavieira do Engenho Poções, empreendimento ao qual estiveram subordinados durante muitos anos, homens e mulheres no trabalho da cana-de-açúcar. O engenho entrou em declínio aos finais dos anos 1990, período em que se iniciaram as organizações e reivindicações pelo acesso à terra, uma que vez que nessa nova configuração os antigos trabalhadores e moradores do engenho encontravam-se sem terra, sem trabalho e sem meios para produzir.

[2] "Ela remete, portanto, não apenas a uma mudança de tipo de produtos cultivados, de atividade econômica, mas a uma nova relação social e a uma nova relação homem-natureza. Há, portanto, uma nova forma de apropriação dos recursos naturais" (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013, p. 333).

Nessa disputa territorial as famílias se uniram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e uma vez articuladas no conflito e na militância passaram a intensificar as pressões em favor da desapropriação. Tal resistência teve como resposta atos de violência por parte do proprietário da terra, que sempre se posicionou de forma irredutível à desapropriação, condição inerente aos processos de disputas territoriais. Após o desenrolar da luta a desapropriação aconteceu em 2004 e o assentamento foi estruturado em 2005 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contando com um total de 450 hectares de terra, em benefício a 41 famílias cadastradas.

Essa dinâmica territorial do Brejo paraibano e precisamente a luta pela terra em Pilões chama atenção para as pesquisas em geografia agrária no tocante do debate histórico e contemporâneo sobre a questão agrária e os assentamentos rurais. O PA Florestan Fernandes, enquanto conquista da luta pela terra no início dos anos 2000 mostra que nos dias atuais a reivindicação pela reforma agrária ainda é emergente, fazendo refletir ainda sobre a importância de ciências como a geografia entrarem em defesa dos assentamentos rurais, ameaçados pelos desmontes mediante a conjuntura crítica da política brasileira.

No decorrer do curso de licenciatura em Geografia, a escolha de desenvolver estudos na vertente da geografia agrária se deve à trajetória nos grupos de pesquisa, bem como às experiências em monitoria e projetos de iniciação científica, especificamente na área dos estudos agrários. Sempre foram de interesse as discussões sobre a questão agrária brasileira e as problemáticas que a permeiam, sendo motivadas, a princípio, em conjunto com o Centro de Estudos Agrários e do Trabalho (CEAT) e posteriormente com o grupo de pesquisa Olhares Geográficos, no Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

A delimitação deste tema se deu pela participação em um projeto de iniciação cientifica, desenvolvido no campus III da UEPB, financiado pelo CNPq, em que se fez necessário pesquisar sobre a questão agrária na Microrregião do Brejo Paraibano. O interesse pelo território agrário do município de Pilões surgiu a partir dos trabalhos de campo, onde primeiramente observamos a partir das rugosidades[3] presentes na paisagem, a influência dos empreendimentos canavieiros como aspecto condicionante aos processos territoriais desta área; em segundo plano, a expressiva territorialização desenvolvida nesse município pelos seis projetos de assentamentos ali constituídos.

[3] "As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados" (SANTOS, 2004, p. 173).

Tomemos como ponto de partida para a compreensão do objeto de pesquisa, o trabalho monográfico realizado durante a graduação em Geografia, onde nos debruçamos sobre o processo de territorialização do assentamento Florestan Fernandes ao propor investigar sobre história, conflitos e conquistas. Essa pesquisa monográfica ajudou a compreender que em meio à dinâmica territorial da região, essa fração do espaço passou por intensas transformações, onde ora atuou o capital sucroalcooleiro, em nome das usinas e engenhos, ora os trabalhadores por meio da luta pela terra e por melhores condições de vida, configurando os espaços de resistência que originaram o território camponês.

A partir deste estudo, frente à necessidade de ampliar questões não trabalhadas devido às limitações da pesquisa, utilizamos de perguntas não respondidas no estudo monográfico para formular nossos objetivos de dissertação. Aqui, propomos analisar o assentamento enquanto processo contínuo da territorialização, que perpassa por contradições frente aos limites do Estado capitalista, sobretudo em conjuntura crítica desde o golpe político de 2016.

Para tanto, apresentamos as questões norteadoras da pesquisa: a) Como a política de assentamentos desenvolvida no espaço agrário do município de Pilões tem contribuído para a expressividade da produtividade no campo e para a autonomia das famílias camponesas? b) Quais os desafios da territorialização das lutas sociais no campo mediante processo histórico e contínuo de contrarreforma agrária? c) Como os efeitos do golpe político de 2016 têm comprometido a materialização das ações territoriais no PA Florestan Fernandes?

Estes questionamentos justificam-se pela necessidade de compreender os processos que permeiam a questão agrária em Pilões, a territorialização e as possibilidades para a recriação camponesa nesse recorte de pesquisa. O que está em voga é o processo de luta *na* terra do campesinato assentado fruto da luta organizada pela terra. Para isto, se faz *mister* adentrar os caminhos decorrentes do golpe, uma vez que nosso objetivo maior consiste em analisar a territorialização no assentamento Florestan Fernandes no recorte temporal de 2005 a 2020, como parte de uma política de reforma agrária inacabada e fortemente ameaçada em tempos de desmonte da democracia.

Ainda, especificamente, propomos:

a) Identificar os processos que determinam a questão agrária em Pilões, no contexto do Brejo paraibano, a fim de compreender as formas de territorialização que permearam a área de pesquisa, bem como seus processos de reestruturação territorial e reconversão produtiva;

b) Discutir sobre a dinâmica da questão agrária brasileira, seus desafios e perspectivas no capitalismo, tendo em vista o contexto sociopolítico do golpe de 2016 e seus reflexos para a política de reforma agrária;
c) Analisar a territorialização do assentamento Florestan Fernandes e problematizar os rebatimentos do golpe nesse território agrário.

Considera-se importante dar continuidade aos estudos de territorialização da luta pela terra no Assentamento Florestan Fernandes, uma vez que esse processo acontece de forma contínua, apresentando problemáticas estruturais e conjunturais que consequentemente comprometem as condições de vida das famílias assentadas. É de interesse compreender a atual situação dos camponeses no tocante do panorama político em que nos encontramos desde 2016, após a retirada da presidenta Dilma Rousseff e investigar como os efeitos do golpe e dos retrocessos políticos vividos nesses últimos anos têm acentuado os desafios da materialização da luta pela terra em assentamentos rurais.

A política de assentamentos funciona como uma política maior que depende de outras tantas para se efetivar no território, no entanto, tal política muitas vezes se resume à distribuição dos lotes e construção das casas, condição que limita as possibilidades das famílias assentadas no que tange, sobretudo, a produtividade e a economia familiar. O que percebemos em nosso objeto de estudo é que não só as políticas públicas, mas o diálogo com o INCRA, e até mesmo com os movimentos sociais de luta pela terra também cessaram nos últimos anos em meios aos desmontes das políticas sociais no Brasil.

A política de reforma agrária tem sofrido desmontes decorrentes das ações do governo Michel Temer, cuja materialização vem ocorrendo dos últimos anos aos dias atuais, intensificando-se a cada dia frente ao descaso do governo vigente para com a questão agrária brasileira. Medidas como a destituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o vergonhoso número de famílias assentadas; a queda orçamentária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a Lei 13.465 de 2017 que propõe a privatização de terras através da concessão dos títulos de propriedade às famílias assentadas; e os dados estarrecedores do aumento da violência no campo são alguns exemplos da atuação do governo Temer, que comprovaram o interesse em encerrar a participação do Estado nas políticas de incentivo ao campesinato e aos assentamentos de reforma agrária.

É no intuito de analisar como esses processos refletem no território e de fazer a crítica aos modelos desiguais de gestão dos governos ultraneoliberais que se instalaram no Brasil após o golpe de 2016, que esta pesquisa se faz pertinente. Acreditamos ser um dos

grandes papéis da geografia compreender a dinâmica dessa nova fase capitalista que se instala por meio das diversas crises desencadeadas nos tempos atuais. Perceber que o caráter predatório desse sistema recai sobre o meio ambiente, sobre o trabalho e sobre os direitos sociais é imprescindível nesse momento, sobretudo, em meio a um governo atual que se propõe a enaltecer tais formas de acumulação.

Em meio ao crítico cenário político que nos encontramos, a pesquisa se justifica ainda pela necessidade de entender como os sujeitos sociais do Assentamento Florestan Fernandes estão recriando suas possibilidades de permanência no campo e quais são as formas de resistência que encontraram para atravessar os momentos de difícil acesso às políticas públicas de incentivo ao campesinato. É importante questionar e refletir sobre os desmontes que tem afetado os direitos sociais conquistados através de grandes lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Para tanto, a investigação está embasada teoricamente em estudos que proporcionam reflexões e diálogos entre a questão agrária brasileira, a dinâmica territorial do espaço agrário no brejo paraibano, e os rebatimentos do golpe de 2016 no tocante da política de assentamento. Para este estudo, consideramos ainda importante, desenvolver uma metodologia pautada em levantamento de dados, pesquisa documental, produção cartográfica e, sobretudo pesquisa empírica, com estratégias de campo voltadas para observações, questionários, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos, procedimentos fundamentais para a sistematização de informações acerca do objeto de estudo.

As constatações alcançadas com a pesquisa apontam que as dificuldades de territorialização no Assentamento Florestan Fernandes estão atreladas a distintos fatores, sendo diretamente impactadas pelos retrocessos impostos ao campo e à política de reforma agrária durante o golpe e pós-golpe. Como o primeiro grande problema que atinge os assentamentos, destacamos antes de tudo, a falha política de reforma agrária que se construiu no país no decorrer de distintos governos. Mas, além disso, destacamos que as ações de sucateamento e paralisação de órgãos e políticas sociais de implemento a reforma agrária, desempenhadas a partir de 2016, geraram novos problemas e intensificaram os problemas já existentes no assentamento, sendo ainda potencializados a partir de 2018 com a eleição de um governo federal de extrema-direita e de aspirações fascistas, personificado na figura de Jair Bolsonaro. O descaso e as ameaças, a falta de assistência técnica e as dificuldades de acesso aos benefícios garantidos ao campesinato, nesses últimos cinco anos, fazem dos governos que ascenderam com o golpe, os piores governos para as causas da reforma agrária.

PERCURSO METODOLÓGICO

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem como eixo central a sistematização de informações de natureza qualitativa, de modo que está diretamente relacionada à valorização do sujeito social, em especial os camponeses do assentamento Florestan Fernandes, seus processos históricos e suas realidades de vida na luta pela e na terra. Encontramos na pesquisa qualitativa a metodologia indicada para dar ênfase aos processos interdependentes existentes entre sujeito e objeto, que auxiliam na percepção e interpretação das relações sociais em nosso campo de pesquisa.

Segundo Ramires e Pessôa (2013), a análise qualitativa se preocupa em dar relevância aos processos e não somente aos resultados da investigação, para tal é de suma importância fazer boa interpretação das ações sociais no objetivo de compreender seus significados. Tendo em vista que nossa pesquisa utiliza de análise teórica e prática sobre a questão agrária e os processos de territorialização no campo com intuito de compreender as condições do campesinato num território específico, torna-se fundamental elencar práticas empíricas de trabalho de campo que promovam relação *vis-à-vis* com os sujeitos sociais e suas ações.

Para melhor fundamentar e embasar o estudo, elencamos em nosso roteiro metodológico, a realização de um trabalho de pesquisa documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de acessar e tomar conhecimento sobre distintos documentos que consideramos importantes para a compreensão do processo de construção do Assentamento Florestan Fernandes. O estudo documental realizado junto ao INCRA nos permite consultar textos, imagens e cartografias que auxiliam no complemento das informações adquiridas junto aos assentados.

Vale salientar que a pesquisa documental é restrita a documentos, e sejam eles escritos ou não, servem de acervo histórico, institucional, associativo, entre outros, remetendo-se, sobretudo, a fatos ou fenômenos ocorridos. Essa técnica é também muito útil aos estudos qualitativos e difere das pesquisas bibliográficas por serem fontes que não carregam teor científico (LAKATOS, 2003). Consideramos pertinente esse tipo de pesquisa para adensar informações referentes aos processos sociais que originaram o território Florestan Fernandes.

Para base de dados secundários tomamos como referência o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que nos oferece a partir dos Censos Agropecuários e da Pesquisa Agrícola Municipal, fontes relevantes para o levantamento de dados sobre a produção de alimentos no município de Pilões. Este estudo nos dá base de compreensão sobre

o panorama de produtividade no período de ascensão dos empreendimentos canavieiros e no período de ascensão da política de reforma agrária desenvolvida no município de Pilões.

No que tange os estudos empíricos, estes foram realizados a partir dos trabalhos de campo no assentamento, junto à comunidade camponesa, a fim de analisar suas práticas de trabalho, produção, e reprodução social e econômica no território. Esta etapa foi iniciada com a atividade de campo exploratório, onde tomamos como ponto de partida a observação da área física, do contexto histórico e das ações sociais, pois consideramos a observação direta como premissa importante de uma investigação geográfica.

Em sequência aos trabalhos de campo, após atividade exploratória, nossas visitas ao assentamento foram planejadas tendo como objetivo a aplicação de questionários (disponível em anexo), metodologia escolhida para o levantamento de dados quantitativos sobre o assentamento. Consideramos o questionário uma alternativa de pesquisa útil neste estudo, por auxiliar no processo de produção de informações sobre o objeto de pesquisa, abrangendo questões diversas sobre núcleo familiar, condições de produção, estrutura do assentamento e outras, que muito provavelmente somente as entrevistas não dariam conta de abordar.

As informações construídas nesse estudo estão embasadas no levantamento de dados realizado a partir dos trabalhos de campo e da aplicação de questionários, onde participaram 35 representantes de distintos núcleos familiares do PA Florestan Fernandes. Ainda, contamos com os relatos e declarações de alguns assentados durante a aplicação dos questionários, bem como com as entrevistas realizadas com algumas lideranças do assentamento.

Tabela 1 – Sujeitos da pesquisa

Sexo	**Qtd**	**%**
Feminino	22	62,86%
Masculino	13	37,14%
Total Geral	**35**	**100,00%**

Fonte: Elaborado pela autora.

Os gráficos e falas que aparecem no decorrer do texto resultam da pesquisa realizada com mulheres e homens do assentamento que durante as respostas dos questionários puderam expressar sobre as benesses da política de reforma agrária em suas vidas, mas também sobre os desafios ainda enfrentados pelo campesinato assentado do PA Florestan Fernandes.

Thomaz Junior (2005) aponta o trabalho de campo enquanto o "laboratório por excelência do geógrafo", considerando uma atividade que garante ao geógrafo o entendimento aprofundado da realidade, é, portanto a partir disso que utilizamos o trabalho de campo como

nossa principal fonte de pesquisa sobre o objeto de estudo, pois somente a partir da prática participante podemos compreender a dinâmica das relações sociais ali expressadas.

Abaixo descrevemos os trabalhos de campo realizados, as dificuldades que tivemos e as estratégias que utilizamos para concluir a aplicação dos questionários e entrevistas. Ressaltamos que a etapa de entrevistas - cujo objetivo era abranger o mesmo quantitativo de pessoas dos questionários, no intuito de desenvolver práticas dialógicas de interação humana e captar depoimentos qualitativos para a construção de uma análise dialética das contradições - teve seu decurso interrompido e comprometido pela pandemia do Covid-19 que se prolongou durante os anos de 2020 e 2021. Desse modo, não foi possível abranger o mesmo público dos questionários, limitando-se a entrevistas mais pontuais com as lideranças do assentamento.

Caminhos da Pesquisa de Campo

a) Campo Exploratório – 26/01/2020

Essa fase inicial tem como propósito a primeira aproximação com o objeto de estudo, permitindo que o pesquisador questione, reorganize e até mesmo modifique seus objetivos de pesquisa. Além de um momento de observação é também pertinente à apresentação do pesquisador e à construção dos primeiros diálogos com os sujeitos sociais da pesquisa. Entendemos que embora haja um levantamento prévio sobre o objeto de estudo, realizado de forma teórica, sobretudo para definir o problema de pesquisa e construir as hipóteses, é imprescindível elencar o campo exploratório como uma das etapas do trabalho de campo que possibilite novas formas de interpretação sobre a área estudada.

Muito embora o PA Florestan Fernandes tenha sido objeto de estudo monográfico em 2017, consideramos pertinente o campo exploratório devido ao tempo significativo de distanciamento com o assentamento e com os sujeitos assentados. Esse primeiro momento foi importante para o reconhecimento de áreas não visitadas, contato com novos assentados, observação de novas dinâmicas e apresentação da pesquisa às lideranças do assentamento.

No que se refere a nossa pesquisa, demos início ao trabalho de campo no dia 26 de janeiro de 2020, num dia de domingo, onde nos deslocamos para o Assentamento Florestan Fernandes no Sítio Poções, município de Pilões/PB, a realizar o campo exploratório. Na ocasião seguimos um roteiro de campo que foi elaborado previamente para auxiliar na visita,

que estava pautada no reconhecimento da área, localização das casas, contato com o presidente do assentamento e observações gerais sobre o território.

Para chegar ao assentamento contamos com a colaboração de um jovem, residente da zona urbana de Pilões e neto de um assentado do Florestan Fernandes. O jovem, muito gentil, com quem realizamos contato prévio, se colocou a disposição para nos levar ao assentamento e mostrar a localização da residência de alguns familiares, foi também o responsável por nos levar ao presidente da associação do assentamento, com quem tivemos uma longa conversa sobre questões gerais que fizeram refletir sobre diversos pontos importantes que devem ser abordados e analisados nesse estudo de dissertação.

Nesse intermédio de tempo fizemos o percurso das casas do assentamento, etapa que levou um bom tempo, uma vez que as casas estão localizadas umas distantes das outras por não terem sido organizadas em agrovila, o que acaba dificultando o acesso. Na ocasião aproveitamos para conhecer e conversar com alguns moradores; realizamos ainda alguns registros fotográficos da área, e concluímos as atividades do campo exploratório. O jovem nos acompanhou de volta até a cidade de Pilões e nos indicou as alternativas de restaurantes e pousadas para necessidades futuras.

Diante do que foi exposto, entendemos que o contato prévio com pessoas que possam mediar o acesso ao objeto de estudo e aos sujeitos é também uma etapa fundamental para o planejamento da pesquisa. É certo que nem sempre teremos êxito quanto ao que foi proposto para o campo, pois sabemos que existem os empecilhos inesperados e os limites da pesquisa, não obstante, vale salientar que quanto mais organizadas forem as etapas, melhores serão os caminhos e os resultados do trabalho de campo.

O campo exploratório nos proporcionou um panorama geral do assentamento, onde pudemos elencar os melhores dias e horários para conversar com os sujeitos da pesquisa, bem como determinar um norte para os demais roteiros de atividades do estudo de campo. Nesta primeira visita descobrimos, por exemplo, que aos domingos e quartas-feiras acontece a feira livre do município de Pilões, sendo, portanto, dias inviáveis à aplicação de questionários e entrevistas, pois os assentados encontram-se na feira, situada no centro da cidade.

b) Trabalho de Campo para Aplicação de Questionários – 08/02/2020

O primeiro trabalho de campo para aplicação de questionários ocorreu no dia 08 de fevereiro de 2020. Com média de uma hora na estrada, chegamos ao PA Florestan Fernandes.

Adotamos a estratégia de passar o dia no assentamento na tentativa de aplicar o maior número de questionários por campo. Na ocasião, contei com a ajuda de dois geógrafos, que me auxiliaram na labuta do trabalho de campo, em meio à complexidade de chegar às casas dos assentados por caminhos de difícil acesso, aplicar questionários, fotografar, e lidar com uma pesquisa de campo em um território ameaçado pela criminalidade. Pois em nosso campo exploratório fomos informados que o assentamento Florestan Fernandes estava sendo alvo de muitos assaltos, fato que estava preocupando e amedrontando toda população assentada.

Nesse dia ao chegarmos, o presidente do assentamento nos alertou sobre um roubo ocorrido no dia anterior, cedo da noite, na casa de uma assentada. O mesmo pediu que redobrássemos os cuidados, pois os assaltos estavam ocorrendo em dois horários específicos, de manhã cedo ou no início da noite. É a partir de então que se iniciam os limites do campo, uma vez que nos encontramos receosos pela situação e também tivemos que lidar com a população assustada e trancada em suas casas em plena luz do dia.

Ainda assim, iniciamos o campo e a aplicação dos questionários, tratando de esclarecer quem somos e qual a importância de nossa pesquisa. No turno da manhã visitamos algumas casas com localização mais central, próximas à sede do assentamento, onde aplicamos os questionários que têm como estrutura base perguntas gerais e específicas sobre o assentamento e sobre o núcleo familiar. Vale salientar que por se tratar de um questionário extenso os entrevistados levaram um tempo significativo para respondê-lo.

No segundo turno, demos continuidade aos questionários e ao chegar ao fim da tarde encerramos as visitas, pois já estávamos tendo certa dificuldade para conversar com os assentados, uma vez que as casas são localizadas umas distantes das outras e o deslocamento de carro era um tanto quanto complicado. Além disso, por essas horas, o clima de medo já se acercava devido aos assaltos e algumas pessoas ficavam inseguras em abrir suas casas para nos receber, afinal, éramos pessoas desconhecidas.

O campo foi encerrado por volta das 17:00 com alguns questionários respondidos, e as experiências daquele sábado nos fizeram refletir sobre inúmeras questões, dentre elas, algumas que não estavam presentes em nosso questionário, como por exemplo: desde quando a criminalidade no campo amedrontava a vida dos assentados do PA Florestan Fernandes, e se isso poderia estar vinculado aos rebatimentos do golpe neste território? Ainda, metodologicamente o campo nos fez refletir sobre a importância de criar novas estratégias para a próxima etapa de aplicação dos questionários, pois devido ao problema que estava

acontecendo percebemos que não poderíamos nos estender tanto, sobretudo no turno da tarde. Neste momento, havia necessidade de prezar por nossa própria segurança.

c) Trabalho de Campo para Aplicação de Questionários – 15/02/2020

Em mais um dia de campo para a aplicação de questionários, chegamos ao assentamento por volta das 7:30, e nesse dia de sábado percebemos maior movimentação dos assentados pelos arredores, precisamente na estrada que liga o perímetro urbano de Pilões ao assentamento Florestan Fernandes. Sem entender muito bem o que estava acontecendo, após alguns questionamentos, nos informaram que se tratava do início da pavimentação do trecho que liga o município de Pilões ao município de Serraria, trabalho desenvolvido pelo Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba (DER), onde neste momento as máquinas estavam executando a derrubada de árvores para ampliação da rodagem.

Em continuidade ao trabalho de campo, realizamos no turno da manhã a aplicação de questionários onde nos deparamos com algumas famílias muito preocupadas devido à onda de assaltos que estava acontecendo no assentamento. Pelas casas onde paramos as famílias relatavam sobre mais um assalto que havia ocorrido no dia 11 de fevereiro, e que dessa vez a abordagem se deu de forma violenta e agressiva por parte dos assaltantes. Algumas pessoas com as quais conversamos chegaram a citar o interesse em sair do assentamento e migrar para a zona urbana, especificamente devido à falta de segurança que circunda a zona rural.

Ainda no turno da manhã, enquanto aplicávamos os questionários em determinada casa, observamos na área central do assentamento, próximo à sede da Associação Florestan Fernandes, a presença de uma viatura da polícia militar atuante no município de Pilões. Os policiais conversaram rapidamente com alguns moradores e em seguida fizeram uma ronda pelo interior do assentamento a fim de ouvir novos relatos sobre os assaltos realizados na região, e na tentativa de encontrar algum suspeito.

Com o retorno da viatura para a sede do assentamento, foi possível observar o momento em que os policiais abordaram dois rapazes que passaram de moto, carregando algumas sacolas nas mãos. Na ocasião, os PM’s solicitaram parada obrigatória da motocicleta e realizaram uma revista pessoal nos dois rapazes, no entanto, durante a abordagem percebemos a inquietude das pessoas que presenciaram o ato, e logo após a saída da PM, fomos informados que os rapazes eram moradores do assentamento, conhecidos e considerados pessoas de bem.

Após o intervalo do almoço retomamos aos questionários e adentramos por áreas ainda mais distantes da sede do assentamento, onde encontramos inclusive uma família que estava de mudança para a cidade de Pilões, por precaução aos roubos que estavam ocorrendo. Visitamos ainda duas famílias, vítimas dos últimos assaltos, e embora amedrontadas pela situação, afirmaram que permaneceriam em suas casas e em suas terras, sem a intenção de migrar para a zona urbana, mas ao mesmo tempo, declaravam a urgência das autoridades dedicarem maior cobertura de segurança para as comunidades rurais.

Este dia de campo serviu para responder alguns questionamentos levantados no campo anterior, sobretudo no que se refere às denúncias de falta de segurança no assentamento. Entendemos que a onda de assaltos que vinha ocorrendo era recente e que havia se agravado no último ano. Levantamos a possibilidade de ir a delegacia conversar com os policiais para saber mais sobre as denúncias dos assaltos na região, pois fomos informados que os roubos também estavam acontecendo em outras áreas rurais do município. O campo foi encerrado entre as 15:30 e 16:00 horas, conforme nova estratégia de reduzir a permanência no assentamento durante o turno da tarde em prol de nossa segurança.

d) Trabalho de Campo para Aplicação de Questionários – 12/03/2020

Em uma quinta-feira de março demos continuidade ao nosso trabalho de campo com o objetivo de concluir a aplicação de questionários chegando a totalidade das 41 famílias assentadas. No entanto o tempo chuvoso que se apresentou na Microrregião do Brejo Paraibano, interferiu em nosso planejamento de campo para aquele dia, de modo que ao chegarmos ao assentamento a chuva e a lama nos impossibilitaram a princípio, de percorrer as áreas mais enladeiradas e distantes da sede do assentamento que localizavam um número significativo de famílias assentadas.

Após esperar que a chuva amenizasse, resolvemos dar início às atividades e realizar a aplicação de questionários na medida do possível, e a partir das 8:00 horas começamos as visitas. A princípio em algumas casas mais próximas onde ainda não havíamos obtido êxito quanto à aplicação do questionário, e em seguida subimos de carro para as áreas mais altas e afastadas da sede do assentamento, cujos lotes já fazem limites com o território de Serraria. Por esses caminhos nos deparamos com uma área rural conhecida por Chã de Coquinhos, localidade que possui um grande poço artesiano e que conforme informações dos

questionários aplicados é o principal reservatório de água responsável pelo abastecimento de parte das famílias do assentamento Florestan Fernandes.

Ao descermos para a área central do assentamento percebemos que a chuva não nos permitiria percorrer por outros caminhos e terminamos a aplicação de questionários por volta de meio dia, completando o total de 35 questionários respondidos. Tínhamos ainda como planejamento de campo, realizar uma visita à delegacia para conversar sobre as questões dos assaltos no assentamento, mas resolvemos deixar para outro momento, uma vez que surgiu a oportunidade de visitar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões.

Para nossa sorte em um dia de campo um tanto quanto complicado, o sindicato estava em nosso caminho e tinha como um de seus representantes um assentado, filho de assentado do assentamento Florestan Fernandes. Depois de esperar os atendimentos que estavam em espera no sindicato, conseguimos conversar com José de Oliveira da Cruz Filho, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões, que brevemente nos explicou sobre a função do sindicato e sobre sua atuação junto aos assentamentos do município. O campo terminou por volta das 14:00 horas, e embora não tenhamos cumprido nosso planejamento para aquele dia, os próprios limites nos proporcionaram novas e compensatórias estratégias de campo.

e) Trabalhos de campo em tempos de pandemia

Concluída a etapa de aplicação de questionários junto aos assentados do PA Florestan Fernandes, o próximo passo da pesquisa seria iniciar a etapa de entrevistas a partir do mês de abril de 2020, planejamento esse que não se efetivou devido o início da pandemia do Covid-19 no Brasil. Embora ciente da capacidade de disseminação e letalidade do vírus, a esperança era de que a situação não tomasse rumos tão dramáticos e que não levássemos tanto tempo distanciados do curso normal de nossa vida e de nossas atividades. Para a surpresa de todos, nos deparamos com uma quarentena infinita, onde a preocupação maior era proteger a saúde, a vida e esperançar o alcance da vacina e o retorno à normalidade.

Os meses se passaram e não havia condição mínima de retomar as atividades de campo no assentamento, a pandemia só avançava e sem perspectiva de imunização, qualquer tentativa de contato, por mais consciente que fosse, seria um risco. Nessa condição, além do cuidado pessoal, optamos pelo respeito à vida de todos aqueles assentados, e pela preservação da saúde dos idosos que representam parte significativa dos moradores do PA Florestan Fernandes e que se encontrava em maior vulnerabilidade ao vírus.

Caminhando para o final de 2020, optamos por tentar contato com o INCRA - João Pessoa/PB, no intuito de obter uma possível entrevista por telefone, ou até mesmo online, e de solicitar acesso aos documentos referentes ao assentamento. Infelizmente todas as tentativas de contato não obtiveram respostas, sendo necessário recorrer presencialmente ao prédio do INCRA na esperança de um possível atendimento. Em 23 de outubro de 2020, cumprindo todos os protocolos de segurança, realizamos uma visita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e conseguimos entrevistar um dos responsáveis, que também auxiliou em todo o processo de solicitação dos documentos.

Na ocasião, conversamos sobre distintas questões pertinentes à pesquisa, dentre elas, sobre a atual situação do INCRA, os impactos causados pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a descontinuidade do apoio técnico do INCRA aos assentamentos, o andamento do projeto de titulação das áreas de assentamento em curso. A partir dessa visita, obtivemos acesso aos documentos de Contrato de Concessão de Uso (CCU), ao mapa de distribuição dos lotes, ao processo de criação do PA Florestan Fernandes, entre outros. Todavia, não conseguimos acesso ao processo de desapropriação da terra, pois segundo o responsável, trata-se de um material de acesso restrito ao órgão.

Em 30 de janeiro de 2021, cumprindo todos os protocolos de segurança, retornamos ao assentamento na tentativa de realizar algumas entrevistas que complementassem as informações já levantadas a partir da entrevista realizada com o presidente do assentamento no primeiro trabalho de campo, dos questionários aplicados e dos diálogos já realizados com os moradores e moradoras do PA Florestan Fernandes. Durante o campo contamos com a participação da irmã do atual presidente do assentamento e com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões e ex-presidente do assentamento.

Evitando as tentativas de maiores contatos com outras famílias, o campo se limitou a essas duas entrevistas que de modo geral esclareceram algumas dúvidas sobre o processo de conquista do território, sobre as mudanças nas condições de vida e trabalho após a construção do assentamento e sobre os possíveis impactos sentidos após os retrocessos decorrentes do golpe de 2016. Assim finalizamos a parte empírica dessa pesquisa de dissertação, com algumas limitações impostas pelo contexto pandêmico, mas consciente de que fizemos o possível mediante a situação atípica vivenciada nos últimos quase dois anos.

É importante destacar aqui, que esta pesquisa, cujo objetivo principal propõe uma análise sobre os impactos do golpe de 2016 no PA Florestan Fernandes, foi majoritariamente desenvolvida entre os anos de 2020 e 2021, sobretudo no que se refere aos processos de

trabalho de campo e de escrita. Desse modo, estamos investigando uma problemática decorrente do golpe após 5 anos, aproximadamente, de sua efetivação, tempo que embora seja significativamente curto, do ponto de vista da história, permitiu identificar quão críticas e negativas foram as mudanças impostas pelos governos que ascenderam com o golpe, uma vez que estas se manifestaram muito rapidamente desde mesmo os primeiros passos do governo Temer, sendo intensificadas pelas ações bolsonaristas no pós golpe.

Essas mudanças foram e estão sendo vivenciadas não só pelos povos do campo, ameaçados pelos ataques aos direitos sociais e pelo descaso com suas pautas específicas, mas também pela população brasileira em geral, sobretudo quando observamos a alta nos índices de pobreza que também se refletem no aumento da insegurança alimentar atingindo grande parte da população. Vale lembrar que no primeiro ano de governo Temer, cerca de 3,6 milhões de novas pessoas ultrapassaram a linha da pobreza[4], e já no governo Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e junho de 2021 pelo menos 2 milhões de famílias atingiram a pobreza extrema[5], dados que representam grave retrocesso no processo de erradicação da pobreza.

E quando falamos em segurança alimentar, observamos a mesma tendência de retrocessos. Os dados que outrora apontavam para o aumento da segurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2013, agora apontam para um aumento de 8% no índice da insegurança alimentar grave (quando existe ocorrência da fome) entre os anos de 2013 e 2018, sendo esse aumento potencializado entre 2018 e 2020, chegando ao percentual de 27,6% ao ano (MALUF, et al., 2021). Os dados são estarrecedores, e embora representem também o período pandêmico vivenciado no Brasil, refletem, sobretudo, o resultado dos cortes em programas sociais, da manutenção do desemprego, do desmonte dos direitos e garantias trabalhistas, em geral da desigualdade social intensificada por esses governos.

Com base nos dados citados, consideramos, portanto, que os impactos do golpe para a sociedade brasileira foram imediatos, sendo possível, em cincos anos, observar uma série de transformações negativas que se traduzem em retrocessos significativos para o país. No caso dessa pesquisa, estamos falando de uma população ainda mais vulnerável e carente, que é a população do campo, especificamente o campesinato assentado, diretamente atacado pelas

---

[4] **Brasil de Fato**, Brasília, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/12/22/miseria-desmonte-e-desemprego-os-12-meses-que-abalaram-o-brasil . Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

[5] **O Povo**, Fortaleza, 26 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/26/no-governo-bolsonaro-duas-milhoes-de-familias-foram-a-extrema-pobreza.html . Aceso em: 24 de janeiro de 2022.

ações desses governos e intensamente prejudicado pela escassez das políticas públicas de incentivo à produção e emancipação, fundamentais para a recriação camponesa.

CAPÍTULO 1
MUNICÍPIO DE PILÕES: DA CANA DE AÇÚCAR AO TERRITÓRIO CAMPONÊS

1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Antes de discutir as transformações territoriais no município de Pilões, transformações estas desencadeados em decorrência da luta organizada pela terra, faz-se *mister* apresentar brevemente o escopo conceitual assumido nessa dissertação. Na nossa perspectiva o conceito de território é fundamental para a compreensão da luta pela terra, uma vez que a luta pela terra é também a luta pelo território. Desse modo, este subcapítulo inicial está direcionado ao debate conceitual que embasa as nossas análises e discussões acerca do território de Pilões.

O território, considerado um conceito complexo estudado pela geografia, é também utilizado como conceito em outras áreas do conhecimento, a exemplo das ciências políticas, sociais e da natureza, desse modo, está passivo a múltiplas definições que diferem não somente entre as distintas áreas do conhecimento, mas nas diversas perspectivas de análise da própria ciência geográfica. Este estudo de dissertação faz parte das pesquisas em geografia agrária e das análises sobre disputas e conflitos por terra, onde se faz necessário utilizar o território enquanto conceito norteador, compreendido como produto da luta de classes, discussão que veremos mais adiante, no decorrer deste tópico.

Mas para se chegar à multiplicidade conceitual que o território assume atualmente na Geografia – condição que possibilita uma definição do território alinhada às determinadas perspectivas de análises geográficas - foram necessárias contribuições de inúmeros autores geógrafos e não geógrafos que no decorrer do tempo promoveram atualizações e ampliaram a extensão do conceito de território. Assim, as várias definições do conceito de território existentes na Geografia também são resultado da variedade conceitual que ele alcançou nas demais ciências (MITIDIERO, 2008).

Na década de 1980, o geógrafo Claude Raffestin desenvolve atualizações importantes para o conceito de território, buscando repensar o que havia sido proposto pela geografia política clássica. Raffestin analisa o território para além do ponto de vista naturalista,

passando a considerar o caráter social e as relações de poder como condicionantes para a compreensão e conceituação do território. Para este autor, o espaço antecede o território e o território é produzido a partir do espaço, por meio da delimitação de fronteiras e das relações políticas, sendo marcado pela projeção do trabalho humano e pelas relações de poder exercidas por indivíduos ou grupos sociais (RAFFESTIN, 1993).

É a partir das duas últimas décadas do século XX que a geografia rompe com a visão "coisificada" do território e de seus demais conceitos, período que também coincide com a pegada da geografia crítica onde se passa a priorizar o caráter social e as ações humanas como condicionantes da transformação do espaço nas análises geográficas. De acordo com Moraes (2005, p.52) nessa nova perspectiva "trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra", mas de analisar os processos sociais existentes, compreendendo o território enquanto "um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço".

Essa nova abordagem expande as áreas de atuação da ciência geográfica e passa a considerar aspectos da sociedade que antes eram negligenciados. A geografia crítica uma vez interessada em problematizar e compreender o espaço socialmente produzido amplia os olhares e as formas de analisar os fatos e suas consequências no tocante da dinâmica espacial e da relação homem e natureza. Abre-se um leque de temas, dentre eles as questões políticas, agrárias, urbanas, ambientais, as desigualdades sociais, e as contradições do modo de produção capitalista que se expressam fortemente no espaço geográfico e no território.

O espaço agrário brasileiro, por exemplo, expressa o retrato das desigualdades sociais constituídas a partir da entrada avassaladora do capitalismo no campo. As contradições ali presentes refletem os interesses de um modo de produção que condiciona a acumulação de riquezas à exploração da natureza e do trabalho humano. É nessa perspectiva que a geografia agrária passa a se preocupar com as análises sobre o campo brasileiro, porção do espaço representada por distintos sujeitos sociais, cujas pautas são historicamente marcadas pelos processos de resistência e disputas territoriais.

Para este estudo de dissertação desenvolvido no campo da geografia agrária com ênfase para os processos de disputas territoriais e resistência camponesa se faz necessário abordar o território enquanto conceito norteador. Tendo em vista que nossa pesquisa tem como objeto de estudo um assentamento de reforma agrária, cuja materialização está diretamente atrelada à luta pela terra e às ações dos movimentos sociais do campo, consideramos pertinente ao estudo um apoio teórico que compreenda o território e suas

relações de poder mediante a perspectiva da luta de classe. Portanto, optamos por compreender o conceito norteador da pesquisa a partir da concepção de Oliveira (2002, p. 40).

> [...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Observar o território sob a ótica da luta de classes se torna imprescindível na Geografia, sobretudo no caso da geografia agrária e da luta pela terra, pois se trata de contrapor a participação dominante e contínua do capitalismo na construção dos territórios. Assim, compreendendo que esse domínio não pode limitar a construção dos territórios de resistência, originados na maioria das vezes pelas disputas e pelos conflitos sociais, a exemplo dos assentamentos de reforma agrária materializados através da luta pela terra.

Na mesma perspectiva conceitual nos apoiamos em Molina e Fernandes (2004) que entendem o território enquanto um espaço político onde as relações de poder expressadas pelas ações sociais condicionam enfrentamentos e disputas, originando novos e distintos territórios. Essas abordagens sobre o conceito de território contribuem com as análises do campo brasileiro quando pensamos os conflitos por terra e os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra enquanto exemplos da recriação camponesa.

Um caminho construído para reforçar a recriação do campesinato no tocante à luta pela terra está na práxis dos movimentos sociais do campo, que vêm desenvolvendo historicamente, formas de resistência junto ao campesinato, buscando promover a territorialização desses sujeitos e o rompimento com as formas exploratórias de submissão ao capital. É por meio da espacialização da luta pela terra que os movimentos sociais contribuem para as conquistas no campo e para a construção de novos territórios agrários, pautados na socialização da terra, do trabalho e da produção de alimentos.

> Movimentos sociais e território são categorias que se identificam, pois ambas estão à contramão de decisões centralizadas de cúpulas estatais, partidárias ou empresariais. Tais categorias estão relacionadas a uma ordenação social construída de "baixo para cima", em que a sociedade civil organizada assume poder sobre o espaço. Portanto, possuem uma dimensão política construída a partir da base – base esta que se constitui no centro de comando na tomada das decisões (FABRINI, 2011, p. 103).

É a partir de Fernandes (2005, p. 29) que entendemos a territorialização como "resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto", processo observado em nosso objeto de estudo, onde camponeses e movimentos sociais do campo lograram a construção de um novo território por meio da luta pela terra, configurando um assentamento de reforma agrária materializado pela práxis e pelo processo contínuo de territorialização camponesa. Vale salientar que essa expansão se dá através do conflito entre forças antagônicas.

> A territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. No campo, a territorialização ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa (FERNANDES, 2004, p. 273-274).

O confronto citado pelo autor foi o que deu vida ao Assentamento Florestan Fernandes em Pilões, no brejo paraibano. De um lado a força do latifúndio e do senhor de engenho, e do outro, a força dos trabalhadores camponeses e movimentos sociais em resistência aos desmandos do capital canavieiro, conflito que resulta na construção de um novo território, firmado na socialização da terra, na diversidade produtiva e na busca pela autonomia camponesa. Território esse, que em seu processo de expansão atual, ao qual chamamos territorialização, também se encontra ameaçado por forças antagônicas que almejam o fim dos assentamentos, da reforma agrária e dos movimentos sociais.

Nesse caso, estamos falando do poder do Estado, principal força responsável por apoiar a territorialização e a autonomia dos camponeses assentados, mas que historicamente tem sido omisso a proposta de uma reforma agrária efetiva, problemática que se intensifica nos últimos anos com o golpe político de 2016 e sua faceta agrária. É esse marco temporal que impulsiona o processo de destruição em curso de tudo aquilo que se construiu enquanto política de reforma agrária através das lutas históricas dos camponeses e movimentos sociais.

Fabrini (2011) chama atenção para o fato de que os camponeses não exercem controle total sobre o território conquistado, estando este passivo de disputas que podem se expressar por relações de exploração e dominação encabeçadas por distintos agentes antagônicos. Desse modo, apontamos para o Estado como principal agente controlador do território camponês, que em tempos atuais tem promovido ações que sinalizam o anseio de beneficiar o latifúndio e o agronegócio em detrimento dos assentamentos e da produção camponesa.

O *modus operandi* dos governos que ascenderam com o golpe, no que tange a reforma agrária e o campesinato assentado, está firmado na destruição, na exclusão e na acumulação

primitiva atuante na sociedade contemporânea. Portanto, nesta análise do território em questão, para além da territorialização camponesa, discutimos a territorialização do golpe político de 2016, cujas ações desencadeadas com sua efetivação, se materializam no PA Florestan Fernandes, por meio do poder do Estado, comprometendo o trabalho, o bem estar e a vida dos assentados, tema que explanaremos no capítulo 3 desse trabalho de dissertação.

1.2 MUNICÍPIO DE PILÕES, O BREJO PARAIBANO E SEUS PROCESSOS TERRITORIAIS

Historicamente o município de Pilões remete primeiramente à tentativa de expansão e domínio comercial dos habitantes da região de Monte-Mor (atual município de Mamanguape/PB) quando esta permanecia ainda sob o domínio português. É nesse cenário que se formam os primeiros núcleos populacionais de Pilões. Em segundo momento, o povoado de Pilões deixa de pertencer a Mamanguape, vinculando-se em 1815 ao município de Areia/PB, denominada nesta época enquanto vila, cujo nome era Brejo D'Areia (BIBLIOTECA/IBGE, 2020).

Por volta de 1884 o povoado de Pilões já apresentava traços mais estruturais, possuindo uma igreja matriz e uma escola para o sexo masculino, ambas as conquistas alcançadas sob a influência da Igreja Católica. O terceiro momento é marcado pela ascensão do povoado de Pilões à categoria de distrito, estando a partir de 1937 vinculado ao município de Serraria/PB. Com o passar do tempo, o distrito recebeu distintas denominações, dentre elas Entre Rios e Pilões de Dentro, mas finalmente, em 1953, elevou-se à categoria de município, onde foi denominado unicamente por Pilões (BIBLIOTECA/IBGE, 2020).

Geograficamente o município de Pilões está inserido na Mesorregião do Agreste e na Microrregião do Brejo Paraibano, pertencendo à formação geológica do Planalto da Borborema. Sua área territorial compreende 64 km^2, com população de 6.978 habitantes. Os terrenos apresentam formas características do relevo de mares de morros, aspecto comum aos Brejos de altitude. Territorialmente o município de Pilões faz limite com os municípios de Serraria ao norte, Areia ao sul, Pilõezinhos, Cuitegi e Alagoinha a leste e Arara a oeste (CPRM, 2005; IBGE, 2010).

A compreensão em escala de Brejo é importante para entender os processos agrários que se desenharam especificamente no município de Pilões, uma vez que a segunda metade do século XX é considerada um período de transição e reorganização do espaço agrário na

região do Brejo. Nesse período ocorrem mudanças expressivas, sendo estas desencadeadas em primeiro momento pela decadência dos engenhos e posterior ascensão das usinas com o incentivo do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), e segundamente, pela decadência das usinas e posterior ascensão da luta pela terra e territorialização camponesa.

O Brejo, composto por oito municípios, representa uma região do estado da Paraíba cujo desenvolvimento e ordenamento territorial esteve por muito tempo atrelado à produção agrícola. Aqui remetemos preferencialmente à monocultura canavieira, cultivo que através dos engenhos e usinas marcou a vida de incontáveis trabalhadores e trabalhadoras que tiveram desde a infância suas histórias atreladas às práticas desgastantes e desvalorizadas do trabalho na cana-de-açúcar. Na Paraíba a ascensão econômica atrelada à monocultura canavieira teve a significativa participação do Brejo, palco da produção de uma das maiores usinas do estado, a Usina Santa Maria, localizada em Areia (PONTE, 2011).

Durante o auge dos engenhos, uma das principais alternativas de trabalho na região do Brejo eram as práticas de produção e moagem da cana-de-açúcar, processo executado de forma tradicional, sem a presença de técnicas e aparatos industriais. Por serem muito expressivos no Brejo, os engenhos empregavam uma grande massa de trabalhadores, vale salientar que no município de Pilões foi contabilizada a presença de 26 engenhos até a década de 1960 (PONTE, 2011).

Embora com participação significativa na economia paraibana, os engenhos passam a sofrer um declínio entre as décadas de 1950 e 1960 quando são diretamente impactados pelas novas estruturas de usinas que se erguem tanto no litoral quanto no Brejo. Com o advento da modernização da agricultura, as usinas surgem com uma proposta agroindustrial ampliando as possibilidades de processamento e de transformação da matéria prima em produto industrializado, as técnicas e o trabalho ganham uma nova roupagem, o que afeta diretamente os trabalhadores, cuja prática era totalmente manual e rudimentar.

Segundo Moreira e Targino (1997), o incentivo do PROÁLCOOL em 1975, ampliou as fronteiras da cana-de-açúcar na Paraíba, aumentando o número de municípios produtores e expandindo o domínio das usinas pelo estado, expansão essa que por um lado provocou a decadência de muitos engenhos e por outro incorporou ao seu processo produtivo os engenhos cujos proprietários aceitaram a proposta de se tornarem fornecedores de cana-de-açúcar.

Esse novo cenário, que se desenha tanto no litoral quanto no Brejo, impulsionado pela política estatal do PROÁLCOOL, apresenta uma proposta de modernização para o setor agroindustrial canavieiro, processo que ocasiona a expulsão de uma massa de trabalhadores

que não conseguem ser absorvidos pela nova estrutura sob a condição de assalariados. É nesse sentido que a transição entre os engenhos e as usinas carrega consigo mudanças expressivas nas relações técnicas e sociais, configurando também uma nova fase de organização do espaço agrário paraibano. Os trabalhadores passaram a enfrentar práticas de trabalho cada vez mais exploratórias, só que agora incorporados pela lógica do assalariamento.

Ponte (2011) descreve o nível de valorização dos trabalhadores, conforme posição hierárquica de cada função desempenhada na Usina Santa Maria.

> Havia os trabalhadores rurais que desenvolviam seu trabalho no campo, cortando cana, e que tinham seus direitos desvalorizados [...] Estes ganhavam por produção. Por outro lado, havia os trabalhadores da usina, tais como apontadores, motoristas, administradores [...] funções mais valorizadas, pois estes tinham seus direitos trabalhistas garantidos. [...] Quanto ao uso da força de trabalho, mulheres e crianças também trabalhavam no corte da cana-de-açúcar, ou seja, as trabalhadoras nesse caso eram obrigadas a levar seus filhos, o que as impossibilitava de matriculá-los na escola, reduzindo desse modo a perspectiva dos pais de proporcionarem uma formação escolar para as crianças. Esta exigência era legitimada por uma relação de domínio por parte dos patrões e pautada na submissão e subserviência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente os que trabalhavam no eito: os trabalhadores rurais (PONTE, 2011, p. 88-89).

Para descrever estes níveis de valorização do trabalho na usina, a autora se apoia numa extensa pesquisa empírica realizada junto aos antigos trabalhadores da Usina Santa Maria e atuais assentados do PA São Francisco, também localizado no município de Pilões. A partir dos relatos desses sujeitos, a autora conclui que os trabalhadores do "eito" além de lidarem diuturnamente com o trabalho da cana-de-açúcar, recebendo por produção, eram os funcionários mais prejudicados da usina. Sem distinção etária ou de gênero e sem direitos, trabalhar incansavelmente era a condição para que esses trabalhadores permanecessem empregados, afinal, muitos outros trabalhadores não tiveram essa "oportunidade".

Conforme Barros (2017), os assentados do PA Florestan Fernandes, permaneceram por muito tempo sob estas mesmas condições de vida e trabalho, submissos e subservientes ao patrão, pela oportunidade de trabalhar e morar nas terras do Engenho Poções, onde ambas as situações eram precárias, mas representavam para estes trabalhadores uma das poucas alternativas de sobrevivência, uma vez que a vida na cidade lhes seria ainda mais instável.

A Usina Santa Maria, apesar de localizada no município de Areia, também possuía terras no município de Pilões, além disso, passou a exercer a partir da década de 1970, um grande domínio territorial sobre este município, tendo em vista que muitos dos engenhos de Pilões tornaram-se seus fornecedores, dentre eles o Engenho Poções. Com o implemento de créditos para o setor sucroalcooleiro, a Usina Santa Maria instala em 1978 uma destilaria

anexa, ampliando sua demanda por cana e consequentemente o seu domínio territorial (ARAGÃO e MALAGODI, 2001).

Implantada desde a década de 1930, com o total de 1.000 hectares de terra, a usina só começa a apresentar crescimento a partir da década de 1950, tendo sido fortemente beneficiada pela política do PROÁLCOOL na década de 1970, chegando a possuir 3.452 hectares de terra e empregar mais de 4.000 trabalhadores. Diante do aumento de sua área fundiária e do domínio que exercia sobre a produção canavieira no Brejo, a Usina Santa Maria alcançou seu ápice (Figura 2), sendo considerada uma das melhores e mais produtivas usinas da Paraíba (PONTE, 2011).

Mas o crescimento do setor sucroalcooleiro na Paraíba acompanhava o crescimento da política do PROÁLCOOL, programa que arrefeceu na década de 1980 mediante crise financeira, ocasionando a decadência de muitas usinas e destilarias, dentre elas a Usina Santa Maria, que chega à falência em 1991. A crise do PROÁLCOOL provocou também a crise de um dos principais setores da economia paraibana da época, levando ao declínio o maior empreendimento canavieiro do Brejo (Figura 3), cenário que representa mais um período de desemprego e expulsão de trabalhadores que tinham como fonte de sustento, o trabalho na cana-de-açúcar.

Figura 2 – Usina Santa Maria em Areia/PB na década de 1980

Fonte: http://alagoinhaemfoco.blogspot.com/. 2016.

Figura 3 – Ruínas da Usina Santa Maria

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, 2017.

A figura 2 remete ao período de funcionamento da Usina Santa Maria, cuja estrutura física era localizada no município de Areia, onde também se encontrava a residência da

família Lins, proprietária deste significativo empreendimento canavieiro da região do Brejo, onde a relação entre patrão e funcionário era estritamente de domínio e subserviência. Naquela época, terra e trabalho eram cativos ao capital agrário da monocultura canavieira, não sendo permitido a nenhum trabalhador/morador das terras da usina desenvolver quaisquer atividades agrícolas paralelas ao cultivo da cana-de-açúcar.

Em contraponto, a figura 3 ilustra as ruínas do que um dia foi a Usina Santa Maria e o que sobrou de sua estrutura física, aquilo que conforme Santos (2004), podemos chamar de rugosidade, os restos do tempo histórico incorporados na paisagem atual que nos remete às técnicas, ao trabalho e consequentemente às relações sociais ali desenvolvidas. As rugosidades presentes na paisagem do Brejo demonstram claramente todo o processo de domínio territorial que os empreendimentos canavieiros exerciam sobre aquela região.

Segundo Rodrigues (2012), o declínio da produção sucroalcooleira provocado pela crise do PROÁLCOOL aliado a retração da atividade pecuária desencadeada pelos seguidos períodos de seca na região, foram as principais causas da intensa onda de desemprego no Brejo paraibano. Com este cenário, a década de 1990 representa o início de um novo processo de organização do espaço agrário no Brejo, onde a partir de então toma protagonismo a luta pela terra encabeçada pelos antigos trabalhadores da cana-de-açúcar.

A luta pela terra no Brejo paraibano apresenta na maioria dos casos, conotação diferente da luta pela terra característica do corte da cerca e dos acampamentos de reforma agrária, quase sempre organizados pelo MST. No Brejo, a massa de trabalhadores desempregados e sem novas oportunidades de emprego encontrava-se ainda com seus direitos trabalhistas pendentes, na grande maioria dos casos sem receber as contas referentes aos anos de serviço prestados aos empreendimentos canavieiros. Frente a essa situação, a luta dos trabalhadores se organiza no sentido de reivindicar o direito de permanecer na terra como forma de pagamento pelas contas não acertadas pelos antigos patrões.

No Brejo, algumas entidades foram responsáveis pelo direcionamento e articulação dos trabalhadores na luta pelo direito à terra, dentre elas podemos citar: os sindicatos, o Serviço de Educação Popular (SEDUP), a Arquidiocese de Guarabira/PB, a UFPB e o MST. Os trabalhos de base realizados por estas entidades foram fundamentais no processo de instrução e fortalecimento da luta, bem como no processo de conquista, instalação e adaptação das famílias na estrutura de assentamentos sob a nova lógica de produção da agricultura familiar.

Essa interação entre as entidades e os trabalhadores na articulação da luta pela terra, Fernandes (1994) prefere chamar de espaço interativo:

> A nossa referência básica para entender o espaço interativo é o processo de construção da práxis. Contudo, agora já dimensionada pela vivência cotidiana num processo de aprendizagem (de reflexão e ação, ação e reflexão), onde as ideias e as interpretações da realidade são fundamentais para a construção do conhecimento (FERNANDES, 1994, p.173).
>
> A existência do espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos, e para o avanço da organização do movimento social. Pois é, também, nesse espaço, onde se desenvolvem as relações, articulações e alianças (FERNANDES, 1994, p. 175)

O espaço interativo é caracterizado pelos momentos de aprendizagem, articulação e construção da práxis, momentos estes, guiados pela organização de movimentos e entidades de apoio à luta. Refere-se às reuniões com os trabalhadores, às alianças com outras entidades, movimentos, partidos e a todo processo de aprendizagem que fortaleça as ações de luta pela terra e pela reforma agrária. Conforme o entendimento a partir de Fernandes (1994), o espaço interativo é parte do processo de espacialização da luta pela terra.

É com a ajuda dessas entidades, movimentos e instituições que a partir da década de 1990 na região do Brejo, muitos trabalhadores da cana-de-açúcar alcançam a desapropriação de terras pertencentes aos empreendimentos canavieiros aos quais estiveram vinculados sob a condição de trabalhador morador nas décadas anteriores, e até mesmo desde a sua própria infância. Frente à essa perspectiva da luta pela permanência na terra, o Brejo paraibano passa por um novo processo de organização espacial, onde se desenvolvem a partir da territorialização camponesa (Quadro 1), novas práticas de trabalho e relações sociais.

Quadro 1- Assentamentos do Brejo Paraibano até 2017

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA (HA)	Nº DE FAMÍLIAS	ANO DE CRIAÇÃO
Areia	PA ESPERANÇA	163,00	40	1997
	PA UNIÃO	502,68	59	1997
	PA SOCORRO	700,00	45	1999
	PA EMANOEL JOAQUIM	193,00	30	2000
	PE ENGENHO CIPO	187,83	32	1993
	PA CELSO FURTADO	429,14	25	2009
Alagoa Grande	PA QUITERIA	167,79	50	1993
	PA CAIANA	226,00	67	1996
	PA SAPE DE ALAGOA GRANDE	429,73	50	1996

	PA ALAGOA NOVA	402,50	40	1997
	PA CORAÇÃO DE JESUS	282,19	24	1998
	PA MARGARIDA MARIA ALVES II	465,67	40	1998
	PA SEVERINO RAMALHO	295,82	26	1998
	PA MARIA DA PENHA I	616,67	62	1998
	PA MARIA DA PENHA II	531,22	48	1998
	PA SEVERINO CASSIMIRO	150,00	20	1998
	PA JOSE HORÁCIO	96,80	32	1998
	PA MONSENHOR LUIZ PESCARMONA	393,10	29	1999
	PE MARES	1.103,97	41	1993
	PA NOVA MARGARIDA	843,68	80	2014
Alagoa Nova	PE ENGENHOCA	382,20	49	1993
	PE CACHOEIRA DE PEDRA D AGUA	242,25	40	1993
Bananeiras	PA CUMATI	96,70	23	1993
	PA NOVA VISTA	79,93	29	1994
	PA BOA VITORIA	201,70	20	1995
	PA SANTA VITORIA	1.768,40	85	1996
	PA SÃO DOMINGOS	676,08	36	1997
	PA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	794,06	64	1998
	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	620,36	63	1998
	PA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	1.642,03	55	1998
	PE MATA FRESCA	89,95	9	1993
	PE GOIAMUNDUBA	374,52	41	1993
	PE CANA BRAVA	68,83	6	1993
	PE BAIXA VERDE	198,37	33	1993
	PA NOSSA SENHORA DE FATIMA	381,24	42	2005
Matinhas	PA CAJA DE MATINHAS	284,95	36	1986
	PA CHÃ DO BÁLSAMO	966	42	1995

Pilões	VENEZA	300	26	1997
	SÃO FRANCISCO I	432	28	1997
	SANTA MARIA	269.70	27	1997
	REDENÇÃO	969	94	1997
	FLORESTAN FERNANDES	450	41	2005
	JOSUÉ DE CASTRO	306.30	17	2012
Serraria	PA CAMPO VERDE II	481,40	35	1997
	PA CAJAZEIRAS	509,83	50	1997

Fonte: Elaborado pela autora, 2020. Adaptado de INCRA 2017.

Conforme observado no quadro 1, o expressivo surgimento dos assentamentos de reforma agrária configura uma perceptível mudança na estrutura fundiária do Brejo paraibano, onde a desapropriação de latifúndios improdutivos, referentes aos antigos empreendimentos canavieiros, dá margem a novas possibilidades de uso do solo e de aproveitamento deste recurso natural. Com a conquista da terra e a consequente territorialização camponesa desenvolvida pelo significativo número de famílias assentadas, o Brejo ascende no aspecto da policultura e da produção de alimentos, dando aos camponeses assentados novas oportunidades de vida e trabalho no campo. Já que "Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território" (FABRINI, 2011, p. 103).

Em Pilões foram criados seis projetos de assentamento entre os anos 1997 e 2012, sendo o assentamento Florestan Fernandes criado em 2005, após desapropriação de 450 hectares de terra do Engenho Poções, em benefício de 41 famílias. Com a falência do Engenho Poções, ao final da década de 1990, o então proprietário em dívida com inúmeros trabalhadores que por distintos motivos não receberam suas contas pelos anos de prestação de serviço ao engenho, o que ocasionou conflitos e expulsões. Frente às injustiças cometidas com pessoas que viviam como moradores nas terras do engenho, os trabalhadores se articularam junto ao MST e passaram a pelear pelo direito de permanecer na terra. Luta que perdurou por aproximadamente até a conquista do território e posterior criação do assentamento Florestan Fernandes (BARROS, 2017).

Percebemos, portanto, que o Brejo paraibano e especificamente o município de Pilões, foram palco de intensos processos territoriais desencadeados no decorrer do tempo, sendo a monocultura canavieira um dos principais meios de dominação, ordenação do território e das relações sociais ali desenvolvidas. E em contraponto, a luta pela terra que também assumiu

um papel imprescindível, o de resistência e de fortalecimento da classe trabalhadora. Foi na luta pela terra que muitos trabalhadores do campo reconheceram seu valor e foi, sobretudo, por esse meio que a grande maioria conheceu sobre seus direitos.

1.3 O PROCESSO DE RECONVERSÃO PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DE PILÕES

Conforme visto no subcapítulo anterior, os processos territoriais do Brejo e consequentemente do município de Pilões se deram em distintos momentos, vinculados, sobretudo aos aspectos produtivos do espaço agrário, onde o domínio da cana-de-açúcar se fez presente, dando forma às relações sociais que ali se desenvolviam. Entretanto, mediante as transformações desencadeadas no decorrer do tempo, que mais uma vez impactam as relações produtivas e sociais, o cenário brejeiro sofre mudanças drásticas que se observam através da substituição da produção canavieira enquanto cultura de predominância pelos distintos produtos da policultura, que além de necessários à alimentação, passam a garantir através da comercialização local e regional, a composição da renda e o sustento de inúmeras famílias.

A condição principal para tal transformação na dinâmica produtiva e social no município de Pilões é proposta em primeiro momento pela decadência dos empreendimentos canavieiros mediante crise do PROALCOOL, processo que origina uma série de problemas trabalhistas, além de uma volumosa concentração de terra improdutiva. E posteriormente, pela implementação da política de reforma agrária, por meio da desapropriação de terras das antigas usinas e construção de assentamentos em resposta à organização da luta pela terra, pelos direitos trabalhistas e contra o latifúndio improdutivo da cana-de-açúcar em falência.

É com a socialização do acesso à terra no Brejo e com a mudança nas relações de trabalho, que os municípios vão restabelecendo novos aspectos produtivos e recompondo a paisagem agrária, que durante muito tempo esteve marcada pela cana-de-açúcar e pelos processos exploratórios de sua produção. A agricultura que ascende no Brejo, sobretudo a partir da década de 1990 é um dos aspectos principais de recomposição da paisagem, resultando diretamente da pressão dos movimentos populares em luta pela terra, que com o advento da política de reforma agrária lograram novas possibilidades de dinâmica produtiva e consequentemente de vida no campo.

Para falarmos sobre essas mudanças que se manifestam, do ponto de vista geográfico, fisicamente pela modificação da paisagem e socialmente pelas transformações nas relações de

trabalho, usaremos o conceito de reconversão produtiva, defendido por Menezes, Malagodi e Moreira (2013). O conceito nos ajuda a compreender que as mudanças aqui já mencionadas ocorrem no cerne da relação homem-natureza, corroborando para novas formas de apropriação e utilização dos recursos naturais, redesenhando a dinâmica territorial do Brejo.

> [...] a reconversão produtiva promove um processo de mudança dos agroecossistemas. Ela remete, portanto, não apenas a uma mudança de tipo de produtos cultivados, de atividade econômica, mas a uma nova relação social e a uma nova relação homem-natureza. Há, portanto, uma nova forma de apropriação dos recursos naturais. Assim, a reconversão produtiva no Brejo Paraibano deve ser estudada do ponto de vista da substituição de um agroecossistema por outro.

A reconversão produtiva acontece quando os trabalhadores da cana-de-açúcar que viviam nas terras dos engenhos e das usinas sob a condição de moradores, passam a ter acesso aos seus próprios lotes de terra, quando conquistam casa, meio de produção e liberdade para trabalhar a terra além da cana. É a partir desse momento que os antigos trabalhadores da usina Santa Maria, Usina Tanques e dos demais empreendimentos canavieiros do Brejo, despertam para novas formas de cultivo e criação, originando um novo agroecossistema[6], firmado na policultura em substituição da cana-de-açúcar.

Não obstante, é importante salientar as dificuldades e os limites impostos à materialização dessa nova realidade, uma vez que no Brejo, os assentamentos, em sua maioria, foram povoados por antigos trabalhadores assalariados, sujeitos cuja prática agrícola e/ou industrial esteve atrelada por décadas ao manejo da cana-de-açúcar. Desse modo, o despertar para novas formas de produção, sobretudo no que tange a segurança alimentar dessas famílias assentadas, não parte somente do interesse e da força de vontade dos trabalhadores, mas de intensas ações de formação e apoio técnico em incentivo às novas atividades agrícolas a serem desenvolvidas por esses assentados.

> Cabe destacar que, nesse contexto de transição, os agricultores tiveram a contribuição de entidades como o SEDUP, CPT, e UFPB, no sentido de dar capacitação por meio de cursos de horticultura, plantio e colheita e formação sobre gerenciamento e administração do lote. A contribuição das entidades representou um processo de aprendizado para esses trabalhadores rurais que vinham da condição de assalariamento, de subordinação a um contexto escravizante, como vimos, e não tinham experiência em lidar com a própria terra, administrar um lote de maneira autônoma, etc. (PONTE, 2011, p. 110).

[6] Um agroecossistema pode ser compreendido como um local ou propriedade de produção agrícola, onde se possibilita analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, inclusive as inter-relações entre as partes que os compõem. (GLIESSMAN, 2001).

Ponte (2011) fala da transição na trajetória dos trabalhadores rurais, dos desafios enfrentados na nova condição de assentados e da participação de entidades que além da práxis do "espaço interativo" durante a organização da luta pela terra, também permaneceram prestando apoio significativo na jornada dos trabalhadores rurais após a construção dos assentamentos em Pilões. O trabalho das entidades nos assentamentos foi muito importante, pois a intensificação da cana, o trabalho das usinas e as regras dos patrões haviam eliminado as possibilidades de permanência da agricultura tradicional, logo, esses trabalhadores e trabalhadoras recém assentados precisaram reaprender a cultivar a terra e administrar seus lotes.

Na dinâmica do processo de reconversão produtiva em curso, além da atenção para a produção de policulturas como feijão, mandioca, milho, como forma de garantir a segurança alimentar das famílias, havia ainda a necessidade de pensar uma cultura estratégica para comercialização, de modo a atender as demandas urbanas e estabilizar a economia familiar dos assentados. Embora ainda houvesse engenhos de cachaça e rapadura em funcionamento na região do Brejo, a demanda pela matéria prima era pequena e a cana-de-açúcar já não representava o principal cultivo comercial.

Na busca por um novo cultivo de substituição, resolveu-se experimentar a produção de banana, sobretudo a partir dos anos 2000, cujo escoamento além de ser absorvido pelas feiras locais e de cidades circunvizinhas, teria como seu principal mercado, o estado do Rio Grande do Norte. Conforme Menezes, Malagodi e Moreira (2013, p. 346) a alternativa foi bem recebida pelos assentados e "os lotes foram rapidamente cobertos de bananais, na variedade *pacovan*, de grande produtividade e aceitação pelo comércio comprador".

Figura 4 - Bananicultura no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Renata Costa de Barros.

A produção de banana tornou-se o principal cultivo de comercialização no município de Pilões - o que também se observa em outros municípios do Brejo - possuindo significativa importância no que tange a economia familiar nos assentamentos, uma vez que o cultivo responde bem às condições físicas da área, além de ser produzido de forma permanente, estando sempre em oferta no mercado. Desse modo, a bananicultura como produção primária e a policultura como produções secundárias passaram a representar, em termos das mudanças físicas e socioeconômicas, aspectos expressivos da reconversão produtiva no Brejo paraibano.

A partir das estratégias que dão base para as transformações que ocorrem na dinâmica territorial do Brejo, tendo como protagonista o novo campesinato assentado, refletimos também sobre a recriação camponesa[7] e sobre a forma como os assentados criaram possibilidades de vida e trabalho para se reproduzir frente aos processos de uma economia capitalista. Da cana de açúcar à bananicultura, do trabalho assalariado à agricultura familiar visualizamos "particularidades da recriação do campesinato, que resiste enquanto classe social dentro do modo capitalista de produção" (BARROS, 2021, p. 104-105).

Para auxiliar na reflexão sobre a reconversão produtiva no município de Pilões, utilizamos os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), cujas séries históricas sobre culturas temporárias e permanentes nos permitem a análise sobre a produção agrícola do

[7] A criação e recriação do campesinato e do latifúndio é uma corrente teórica dos estudos sobre o campo que defende a permanência e o aumento do campesinato e de suas relações não capitalistas em coexistência com as relações capitalistas. Essa corrente é contrária à ideia do fim do campesinato, defendida, dentre outros, pelo Paradigma do Capitalismo Agrário.

município de Pilões, em primeiro momento, durante a ascensão da cana-de-açúcar e posteriormente, após a política de assentamentos. Nas tabelas apresentadas a seguir, observamos dados que marcam desde a década de 1970, período de início do auge da produção canavieira no município, até 2019, último ano da pesquisa agrícola de Pilões disponibilizado pelo IBGE pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Tabela 2 - Lavouras Temporárias - Variável Área Colhida (Hectares) - Pilões/PB

Produção	**1975**	**1985**	**1995**	**2005**	**2015**	**2019**
Cana-de-açúcar	3.000	5.700	600	300	200	60
Feijão (em grão)	70	200	500	450	150	380
Mandioca	120	300	1.500	400	110	100
Milho (em grão)	100	150	500	400	200	160
Outros	35	95	105	130	54	80
Total anual	**3.325 ha**	**6.445 ha**	**3.205 há**	**1.680 ha**	**714 ha**	**780 há**

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE (2021). Org.: Renata Costa de Barros, 2021.

A tabela 2 traz informações sobre as principais lavouras temporárias produzidas no município de Pilões e tem como ponto de análise a variável área colhida em hectares, o que nos permite a observação do processo de expansão das culturas no território. Nas duas primeiras décadas, a cana-de-açúcar domina a produção no município de Pilões, tendo forte presença em 1975 com 3.000 hectares de área colhida e alcançando seu ápice produtivo em 1985 com 5.700 hectares de área colhida. A partir da década de 1990, observa-se o arrefecimento da cana-de-açúcar e a expansão das demais lavouras, em especial a mandioca com 1.500 hectares de área colhida. Em 2005, com exceção da cana, as lavouras de feijão, mandioca e milho se mantém estáveis na faixa de 400 hectares de área colhida, mas apresentam tendência de queda significativa no total de hectares entre os anos de 2015 e 2019.

Tabela 3 - Lavouras Temporárias - Variável Quantidade Produzida (Toneladas) - Pilões/PB

Produção	**1975**	**1985**	**1995**	**2005**	**2015**	**2019**
Cana-de-açúcar	150.000	313.500	18.000	15.000	10.000	3.000
Feijão (em grão)	28	60	160	135	35	172
Mandioca	960	3000	12.000	3.200	880	1.000
Milho (em grão)	80	105	200	240	60	138

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE (2021). Org.: Renata Costa de Barros, 2021.

A tabela 3 complementa as informações da tabela 2 no que tange a expansão das principais lavouras temporárias no município de Pilões, apresentando como principal ponto de

análise a variável quantidade produzida em toneladas. Nessa tabela é possível observar a expressiva quantidade de cana-de-açúcar produzida em 1975 e 1985, período que corresponde ao processo de ascensão da cana no Brejo, quando a produção canavieira passa a atender as demandas das grandes usinas, sendo fortalecida pela política do PROÁLCOOL. A partir da década de 1990 já observamos o período de decadência da produção canavieira e de presença mais significativa das demais lavouras temporárias, período que também coincide com o processo de luta pela terra e conquista dos primeiros assentamentos do município. No que tange aos anos 2000, as lavouras de feijão, mandioca e milho apresentam uma baixa na quantidade produzida em 2015, mas voltam a crescer em 2019.

Tabela 4 - Lavouras Permanentes - Variável Área Colhida (Hectares) - Pilões/PB

Produção	**1975**	**1985**	**1995**	**2005**	**2015**	**2019**
Abacate	---	---	3	8	6	8
Banana (Cacho)	60	240	1.380	945	680	1.500
Castanha de Caju	---	---	26	50	50	80
Laranja	30	20	25	30	10	10
Manga	40	30	25	50	40	30
Maracujá	---	---	---	4	4	2
Sisal ou Agave (fibra)	1.000	20	---	---	---	---
Urucum (semente)	---	---	150	80	25	34
Outros	42	24	11	42	28	30
Total	**1.172 ha**	**334 ha**	**1.620 há**	**1.209 ha**	**840 ha**	**1.694**

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE (2021). Org.: Renata Costa de Barros, 2021.

A tabela 4 traz informações sobre as principais lavouras permanentes produzidas no município de Pilões no período de 1975 a 2019. Observa-se que na década de 1970 a cultura que mais se destacava era o agave (sisal), dominando aproximadamente 85% de toda área colhida, produção que diminui drasticamente em 1985. Em 1995 já não se produz agave e a banana passa a predominar ocupando aproximadamente 85% da área colhida, mantendo-se em destaque nos anos 2000. A produção de urucum que aparece em 1995 quando somada às demais lavouras frutíferas do abacate, castanha de caju, laranja, manga e maracujá constitui uma produção secundária de culturas permanentes que se mantém até 2019.

Tabela 5 - Lavouras Permanentes - Variável Quantidade produzida (Toneladas) - Pilões/PB

Produção	**1975**	**1985**	**1995**	**2005**	**2015**	**2019**
Abacate	---	---	12	56	42	56
Banana (Cacho)	60	480	2.070	22.356	8.160	13.500
Castanha de Caju	---	---	13	15	10	20

Laranja	3.600	2.400	1.250	210	70	70
Manga	2.400	1.800	1.500	300	280	240
Maracujá	---	---	---	24	32	18
Sisal ou Agave (fibra)	1.000	15	---	---	---	---
Urucum (semente)	---	---	75	24	23	29

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE (2021). Org.: Renata Costa de Barros, 2021.

Na tabela 5 observamos as lavouras permanentes a partir da variável quantidade produzida em toneladas, o que nos permite reafirmar o aumento significativo da bananicultura no município de Pilões a partir da década de 1990, bem como seu auge produtivo em 2005. Vale salientar que embora a área destinada ao plantio e colheita da banana tenha diminuído de 1380 hectares para 945 hectares entre os anos de 1995 e 2005 (conforme a tabela 4) foi nesse último ano que a produção alcançou o número 22.356 toneladas, aumento que se explica pela forte participação da banana na economia do município como principal cultivo de comercialização dos assentados e dos demais agricultores. Em relação às plantas frutíferas e o urucum, são cultivos secundários que também ocuparam espaço após a cana-de-açúcar, mas sem assumir a mesma importância econômica da banana.

A pesquisa agrícola e a observação das séries históricas sobre as lavouras temporárias e permanentes desenvolvidas no município de Pilões desde a década de 1970 são fundamentais para a reflexão acerca da reconversão produtiva, pois complementam a partir dos dados, todas as informações e análises que já realizamos. Os dados demonstram quantitativamente os períodos de ascensão e decadência da cana-de-açúcar, bem como a expansão da policultura e da bananicultura como condicionantes de uma nova paisagem.

Essa expansão que ocorre por meio da territorialização camponesa faz surgir outros horizontes produtivos e econômicos para os trabalhadores do campo, recompondo por meio das novas relações de trabalho com a terra, as áreas rurais que outrora se tornaram improdutivas para o capital. A política de reforma agrária desenvolvida em Pilões através da luta pela terra e pela permanência na terra, representa, portanto, papel importante no processo de reconversão produtiva do município, pois influenciou significativamente as novas perspectivas de uso e ocupação do solo, recriando possibilidades de vida e trabalho no campo.

CAPÍTULO 2
QUESTÃO AGRÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE: CENÁRIOS E DILEMAS

2.1 A VERDADEIRA FACE DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA É A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA!

Para começar e entender o porquê da crítica difundida pela comunidade acadêmica que estuda a questão agrária e pelos movimentos sociais de luta pela terra à política de assentamentos no Brasil, se faz mister compreender, *a priori*, como de fato se configura a dinâmica da reforma agrária. Uma política que por muito tempo foi propagandeada pelos governos brasileiros, mas que na prática nunca se efetivou ou tampouco se aproximou do real sentido de transformação da estrutura fundiária e de diminuição das desigualdades no campo deste país. Como referência para reflexão sobre o conceito de reforma agrária e sua materialização enquanto política social destacamos a compreensão de Oliveira (2007).

> [...] é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. [...] É compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais (OLIVEIRA, 2007, p. 68-69).

Oliveira (2007) ajuda a compreender a reforma agrária como política social, apontando a relevância de sua implementação para a reorganização territorial a partir do objetivo de descentralização fundiária e socialização desse recurso. O autor entende a reforma agrária como uma ferramenta para reduzir a desigualdade social, que pode promover uma melhoria significativa no meio rural e nas possibilidades de produção alimentar e reprodução social. A partir da posição desse autor, entende-se que a reforma agrária é absolutamente necessária e deve ser implementada e fortalecida juntamente com todas as pequenas políticas que a constituem, oferecendo uma base sólida para o verdadeiro desenvolvimento do campo e dos camponeses.

No Brasil, a reforma agrária como política social e econômica não alcançou sua integridade, estando sempre a mercê dos interesses políticos de governos que nunca se preocuparam em promover mudanças na estrutura fundiária do país, sempre submissos a um patrimonialismo fundiário com fortes bases políticas. Não sendo, portanto, uma pauta prioritária, no Brasil a reforma agrária se limita às políticas compensatórias realizadas pelos governos em resposta a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Parafraseando Borges (2018), historicamente, desde a América Portuguesa as elites desenham estes rumos trágicos, desnudando a margem como lugar destinado aos povos do campo.

Para melhor fundamentar a crítica, aqui apresentamos brevemente o retrato da reforma agrária brasileira desenvolvida durante os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010 e Dilma Vana Rousseff de 2011 a 2016. Três presidentes que em vinte anos não foram capazes de priorizar a efetivação da reforma agrária enquanto uma pauta urgente de justiça social e para o desenvolvimento do país. Governos que apesar de propagandearem grandes feitos em prol da distribuição de terras no campo, não lograram modificar o processo histórico da concentração fundiária brasileira.

Começamos então pelo "príncipe" da sociologia, e porque não dizer pelo "príncipe" da casa-grande, como mencionado por Castilho (2019). Fernando Henrique Cardoso, o presidente que declarou ter feito a maior reforma agrária da história contemporânea, é curiosamente o mesmo que promoveu a política de reforma agrária a partir da lógica mercadológica do Banco da Terra. Em seus governos também utilizou de propagandas enganosas para conter as mobilizações do campo, como no caso do programa de acesso a terra via cadastro por Correios. Além disso, é o mesmo que durante o mandato criou leis para marginalizar os movimentos sociais de luta pela terra e as ações em prol da reforma agrária.

FHC não apresentou nenhum projeto de reforma agrária, tampouco pensou um II Plano Nacional de Reforma Agrária em seus dois mandatos, o que demostrou seu pouco interesse pela pauta. Os assentamentos criados em seu governo surgem como resposta à expressiva ascensão da luta pela terra e à forte pressão dos movimentos sociais do campo. Sobretudo em seu primeiro mandato a estratégia foi priorizar a criação de assentamentos, mas claro, sem causar prejuízos as grandes elites latifundiárias, realizando desapropriações com altas indenizações como recompensa.

Conforme os dados do INCRA (2017), o primeiro governo de FHC marca o auge da criação de assentamentos no Brasil, iniciando 1995 com 392 assentamentos ao ano e chegando a 1998 com 760 assentamentos criados ao ano, totalizando o número de 2.331 assentamentos em seu primeiro mandato. Em contrapartida, o segundo governo de FHC apresenta tendência de queda quanto aos números da reforma agrária, iniciando 1999 com 670 assentamentos ao ano e chegando a 2002 com 454 assentamentos criados ao ano, totalizando o número de 1.950 assentamentos criados em seu segundo mandato.

Embora a baixa observada em seu segundo mandato, FHC é considerado o presidente que criou o maior número de assentamentos no Brasil, contabilizando, segundo o INCRA (2017), 4.281 assentamentos com 540.704 famílias assentadas em oito anos. Dados, que pela fonte do DATALUTA (2017) apresentam diferenças, contabilizando a cifra de 4.307

assentamentos com 464.174 famílias assentadas. No geral, os números oficiais divulgados pelo INCRA colocaram FHC numa posição de saldo positivo com a reforma agrária.

Entretanto, vale salientar que os dados do INCRA foram intensamente contestados por pesquisadores do campo brasileiro. Segundo Fernandes (2004) foram contabilizados números de assentamentos criados em governos anteriores e/ou assentamentos estaduais, processo que chamou de "clonagem de assentamentos". Oliveira (2007, p. 142), aponta que entre "estes assentamentos inclui-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária propriamente dito".

Sabendo que as ações desse governo frente à política de reforma agrária não foram propositivas, mas impulsionadas pela pressão social dos movimentos de luta pela terra e pela ampliação das ocupações de terra, não se pode interpretar como gloriosos os números divulgados pelo INCRA sem antes analisar as estratégias utilizadas para desenvolver a política de reforma agrária nesse período. É importante ressaltar que neste governo, sobretudo no segundo mandato, a tentativa de suprimir a luta dos movimentos sociais, organizações e trabalhadores do campo, caminhou pela via do engano, da opressão e do silenciamento.

Depois de acreditar que realizando uma política de assentamentos no primeiro mandato eliminaria os conflitos por terra e o problema da reforma agrária – o que não aconteceu, pois estruturalmente não houve alteração na questão fundiária – FHC muda de estratégia frente ao aumento da demanda por reforma agrária pelos sem-terra. É então no segundo mandato que surge a ênfase para o que ficou conhecido como "Reforma Agrária de Mercado", uma política de governo, cujo objetivo era desenvolver projetos nos quais houvesse a integração de pequenos trabalhadores rurais ao processo de acesso a crédito para aquisição de terras (COELHO, 2016).

Nesse processo, a implantação do Banco da Terra foi uma das ferramentas de territorialização da reforma agrária de mercado. De um lado, a retorica do governo propagandeava uma alternativa para que os trabalhadores adquirissem a terra que quisessem diretamente com o vendedor, evitando conflitos e prezando pela paz no campo. De outro, os movimentos sociais do campo e estudiosos em defesa da reforma agrária encaravam a proposta do Banco da Terra enquanto via de acesso a crédito para aquisição de terras, como um grande negócio.

> O Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito

> econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terras e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural. (CARVALHO, 2001, p. 223 apud ALENTEJANO, 2004, p. 11).

Nessa mesma perspectiva de abafar e suprimir a luta, surge, ao final dos anos 2000, o "Programa de Acesso Direto à Terra", uma espécie de cadastro onde os trabalhadores interessados na reforma agrária preenchiam um formulário nos Correios e aguardavam em casa a contemplação do acesso a terra. O programa que também ficou conhecido como "reforma agrária pelos correios" nada mais foi do que uma medida estratégica para desmobilizar as manifestações levadas a cabo pelos movimentos sociais, que por meio de propagandas enganosas ludibriou inúmeras famílias que esperavam conquistar o pedaço de chão (COELHO, 2016).

A criminalização dos movimentos sociais e das ações de luta pela terra também fizeram parte desse novo retrato da política de reforma agrária desenvolvida por FHC nos anos 2000. A opressão e perseguição contra os trabalhadores que lutavam por terra no Brasil foram normalizadas em nome da lei, mediante a Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, também conhecida como "MP das ocupações" que segundo Cosme (2019, p. 77) "visava eliminar as ocupações de terras, pois, impedia a vistoria e a desapropriação de imóveis rurais ocupados; excluía do programa de reforma agrária toda pessoa identificada nas ocupações e ameaçava a ação dos movimentos sociais".

Em síntese, o governo FHC traçou duas estratégias de atuação no tocante da política de reforma agrária. No primeiro mandato, desenvolvendo uma política de assentamentos em resposta a pressão dos movimentos nas ocupações dos latifúndios improdutivos, e no segundo mandato, mostrando a real face de uma política neoliberal que jamais priorizou a reforma agrária como política necessária para o país. O príncipe da casa grande, apesar dos números propagandeados, atuou de forma rasa frente à reforma agrária, tentando inclusive transformá-la num grande negócio. Entretanto, uma tônica dominante que marcou todo o período FHC, foi a garantia da impunidade diante dos crimes violentos que ocorreram durante seu governo ceifando a vida de camponeses, indígenas e militantes dos movimentos sociais. Não se pode esquecer que o governo FHC ficou manchado de sangue devido a dois brutais massacres: o Massacre de Corumbiara em 1995 e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996.

O Massacre de Corumbiara aconteceu no estado de Rondônia, em 9 de agosto de 1995, sendo marcado por um conflito que envolvia, de um lado, aproximadamente 600 camponeses

acampados em luta pela desapropriação da Fazenda Santa Elina, e de outro, pistoleiros e policiais militares em um ataque surpresa ao acampamento, determinados a protagonizar a grande chacina. O conflito que durou horas de tiroteios deixou marcas de sangue não só no acampamento, mas em todo o estado e no Brasil, de acordo com a CPT (2020)[8], o massacre deixou "do lado dos sem-terra, aproximadamente 20 trabalhadores desaparecidos, 350 lavradores gravemente feridos, 200 presos e 8 mortos, incluindo uma criança".

Já o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no estado do Pará, em 17 de abril de 1996, dá continuidade aos crimes violentos e impunes protagonizados contra os povos do campo durante o governo FHC. O conflito aconteceu durante uma marcha realizada pelos camponeses e movimentos sociais em prol da desapropriação de 40 mil hectares de terras ociosas da Fazenda Macaxeira, na ocasião, a marcha foi brutalmente interrompida pela polícia militar, que na tentativa agressiva de desobstruir a BR-155, onde se encontravam os militantes, utilizou do abuso de poder e da crueldade para promover o massacre sangrento que levou ao assassinato de 19 camponeses sem terra (FERNANDES, 1999).

Ao dar sequência às transformações políticas e sociais mencionamos 2003 como um momento *sui generis* para a história e para a classe trabalhadora brasileira, ano em que um operário sindicalista assumia pela primeira vez a presidência da república. Buscando o cargo de presidente da república desde 1989, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), alcançava a vitória pelas urnas em seu quarto pleito eleitoral. O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) que levantava a bandeira da reforma agrária como pauta de governo trazia a esperança de uma *nova história* para o campo brasileiro.

A vitória de Lula parecia promissora aos movimentos sociais de luta pela terra que o vislumbravam como um governo capaz de realizar a tão esperada reforma agrária, pauta que por outro lado ameaçava a burguesia latifundiária e os detentores do grande modelo de capital agrário chamado agronegócio. Mas, a quem de fato serviria o governo petista? Uma possível resposta começa a surgir com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ainda em 2003, ação esperançosa de uma política efetiva que quase saiu do papel.

O primeiro mandato de Lula demonstrava positividade no que tange as conquistas da luta pela terra pelos movimentos e organizações sociais de defesa da reforma agrária. O governo apresentava maior abertura e diálogo frente à pauta, garantindo nesse primeiro momento o seu comprometimento com homens e mulheres do campo que muito contribuíram

[8] **Comissão Pastoral da Terra**, 10 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5306-25-anos-do-massacre-de-corumbiara-ro . Acesso em 21 de janeiro de 2022.

para sua vitória. Conforme o INCRA (2017), Lula criou 2.315 assentamentos em seu primeiro mandato (2003-2006), números que derrubam a tese defendida por FHC que dava por encerrada a reforma agrária no Brasil.

É importante ressaltar que embora estejamos falando de um governo simpatizante dos movimentos sociais - cuja reforma agrária era pauta política - as conquistas do campo nesse período também são interpretadas como resposta aos conflitos, ocupações e manifestações realizadas pelos movimentos sociais organizados. O primeiro mandato de Lula foi um dos períodos mais intensos de espacialização da luta pela terra nos anos 2000, fato que também se deve à retomada das ações dos movimentos sociais que por muito tempo foram oprimidos pelas medidas de silenciamento e criminalização do segundo mandato de FHC.

> Estilisticamente, os dois governos diferiam dramaticamente em suas abordagens da questão agrária. FHC constantemente buscou técnicas para aumentar seu controle sobre o campo. [...] Em contraste, durante o primeiro mandato de Lula, o presidente vestiu o boné do MST com orgulho, apesar das críticas severas dos meios de comunicação e dos adversários. Ele procurou demonstrar que seu governo valorizava a democracia e sabia como ouvir as demandas das pessoas (WELCH, 2018, p. 4).

Os movimentos sociais de luta pela terra viam em Lula a solução para o campo brasileiro no início do século XXI, a oportunidade de mudança e transformação na dinâmica de um espaço agrário produzido pelo desenvolvimento contraditório do capital e endossado pelas políticas neoliberais dos governos anteriores. De fato, o governo Lula apresentava mudanças importantes no diálogo com os movimentos sociais, foi com ele, que pela primeira vez organizações como MST, CPT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CONTAG) tiveram abertura para influenciar na escolha de nomes representativos em cargos do INCRA e MDA, pastas fundamentais no tocante das demandas do campo (FERNANDES, 2004).

Entretanto, tais mudanças não foram suficientes para fazer a reforma agrária sair do papel, o II PNRA não foi executado no primeiro mandato de Lula, desapontando as expectativas dos movimentos sociais de luta pela terra. Mas o que impedia o governo Lula de realizar a tão sonhada reforma agrária? Vale salientar que o governo petista era refém de um programa de alianças partidárias, cuja coalisão foi traçada com partidos diretamente ligados às grandes elites agrárias. A bancada ruralista enquanto composição dessa base de apoio vislumbrava outros rumos para o campo brasileiro, o que interferia diretamente nas escolhas e tomadas de decisões do governo.

É nessa perspectiva que o governo petista passa a assumir tendência de queda nos números da reforma agrária, construindo em seu segundo mandato (2007-2010) apenas 1.229

assentamentos, quebrando definitivamente a promessa de efetivação da reforma agrária no Brasil. No total, considerando os números dos dois mandatos de Lula, conforme o INCRA (2017), foram criados 3.544 assentamentos em benefício à 614.088 famílias. Dados que pela fonte do DATALUTA (2017) apresentam disparidade, contabilizando 3.607 assentamentos criados em beneficio à 425.485 famílias.

Contraditoriamente, o governo Lula que se mostrava adepto às demandas dos movimentos sociais de luta pela terra e que defendia como pauta de governo a efetivação da reforma agrária, construiu menos assentamentos do que o governo de FHC, cuja política era claramente oposta a territorialização camponesa pela via da política pública. Para Welch (2018, p. 6), ambos os governos utilizaram de estratégias para barrar e postergar a reforma agrária plena, "assim como FHC usou a reforma agrária para conter a mobilização camponesa maciça durante seus anos no cargo, Lula usou sua longa aliança com o movimento para pacificar a militância camponesa".

Não se pode deixar de mencionar a declarada amizade que se construiu ao longo do tempo entre Lula e o agronegócio, relação estreita que interferiu direta e negativamente nos planos de um campo brasileiro mais igualitário por meio da reforma agrária plena. Estamos falando da contradição de um governo que se denominava popular e que ascendeu ao poder principalmente por essa via com o apoio da classe popular do campo, mas que mediante alianças políticas passou a promover o fortalecimento do agronegócio como política agrária e agrícola. Ao elencar o agronegócio como um carro chefe de seu governo, Lula abre mão da oportunidade de resolver o problema da concentração fundiária forjada há 500 anos no Brasil.

É nessa perspectiva que Oliveira (2007) chama a política de reforma agrária desenvolvida nos governos Lula de "contra-reforma agrária". Para este autor, a política de distribuição de terras e as medidas compensatórias desempenhadas por Lula em prol do povo camponês não passaram de uma estratégia cujo objetivo era conter os movimentos sociais em luta e satisfazer temporariamente a demanda social por terra. O conceito serve para designar que não houve mudança na estrutura fundiária do país e que as políticas promovidas pelo governo Lula - apesar da divulgação dos números de assentamentos construídos e de famílias beneficiadas - não romperam com o sistema de monopólio da terra no Brasil, pelo contrário, algumas políticas de viabilização e legalização da grilagem de terras, sobretudo na região amazônica, deixaram marcas expressivas de contra-reforma agrária.

Oliveira (2007) aponta ainda que o governo Lula, aos moldes do governo FHC, faltou com a verdade na divulgação dos números da reforma agrária pelo MDA/INCRA, somando

aos dados dos novos assentamentos criados (Meta 1 do II PNRA), dados das regularizações fundiárias (Meta 2 do II PNRA), das reordenações fundiárias e dos reassentamentos (Demais metas do II PNRA). Esse somatório uma vez divulgado pelo INCRA e propagandeado pela mídia deu margem a uma falsa interpretação otimista de que o governo criou um número significativo de novos assentamentos em atenção às demandas sociais por terra.

No intuito de reestabelecer a verdade escondida por trás dos números de assentamentos divulgados pelo governo petista, Oliveira (2007) chama atenção para a explicação dos conceitos de reforma agrária, regularização fundiária, reordenação fundiária e reassentamentos, esclarecendo de forma pragmática a que se referem tais ações e metas traçadas no II PNRA e as diferenças pelas quais não deveriam ter sido somadas ao número dos novos assentamentos de reforma agrária:

> **1. Reforma Agrária**: refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas. **2. Regularização Fundiária**: refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.); **3. Reordenação Fundiária**: refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas; **4. Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens**: referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas;

Tendo em vista que a soma das quatro metas contabilizaram números de assentamentos pré-existentes com os números de novos assentamentos criados pelo então governo petista, percebemos que a clonagem de assentamentos do governo FHC apontada por Fernandes (2004), contraditoriamente, tem sua continuidade no governo Lula, dando corpo à contra-reforma agrária do PT. Nesse sentido, embora tenha mantido uma relação amistosa com os movimentos sociais do campo, o presidente Lula além de não cumprir com a promessa da reforma agrária plena, não foi capaz de promover uma política de assentamentos expressiva que visasse transformações efetivas na estrutura fundiária brasileira. Infelizmente, o presidente popular que vestiu o boné do MST, também cedeu aos caprichos da bancada ruralista, abandonando a pauta da reforma agrária e contribuindo para a hegemonia política desse grande negócio do campo chamado agronegócio.

Entretanto, para além das críticas, não se pode deixar de reconhecer - sobretudo mediante ao caos político social e agrário em que nos encontramos desde o golpe de 2016 - que durante os oito anos de governo, Lula foi responsável por políticas sociais e medidas de

beneficiamento que impactaram positivamente as condições de vida dos camponeses É importante ressaltar que políticas como Bolsa Família, Luz Para Todos, Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foram imprescindíveis ao desenvolvimento e reprodução do campesinato na primeira década dos anos 2000. Além disso, é somente com Lula que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é ampliado e melhor distribuído pelas regiões do Brasil, passando a atender maior parte da população camponesa.

Dentre muitos percalços e poucas conquistas para o campesinato durante o período do presidente Lula, obviamente o agronegócio vence disparado a batalha contra a reforma agrária, ampliando seu domínio territorial pelos campos desse país e reafirmando sua posição de carro chefe no terceiro mandato do governo petista, agora sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). A partir desse novo momento da política brasileira, o debate da reforma agrária vai se tornando cada vez mais raro, o que também compromete e limita o diálogo entre governo e movimentos sociais de luta pela terra.

Sem apresentar nenhuma proposta esperançosa em prol da reforma agrária, Dilma Rousseff opta por não vestir o boné do MST, de modo que, diferente de Lula, não assume uma relação de aliança com o movimento. Deve-se levar em conta que Dilma teria outros planos e alianças que distanciavam o governo da pauta da reforma agrária aproximando-o cada vez mais das pautas ruralistas e dos anseios do agronegócio, realidade que pôde ser observada a partir da drástica tendência de queda nos números das desapropriações e construções de novos assentamentos durante seu mandato.

O governo Dilma não disfarçou em nenhum momento seu favoritismo pelo agronegócio em detrimento ao campesinato e seu desejo em dar continuidade à agenda da política neoliberal já estruturada por Lula, que em termos macroeconômicos buscava inserir o Brasil no mercado internacional através da produção de *commodities* e do modelo agroexportador. Para reafirmar a grande fazenda que sempre fomos para o mundo "passamos deliberadamente por um processo de reprimarização da economia nacional, elegendo o agronegócio (os "heróis") como megaexportadores de soja, café, milho, açúcar e etanol, laranja, carne e minérios" (MITIDIERO; COSME, 2018, p. 261).

Com o governo Dilma, o agronegócio ganha ainda mais espaço, e a bancada ruralista no parlamento com total apoio da presidenta não mede esforços para legislar em favor das grandes corporações junto ao Congresso Nacional. Tamanha era a subserviência dos governos

petistas ao agronegócio, que jamais poderíamos imaginar que dali sairia num futuro não tão distante, o golpe que destituiria a presidenta Dilma do seu cargo de chefe do Estado brasileiro. Traiçoeiramente, a bancada ruralista das alianças políticas e da relação amistosa com o governo Dilma foi a principal bancada a dizer "sim" ao golpe que lhe tomou o poder.

Frente ao favoritismo de Dilma pelo agronegócio, os movimentos sociais de luta pela terra reclamavam a falta de diálogo com o governo, bem como a baixa atuação da presidenta no tocante das políticas de desapropriação de terras improdutivas para fins de assentamentos de reforma agrária. Conforme os dados do INCRA (2017), durante seus dois mandatos (2011-2016), a presidenta Dilma criou somente 584 assentamentos em benefício a 133.689 famílias, sendo responsável por uma queda significativa em relação aos números da reforma agrária divulgados pelos governos FHC e Lula. Em 2015 Dilma não autorizou sequer um decreto de desapropriação, chegando a encerrar seu segundo mandato em 2016 com apenas 21 decretos de desapropriação assinados pouco antes de sua saída do governo.

Os feitos de Dilma em prol do campesinato não passam daquilo que já estava posto, ela mantém as políticas sociais desenvolvidas por Lula, e justifica a importância de investir no melhoramento dos assentamentos já existentes. Entretanto, o que se observa é que os investimentos mais volumosos direcionados ao campo – a exemplo de programas como PRONAF – beneficiaram de forma expressiva o grande modelo agroexportador em detrimento do campesinato. Dentre os governos citados, foi no governo Dilma que se contabilizou a maior cifra de investimentos destinados ao setor do agronegócio.

Ao iniciar seu segundo mandato (2015) após uma vitória apertada amparada em amplas alianças políticas, Dilma nomeia nada menos que Katia Abreu, senadora do PMDB e uma das principais figuras da bancada ruralista, para atuar à frente da pasta do Ministério da Agricultura, ação prática que reafirmava para mais um mandato sua aposta no setor do agronegócio. No entanto, como numa virada de jogo, é nesse mesmo período que se desencadeia o desmantelamento de seu governo, com o apoio dos traidores ruralistas Dilma é definitivamente afastada do cargo em 2016, após consolidado seu processo de *impeachment*, tema que discorreremos no próximo subcapítulo.

Por fim, na jogada política da presidenta Dilma, não foi só o campesinato e a reforma agrária que saíram perdendo, o povo brasileiro perdeu e a jovem democracia brasileira também. O governo Dilma foi minado pelo seu principal alvo de investimento e expansão, o agronegócio. Durante o *impeachment*, de nada serviu o favoritismo e a subserviência do governo petista ao setor, pois naquele momento o que importava para a bancada ruralista era a

ascensão de um governo ainda mais flexível ao grande domínio do capital agrário e às atrocidades sociais e ambientais desencadeadas pelo agronegócio.

Com base no explanado acerca da face da reforma agrária brasileira, não restam dúvidas que a opção pelas grandes elites agrárias foi uma prioridade constante entre os governos que estiveram à frente desse país por mais de 20 anos. Independente das ideologias políticas, nem FHC, nem Lula, nem Dilma dedicaram atenção necessária à pauta da reforma agrária como uma demanda urgente e importante para o desenvolvimento do país, processo que resultou no desaparecimento total do tema no debate político dos próximos governos.

Uma vez sabendo que as estratégias de favorecimento ao agronegócio organizadas por esses governos deram forma ao processo de contra-reforma em detrimento da reforma agrária plena, é nosso dever defender que as conquistas refletidas durante o período de 1995 a 2016, marcadas especificamente pelas desapropriações e construções de assentamentos, são puramente resultados da espacialização da luta pela terra e das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo junto aos camponeses sem terra. Desde sempre no Brasil a história da questão agrária esteve firmada na luta e resistência dos camponeses pela e na terra.

2.2 O CENÁRIO POLÍTICO DO GOLPE DE 2016

Falar do cenário político que se desenhou no Brasil durante a farsa do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff não é uma tarefa fácil, tampouco um tema agradável para debate, contudo emerge como um imperativo urgente para compreendermos o horizonte trágico para o qual caminha o país. Regressar àquela trama é extremamente desgastante e traz constante sentimento de impotência e revolta frente à tamanha injustiça cometida durante a destituição da primeira mulher eleita presidenta da república brasileira. O processo minunciosamente esquematizado que retirou Dilma Rousseff do poder mediante acusações e provas inconsistentes foi responsável por sobrepujar a legitimidade democrática de sua vitória pelas eleições de 2014.

Trata-se de um tema difícil e delicado de dissertar, pois quando chamamos de golpe o cenário político que propiciou a queda da presidenta eleita, abrimos espaço para uma série de críticas e acusações, dentre elas, a de estarmos embebidos pelo teor ideológico. No entanto, é por considerar oportuno ao contexto de nossa pesquisa, que nos dedicamos a escrever sobre esse período obscuro, intenso e conflituoso da história política desse país. Nosso apoio teórico para pensar esse tema está em distintas referências, cujos autores se dedicaram a coletar,

analisar e contextualizar dados e fatos que permearam o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma, tema que gerou pesquisas acadêmicas a nível nacional e internacional, tais quais nos respaldam a chamar esse período de golpe.

Para começar, é preciso revistar junho de 2013, quando ocorreu um movimento significativo de manifestações sociais[9] tendo como pauta principal o aumento das passagens do transporte público. Tais protestos reiteraram ainda temas como corrupção, reforma política, saúde, educação e outros não menos importantes, que consequentemente caíram sobre as costas da presidenta eleita em 2010 e tomaram uma proporção inimaginável. Com o povo em massa nas ruas e grande divulgação da mídia, as reivindicações por melhorias se converteram em manifestações históricas, que deram origem a fissura que mais adiante dividiria a sociedade em dois grandes lados, os que eram a favor e os que eram contra o governo petista.

Começava a desabar a popularidade do governo Dilma, popularidade essa que lhe passou confiança para institucionalizar medidas anticorrupção, a exemplo da delação premiada, e para optar por não interferir nas investigações da Lava Jato, a qual atingia inclusive membros de seu partido. Antes das manifestações, com a aceitável aprovação do público, Dilma tomou decisões que repercutiram negativamente em sua base de apoios, ousando em interferir no setor de bancos, ao solicitar a baixa de juros, e indo na contramão da conciliação com o PMDB ao retirar cargos importantes de seus membros. São pontos como esses que se ligaram para dificultar sua reeleição, e posteriormente contribuir para sua queda.

Conforme Nunes (2019) é com os fortes acontecimentos de 2013, sobretudo com as manifestações, as quais o autor chama de protagonismo coletivo, que se inicia o enfraquecimento de Dilma Rousseff na política brasileira. Este é o momento em que a bandeira do PT começa a perder significativa popularidade construída em uma década de governo, tendo como causa principal a cisão do público que fez despertar uma oposição fortemente unida, com objetivo de ascensão da direita. Vale salientar que os complexos midiáticos assumem um papel amplamente favorável ao antipetismo, se apropriando e divulgando com veemência os movimentos de rua antigoverno que outrora, quando assumiam pautas específicas foram criminalizados por estes mesmos veículos de comunicação.

[9] O início das manifestações de 2013 ocorreu de forma pacífica, tendo como principal pauta de reivindicação o aumento da tarifa de ônibus, no entanto a forte repressão da força policial fez eclodir um teor mais acentuado das manifestações. O que não se esperava era que os protestos organizados fundamentalmente pelo Movimento Passe Livre, com significativa participação de um público simpatizante do governo petista se transformariam na deixa visual e sonora ideal para a atuação de uma direita adormecida que começaria a entrar em cena.

Em meio ao cenário de crise que se instalava na política brasileira, Dilma tentava dar uma resposta a sociedade apresentando propostas de investimentos para as pautas sociais reivindicadas nas manifestações, e principalmente uma proposta de reforma política, mas o fato é que com tantos desgastes, seu governo já estava perdendo credibilidade e principalmente apoio, tanto por parte do povo, quanto por parte do parlamento. Já se expressava desde então uma direita conservadora que tomava espaço nas ruas, nas mídias, incluindo as redes sociais, e, sobretudo no parlamento, onde já se apontava o nome do então senador do PSDB, Aécio Neves como principal adversário de Dilma nas eleições de 2014.

Preferido da elite empresarial, Aécio Neves pleiteia o primeiro e o segundo turno das eleições, sendo derrotado pela presidenta Dilma Rousseff que foi reeleita com 51,64% dos votos, resultado que comprova uma disputa acirrada e uma vitória sofrida do governo petista. Insatisfeito, o candidato oponente solicita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria alegando a necessidade de comprovar a veracidade do resultado das urnas, processo que quase um ano depois reconhece a lisura da eleição. Ainda, ávido pelo poder ou quem sabe pela vingança, o então senador apela para o impedimento da presidenta eleita através de um pedido de *impeachment* encabeçado e encomendado pelo PSDB.

O primeiro ano de reeleição da presidenta Dilma torna-se praticamente ingovernável, mediante perseguições por determinadas alianças nas Casas legislativas que pretendiam acima de tudo desestabilizar o governo petista.

> [...] o senador Aécio Neves transformou-se em um exímio aglutinador de forças conservadoras, provenientes de vários partidos e do próprio PMDB (pertencente à base de sustentação governista), que cuidaram da pavimentação do caminho para a efetivação do processo de impeachment. [...] O cerco arquitetado contra o governo, em forma de pressão política, foi então acionado. O Senado e a Câmara, enquanto instâncias políticas do Poder Legislativo, tornaram-se totalmente hostis aos encaminhamentos das pautas dos governistas (NUNES, 2019, p. 32).

As pressões e perseguições políticas refletem negativamente nas condições de governo e dificultam as tomadas de decisões. Aécio, do senado, mantém articulações convenientes com o presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha[10], o peemedebista que já expressava desejo de vingança pela presidenta e que mais adiante roubaria a cena na grande trama do golpe contra Dilma. Vale salientar que os dois personagens do protagonismo político que almejavam a deposição da presidente eleita pela acusação de crime de responsabilidade, eram antes de tudo, parlamentares investigados por esquema de corrupção.

[10] Deputado federal e presidente da câmara, acusado e preso por esquemas de corrupção e fortemente investigado pela Lava Jato.

Concomitantemente ao cerco que se formava, o governo apresenta sérios problemas, sendo fortemente impactado pela queda de preço das *commodities*, setor de alta representatividade na economia brasileira. Além disso, a situação se agravava quanto à reincidência das altas taxas de desemprego e pobreza, aos erros na gestão econômica, e principalmente, à incapacidade de reversão do quadro diretamente impulsionado pela crise econômica financeira global que teve epicentro em 2008, mas que refletia com mais força no Brasil no final do segundo mandato de Dilma Rousseff. A crise política e econômica vivenciada em 2015 no Brasil fez o país entrar em recessão impulsionando as revoltas contra Dilma e a baixa da aprovação de seu governo por parte da população.

A mudança de estratégia de Dilma para o segundo governo, pautada na defesa de uma política de austeridade com pretensão de frear o déficit econômico que se desenhava no Brasil, implicava inúmeros ajustes, dentre eles, a redução de verbas para os ministérios, o aumento dos impostos, o acréscimo no percentual das contribuições por parte de instituições financeiras, a interferência na blindagem de empregos, entre outros. Tal mudança de rumo provocava reações e críticas por parte do povo e, sobretudo da oposição que afirmava ser uma medida insuficiente e agravante para o quadro econômico brasileiro.

Não podemos esquecer o protagonismo coletivo que se voltava contra Dilma e o governo petista através das manifestações desde mesmo antes de sua reeleição. Os movimentos que se intensificavam em 2015, passavam a aderir aos gritos de "Fora Dilma" e reivindicar a urgência do pedido de *impeachment* que se encaminhava no legislativo. Aos finais de 2015, mediante tamanha perda de credibilidade do governo Dilma e intensa crise política e econômica no país, grande parte da população almejava sua saída.

Enquanto isso, seguiam as investigações da Lava Jato que tinham a frente o então juiz Sergio Moro, personagem que já ganhava espaço na mídia pelo trabalho que vinha realizando contra a corrupção no país e que posteriormente seria fundamental para o desfecho do golpe. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha que já era alvo de acusações por corrupção tem seu nome citado em delações na Operação Lava Jato, e todos os indícios direcionam para sua participação nos esquemas de corrupção da Petrobrás.

> [...] Cunha tinha nada menos que quatro contas secretas na Suíça - e mais uma, que foi imediatamente descoberta nos Estados Unidos - uma em nome de sua esposa, outra em nome de uma empresa de fachada em Cingapura, que recebia receita diretamente de outra empresa de fachada sediada na Nova Zelândia. O valor total foi de 16 milhões de dólares, ou seja, trinta e sete vezes a riqueza que ele havia declarado no Brasil. À disposição do casamento, havia também duas empresas locais - e, desafiando o ridículo, uma delas se chamava Jesus.com -, além de uma frota de

> nove limusines e caminhonetes no Rio de Janeiro (PERRY ANDERSON, 2016, p. 51, tradução nossa[11]).

Por ironia do destino, o responsável por aprovar a moção de *impeachment* da presidenta Dilma, tendo como pretexto julgá-la por corrupção era um dos parlamentares mais sujos e corruptos do Congresso brasileiro[12]. Os documentos apurados que configuravam provas contra Cunha foram suficientes para que o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL) solicitasse seu afastamento da Câmara dos Deputados, no entanto o peemedebista soube atuar de forma hábil para alcançar o objetivo da vez.

Depois de uma tentativa de negociação, onde oferecia o bloqueio do *impeachment* em troca da garantia de sua permanência no cargo, Cunha decide acelerar o processo mediante negativa de sua proposta por parte do governo. É então que em 02 de dezembro de 2015 o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma, de iniciativa do senador Aécio Neves e encomendado pelo PSDB, tem por fim sua abertura autorizada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha[13], com quem Aécio manteve meses de conclaves e articulações.

O *impeachment* consistia, na verdade, em inúmeras críticas e acusações pela forma como Dilma conduziu o país, tendo como hipotético crime de responsabilidade a prática de "pedaladas fiscais[14]". Mediante acusações tão inconsistentes, a situação parecia ser promovida para julgar as deficiências políticas do governo, partindo especificamente do ponto de vista da oposição, configurando um processo articulado para burlar as leis democráticas e forjar o real significado de um *impeachment*, procedimento de destituição que de acordo com a Constituição deve ser utilizado em situações extremamente graves.

---

[11] [...] Cunha tenía nada menos que cuatro cuentas secretas en Suiza – y otra más, que inmediatamente después fue descubierta en Estados Unidos –, una de ellas a nombre de su esposa, otra a nombre de una compañía empresa fantasma en Singapur, que percibía ingresos directamente de otra empresa fantasma radicada en Nueva Zelanda. El valor total era de 16 millones de dólares, o sea, treinta y siete veces más la riqueza que él había declarado en Brasil. A disposición del matrimonio también había dos compañías locales – y, desafiando la burla, una de ellas se llamaba Jesus.com – además de una flota de nueve limusinas y camionetas en Río de Janeiro.

[12] [...] "temos, neste caso do Brasil, talvez a política mais honesta da América Latina que foi impedida pelos políticos mais corruptos. Isto nunca tinha acontecido". SANTOS, Boaventura de Sousa de. In: Entrevista especial concedida ao **Blog da Boitempo**, publicado em 02 de junho de 2016. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/02/boaventura-contra-o-golpe-parlamentar-no-brasil/. Acesso em: 16 de junho de 2020.

[13] Vale salientar que alguns meses antes, em março de 2015, Cunha havia declarado que um *impeachment* sem razão poderia beirar o golpismo e que esse procedimento não deveria ser utilizado como recurso eleitoral. Entrevista exclusiva ao repórter Kennedy Alencar, divulgado pelo SBT Jornalismo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9LW3ahxGU6Y. Acesso em: 02 de junho de 2020.

[14] "Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas" (AGÊNCIA SENADO) Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal. Acesso em 19 de agosto de 2020.

Em pronunciamento, Dilma profere: "São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público"[15]. Durante a fala da presidenta foram registrados panelaços em inúmeras capitais brasileiras, forma de protesto que demonstrava tamanha rejeição pela presidenta e significativo apoio ao processo de deposição da mesma. Neste dia é dada a largada para a consolidação do golpe parlamentar[16], que apoiado pelo povo, por setores do poder judiciário e pela mídia, violaria os limites democráticos deste país.

A grande mídia tradicional que já havia assumido não só um lado, mas um papel de protagonismo nessa trama de perseguição frenética ao governo foi responsável por endossar o discurso de criminalização da presidenta Dilma e de demonização do Partido dos Trabalhadores. A diuturna cobertura dada a cada etapa do processo de impedimento, que vale lembrar, teve seus pilares nas manifestações de 2013, foi sumamente espetacularizada e intencionada para ampla aceitação por parte do público, que na grande maioria das vezes toma como base para formação de opinião, o material midiático.

Aqui não estamos querendo negar a importância da mídia mediante um cenário político que requeria de fato ampla cobertura e divulgação, ou tampouco criticar a liberdade de imprensa que consideramos fundamental, estamos exclusivamente buscando problematizar sobre o papel manipulador que a mídia tradicional assumiu em defesa do processo de *impeachment*, ultrapassando inclusive os limites da ética jornalística. Nesse debate, as contribuições do jornalista, professor e pesquisador Pedro Nunes são imprescindíveis para a compreensão do protagonismo da imprensa e de sua participação no golpe.

> A imprensa enquanto formadora de opinião ajudou, de certo modo, a reforçar uma crise política forjada e a gerar instabilidade no país. As tramas que envolveram o golpe não foram desveladas com o devido rigor e enquadramento jornalístico necessários, de modo a melhor clarificar os acontecimentos inerentes à crise política artificialmente fabricada e agravada por uma crise econômica com marcas decorrentes das ações da Lava Jato (NUNES, p. 43-44).
>
> Não compete à imprensa operar com julgamentos, acusações ou criminalizações. Compete à imprensa, independentemente das situações, investigar, contextualizar,

[15] Fala do pronunciamento de Dilma após divulgação da abertura do processo de *impeachment*, em 02 de dezembro de 2015. Trecho retirado de uma das cenas do documentário "Democracia em Vertigem" (2019).

[16] "O impeachment é claramente um ato que configura golpe parlamentar, sobretudo porque não se demonstrou a suposta responsabilidade em crimes que o justificassem" (SANTOS, 2016) In: **Outras Palavras**, São Paulo, 10 de maio de 2016. Disponível em: https://outraspalavras.net/sem-categoria/boaventura-chegou-a-hora-de-uma-nova-esquerda/. Acesso em: 13 de julho de 2020.

> compreender, analisar ou explicitar determinados acontecimentos, sempre sob a batuta da ética profissional jornalística (NUNES, 2019, p. 76).

A crítica do autor parte do pressuposto de que a imprensa atuou enquanto articuladora e intensificadora dos movimentos antigoverno, de um lado enfatizando à falta de credibilidade do governo e à admissibilidade do processo de *impeachment*, e de outro omitindo distintos detalhes importantes e esclarecedores dessa trama política. Estrategicamente a imprensa escreveu os relatos desse cenário de crise utilizando um filtro político ideológico, deixando de fora da produção o conflito de um jogo de poder que estava por trás de cada acontecimento. Não houve a responsabilidade de divulgação dos fatos em sua totalidade e, portanto não foram possíveis formas outras de interpretação e compreensão do processo.

A narrativa da imprensa foi tomada como verdade pela grande maioria da população, sendo a Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo (jornal e TV) e o Jornal Nacional, os principais veículos de comunicação responsáveis por promover matérias claramente tendenciosas contra o governo e a favor do impedimento. As tentativas de contranarrativas foram realizadas ainda pela imprensa internacional e pelas chamadas mídias independentes, que por não manterem nenhum tipo de compromisso ou vínculo com instituições e grupos políticos não utilizaram do viés ideológico para manipulação de informações, mas que por este mesmo motivo, não obtiveram o mesmo alcance das mídias corporativas.

As redes sociais também tiveram papel significativo em todo esse processo, pois as grandes manifestações que estavam postas em dois lados, eram organizadas e divulgadas com muita ênfase pelos espaços virtuais, responsáveis por compartilhamento e ampla divulgação em tempo recorde. As redes sociais também foram espaços de fala favoráveis aos grupos de vozes contrárias ao *impeachment*, tendo em vista que suas ações eram de certo modo omitidas pela grande mídia. Em geral, tanto as ruas como os meios virtuais foram espaços tomados pelos protestos pró e contra *impeachment* durante os meses que antecederam o golpe.

Dado o processo de *impeachment* em curso, nos primeiros meses de 2016 novos personagens entram em cena nessa trama política. Agora nos referimos ao já mencionado Juiz Federal Sergio Moro, responsável por desempenhar importante papel na Operação Lava Jato, que estrategicamente corroborou com o processo de impedimento da presidenta Dilma, e mais, com a perseguição que retirou o ex-presidente Lula das eleições de 2018. Conforme veremos, o protagonismo jurídico de Moro, que deveria ter como pilar, a imparcialidade, assim como a imprensa, também assumiu um lado, usando de seu poder e popularidade para dar o tão almejado desfecho ao golpe.

Em 4 de março de 2016, o então juiz Sergio Moro autoriza como parte da 24ª fase da Operação Lava Jato, inúmeros mandatos de condução coercitiva, dentre eles o de Lula, para depor sobre o tema de sua possível participação em esquemas de corrupção[17]. A medida consistiu num cerco, numa abordagem surpresa na residência do ex-presidente, realizada pela polícia federal que direcionou Lula ao local do depoimento. O ocorrido foi amplamente midiatizado e uma vez sob os holofotes da imprensa, transformou-se num grande espetáculo agravando o processo de criminalização que já vinha se constituindo sobre o PT.

A atuação do juiz em autorizar condução coercitiva a Lula foi intensamente contestada, tendo em vista que o ex-presidente sequer havia recebido intimação para depor e tampouco havia se negado em algum momento a prestar depoimento, fatos que refutam a legalidade da medida. Uma vez que ela não se respalda em nenhuma lei, fica subentendido que a intenção do juiz era causar mais um escândalo para impulsionar a onda de rejeição contra Lula e o PT, e isso, consequentemente fazia adensar no público o desejo pelo *impeachment*. Dois anos depois o STF considera a condução coercitiva, no caso de Lula, uma "medida inconstitucional e incompatível com o Estado democrático de direito"[18].

Dias depois da condução coercitiva, uma decisão da presidenta ocasionou outro escândalo que viria a enfraquecer ainda mais sua permanência no poder. Em meio à dificultosa tarefa de solidificar novamente sua base política e frear o processo de *impeachment*, Dilma resolve nomear o ex-presidente Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, notícia que repercutiu negativamente no público, sobretudo no judiciário, sob a hipótese de que essa nomeação seria uma espécie de beneficiamento a Lula, que ao assumir um cargo no primeiro escalão, adquiria o direito de foro privilegiado, convertendo sua investigação numa responsabilidade do STF.

Em tempo recorde o juiz Sergio Moro se prontifica a divulgar em horário nobre, um diálogo[19] entre Dilma e Lula que pertencia à interceptação telefônica sigilosa da 24ª fase da Operação Lava Jato. A ação foi aplaudida por muitos que acreditavam que Dilma estaria ajudando Lula a se safar da prisão através do foro privilegiado, e criticada por outros que acusavam o juiz de estar agindo arbitrariamente e de forma ilegal ao divulgar grampos de uma gravação sigilosa, configurando ainda um procedimento de abuso de autoridade.

---

[17] Possível recebimento de propina por parte de uma construtora envolvida na Lava Jato.

[18] **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 16 de junho de 2018. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/stf-decide-que-conducao-coercitiva-e-pratica-de-regime-de-excecao/. Acesso em: 30 de maio de 2020.

[19] **G1**, Paraná, 17 de março de 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html. Acesso em: 31 de maio de 2020.

> [...] ao publicar as gravações da conversa entre Lula e Dilma, horas depois que a Justiça anulou a audição, ele violou a lei duas vezes: violou o sigilo de interceptações, mesmo que a audição fosse permitida, e também o princípio de confidencialidade que, supostamente, protegia as comunicações da chefa executiva. Ficou tão evidente que essas ações eram ilegais que Moro foi imediatamente repreendido pelo juiz da Suprema Corte - responsável por Moro - mas sem nenhuma sanção efetiva (PERRY ANDERSON, 2016, p. 55, tradução nossa[20]).

Perry Anderson, historiador e ensaísta político, comunga da ideia de que Moro atuou de forma parcial durante o processo de investigação contra Lula, utilizando de ferramentas que estavam ao seu alcance na Lava Jato para inflamar a situação de Dilma, Lula e do PT em geral. A medida de divulgação da gravação, embora reconhecida pelo Supremo enquanto ilegal, não configurou nenhuma forma de punição ao juiz Sergio Moro, entretanto, mediante ampla midiatização da imprensa acelerou a derrubada da presidenta Dilma, que a esta altura do jogo político, já estava prestes a ser deposta.

Em meio a toda essa situação, Lula chegou a tomar posse, mas foi impedido de assumir o cargo de ministro-chefe da Casa Civil mediante suspensão de posse determinada por um juiz federal de Brasília. A investigação e os escândalos que vinham sendo divulgados pela mídia envolvendo o nome de Lula colocaram em xeque qualquer participação sua em algum cargo do governo. Enquanto isso nas ruas, de um lado ocorriam manifestações pró governo, com gritos de "Não vai ter golpe", pelos que viam no cenário político brasileiro uma afronta a democracia, e de outro, manifestações contra o governo com pedidos de *impeachment* e gritos de "Lula, não tem choro, cê tá nas mãos do Sergio Moro".

O juiz federal, de primeira instância, Sergio Moro, passou a ser aclamado pela direita organizada e ganhou significativa popularidade no país inteiro. Ele era visto como o grande herói da justiça, uma das cartas mais importantes do jogo que "salvaria" o Brasil da corrupção, mas, sobretudo, do PT, tendo como principal alvo, o ex-presidente Lula. Afinal, a trama do golpe estava arquitetada em dois grandes momentos: a conclusão do *impeachment* de Dilma e a efetivação da prisão de Lula, com o objetivo de deixar por fim, o caminho livre para a ascensão da direita que por quatro vezes havia sido derrotada pelo PT.

Nessa fase do jogo, a presidenta já havia perdido popularidade e grande parte de sua base de apoio no parlamento, abandonada pelo próprio vice, Dilma estava sendo traída pelo

[20] [...] al publicar las grabaciones de la conversación entre Lula y Dilma, horas después de que la Justicia anulase la escucha, violó la ley dos veces: violó el sigilo de las interceptaciones, aunque fuera permitida la escucha, y también el principio de confidencialidad que, supuestamente, protegía las comunicaciones de la jefa del Ejecutivo. Quedó tan evidenciado que esas acciones eran ilegales, que inmediatamente Moro fue reprendido por el juez del Supremo – responsable de Moro –, pero sin ninguna sanción efectiva.

principal partido com o qual o PT realizou alianças, o PMDB. Ao romper com o governo o partido uniu forças para a votação do *impeachment*, sendo Cunha, o principal articulador de toda negociação de votos[21]. Cabe ressaltar que as investigações contra ele caminhavam a passos lentos, propositalmente ou não, sem interferir no procedimento de *impeachment*, que conforme lei, só poderia ser conduzido pelo presidente da Câmara dos Deputados.

O peemedebista e vice-presidente Michel Temer, ainda não citado nesse texto, é quiçá o personagem mais discreto de toda essa trama. Tendo sua atuação mais clara em 2015, mediante crise política e econômica já instalada, quando apresentou um projeto chamado "Ponte Para o Futuro", cujo objetivo consistia numa política reformista amplamente firmada nos princípios neoliberais. O projeto que Perry Anderson (2016) preferiu chamar de "programa de governo" foi, quem sabe, a grande jogada do vice-presidente que pela constituição assumiria a cadeira presidencial após a saída de Dilma.

Em entrevista ao programa Roda Viva, em setembro de 2019, Michel Temer nega que o projeto "Ponte Para o Futuro" tenha sido uma medida conspiratória contra Dilma, mas que pelo contrário, tratava-se de uma proposta de colaboração, mudança de rumo e melhoria para o governo. Temer enfatiza ainda que além de recusada, a proposta haveria sido má interpretada pela presidenta, o que culminou no afastamento de ambos os lados. "Eu jamais imaginei que poderia chegar à presidência da república, especialmente por essa via[22]", reiterou, defendendo a narrativa de que não teve participação no processo de *impeachment*.

De volta ao cenário do golpe, chegamos a 17 de abril de 2016, dia que jamais será esquecido por nós e que certamente ganhará algumas páginas nos livros de história, sendo marcado como o dia em que o Brasil vivenciou um golpe político sob a farsa de um *impeachment*. Esta data marca a efetivação de um ataque à democracia brasileira que através de um espetáculo sediado na Câmara dos Deputados, retirou de uma mulher legitimamente eleita, o direito de governar e exercer seu cargo de chefa executiva da república do Brasil.

A votação na Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, contou com a participação de 511 deputados, tendo duração de seis horas e ampla cobertura midiática, sendo transmitida ao vivo pela Rede Globo de Televisão. Para a admissibilidade do processo de *impeachment* era necessário um total de 342 votos favoráveis, que se alcançados poderia

---

[21] Em outubro de 2017, durante depoimento de delação premiada à Procuradoria-Geral da República, o operador financeiro Lucio Funaro afirma ter disponibilizado, a pedido de Cunha, o valor de R$ 1 milhão para compra de votos favoráveis ao *impeachment*. Vídeo da delação disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1927138-cunha-recebeu-r-1-mi-para-comprar-votos-do-impeachment-de-dilma-diz-funaro.shtml. Acesso em: 01 de junho de 2020.

[22] Trecho da entrevista de Michel Temer ao Programa Roda Viva pela TV Cultura em 16 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U&t=3005s. Acesso em: 13 de julho de 2020.

afastar a presidenta de suas atribuições por até 180 dias. O resultado supera o esperado, efetivando o processo com 367 votos favoráveis, 07 abstenções e 137 contrários.

Naquele dia 17 de abril de 2016 o Congresso Nacional foi palco de um grande show de horrores, não somente por testemunhar o *impeachment* ilegítimo de uma presidenta democraticamente eleita, mas ainda, pela forma torpe que o fizeram. Os parlamentares ali presentes estavam eufóricos, embebidos de distintos sentimentos, muitos, utilizando de seus míseros dez segundos de votação para proferir falas esdrúxulas que envolviam expressivamente, o nome de Deus. Os argumentos para votar "sim" eram incongruentes, ilógicos e mediante a dimensão do que estava acontecendo, de forma alguma fundamentavam a escolha pelo *impeachment.*

Não cabe aqui mencionar os disparates, insultos e blasfêmias que deram vida a cada personagem presente naquela sessão, entretanto, frente ao escarcéu encenado por protagonistas e coadjuvantes engravatados, sobretudo pela bancada dos que se declaram servos de Deus e do povo, gostaríamos de registrar o argumento que consideramos mais desumano e antidemocrático proferido por um deputado naquele dia.

> - Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha!
> - Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!
> - Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"![23]

O autor dessa fala era Jair Messias Bolsonaro, um capitão reformado do exército, deputado federal pelo Rio de Janeiro e político há quase 30 anos, um dos nomes indicados para representar a extrema direita na disputa presidencial de 2018. Sua fala que curiosamente tece elogios a um deputado corrupto e investigado – tendo em vista sua veemente crítica à política corrupta do PT –, externa também o que nele há de mais cruel, seu louvor ao período mais opressivo da história política do Brasil, e sua devoção ao ex-chefe do DOI-Codi, torturador de Dilma Rousseff e de tantas outras vítimas da ditadura militar.

Defender a tortura em nome de Deus é tão absurdo e contraditório quanto mencionar "1964" e "liberdade" na mesma fala, mas essa era a face de Jair Messias Bolsonaro, sem filtros e sem escrúpulos, característica que nunca se deu o trabalho de negar e que mais

[23] Trecho retirado da Ata. **Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação**, referente à 91ª Sessão Deliberativa Extraordinária 091.2.55.O. (BRASIL, 2016, p. 232-233).

adiante recrutaria milhares de soldados para propagandear seu discurso de ódio. Não somente, o então deputado federal era ainda, membro da chamada bancada evangélica, a qual votou quase que unânime favorável ao *impeachment*, camuflando qualquer acordo e interesse político com discursos tradicionais e conservadores, cujas justificativas para votar "sim" estiveram firmadas no tripé "Deus", "família" e "igreja".

Para entender melhor estes argumentos Prandi e Carneiro (2017) realizaram um estudo sobre como votaram os deputados evangélicos e não evangélicos durante a admissibilidade do processo de *impeachment*, e para isso, consideraram os temas mencionados para justificar os votos de "sim" e "não", chegando à posição de que os resultados "confirmam o efeito da religião no discurso (como aconteceu no próprio voto), indicando justificativas menos democráticas e mais tradicionais quando o voto é pelo *impeachment* e quando o deputado é de religião evangélica" (PRANDI; CARNEIRO, 2017, p.15).

Os valores morais utilizados pelos evangélicos para justificar o voto favorável ao impedimento da presidenta representam também o rechaço a algumas políticas sociais adotadas pelo governo para promover visibilidade e garantia de direitos a determinados grupos, cujas pautas são contrárias aos seus princípios religiosos. Como afirmou Bolsonaro, "pela família e pela inocência das crianças", compreendemos que partindo da ótica cristã-conservadora da bancada evangélica esses valores encontravam-se ameaçados pelo governo, argumento que contribuiu para a atuação incisiva desse grupo parlamentar em apoio ao golpe, mas que não foi suficiente para justificar as razões de ordem administrativas do *impeachemnt*.

Já que adentramos esse tema, é importante dizer que algumas frentes parlamentares tiveram papel importante no apoio ao golpe de 2016, em especial algumas bancadas principais da Câmara dos Deputados. Ao citarmos a bancada evangélica, também conhecida como bancada da bíblia, não poderíamos deixar de citar a bancada da bala e a bancada do boi, as três frentes principais que deram expressividade aos votos favoráveis ao *impeachment*. Representada por evangélicos, armamentistas e ruralistas, a Bancada BBB foi, portanto, imprescindível no processo de deposição da presidenta Dilma.

Interesses particulares, discordâncias com o governo, novos acordos e promessas para viabilização de pautas, foram as determinantes para que essas frentes unissem força e se aliassem ao propósito maior de retirar o PT de campo. Nessa perspectiva, uma das bancadas que requerem maior debate e problematização por parte desta pesquisa é a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também conhecida por bancada ruralista ou bancada do boi,

considerada uma das frentes mais fortes da Câmara e responsável, segundo a Equipe De Olho Nos Ruralistas, por 50% dos votos favoráveis ao *impeachment* que retirou Dilma do poder.

Decidido por unanimidade apoio ao impedimento, os ruralistas justificaram que a permanência da crise econômica estava atrelada a permanência da presidenta Dilma no governo, alegando a necessidade de "estancar" através dos meios legais, essa sequência de queda nos números da economia brasileira, que particularmente, afetava o segmento rural. Entretanto, sabendo que o governo Dilma foi um período de valorização do agronegócio e das pautas ruralistas em geral, é curioso que essa bancada tenha se voltado contra um governo que tanto apoiou e investiu em seus interesses. Quais os motivos reais para "trair" a presidenta?

Não há como negar que Dilma deu ênfase as pautas ruralistas em seu governo, algo que se nota pela inexpressiva política de reforma agrária e sua discrepância frente aos dados do governo Lula, aliás, se pensarmos em termos de desapropriação de terras, seu governo fica muito atrás. Em geral, independente do maior ou menor diálogo com os movimentos sociais, Lula e Dilma sempre usaram como estratégia de governamentalidade[24] a harmonia com a bancada ruralista. Os governos petistas investiram no agronegócio e optaram por evitar conflitos com esse setor, afinal de contas, ambos os presidentes presavam por essa aliança.

Dilma viu-se traída pela bancada mais forte do Congresso, com a qual ela havia estreitado laços e prestado grande apoio durante seu mandato, defendendo interesses e investindo em setores representativos para os ruralistas, a exemplo do agronegócio. Contraditoriamente, enquanto a bancada do boi virava as costas para Dilma, entre as bandeiras que se levantavam em defesa de sua permanência no governo e contra o golpe, estava a bandeira do MST, movimento de participação periférica no governo, tendo em vista insignificante dedicação[25] de Dilma para a pauta da reforma agrária.

Acontece que os ruralistas viram num futuro com Temer, inúmeras possibilidades de alcançar seus objetivos de forma rápida e eficaz, uma vez que mais do que nunca o Brasil assumiria um plano de governo extremamente neoliberal e reformista, passivo de flexibilizações que beneficiariam expressivamente o capitalismo agrário em detrimento do campesinato. Portanto, na trama do *impeachment* os acordos e conchavos com a bancada

[24] Conceito foucaltiano discutido por Welch (2018) no texto "Governamentalidade: Agenda Oculta do Agrogolpe de 2016".

[25] Em meio à tendência de queda nos números da reforma agrária, visto que o governo Dilma em suas alianças deu muita ênfase ao agronegócio e a uma política neodesenvolvimentista, em 2015 no seu penúltimo ano de mandato, sequer assinou um decreto de desapropriação de terras. No entanto, prevendo a queda de seu governo diante de um golpe que se construía também pelos seus próprios parceiros do agronegócio, resolveu assinar 21 decretos em 2016, antes da confirmação de seu impeachment (MITIDIERO; COSME 2018).

ruralista para derrubar a presidenta entrariam em vigor assim que Temer assumisse o governo, viabilizando pautas e ampliando o poder dos ruralistas no território brasileiro.

Tendo em vista a significativa participação da bancada ruralista com 172 votos contra Dilma em seu processo de deposição e posteriormente as evidentes atuações do governo Temer em benefício desta bancada, Castilho (2017) aponta para um golpe ruralista, que mediante a supremacia desse grupo se estabeleceu e corroborou com um intenso ataque aos povos do campo. O pagamento vem em forma de medidas provisórias, projetos de leis e reformas, que prejudicam, sobretudo, a classe trabalhadora, os movimentos sociais, os territórios campesinos, indígenas, tradicionais e o meio ambiente.

A faceta agrária do golpe se constitui pelos interesses da bancada ruralista, que conforme afirma Castilho (2017)[26] tem poder para manter e derrubar um presidente. O autor chega a essa conclusão mediante análise sobre a participação dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), "popular" bancada ruralista nas votações do *impeachment* de Dilma e do processo por corrupção passiva contra Temer, cujos resultados apontam atuação em 50% dos votos que derrubaram Dilma em 2016 e 51% dos votos que mantiveram Temer em 2017 diante das denúncias de corrupção que, se encaminhadas pelo parlamento, afastariam o presidente golpista.

Em outro momento veremos com mais detalhes a política de Temer no que tange a questão agrária brasileira e como sua forma de conduzir o governo esteve embasada nos anseios da bancada ruralista. Os fatos, ademais de evidenciarem o cumprimento dos acordos realizados durante o *impeachment* de Dilma, ratificam a ampliação do poder e da supremacia do setor ruralista em detrimento de outras questões do campo no Brasil. Esse processo antidemocrático que revela os interesses políticos da bancada ruralista e o desejo ávido por novas formas de governamentalidade, Welch (2018) preferiu chamar de *agrogolpe*.

Retomando o cenário do golpe, após aquela sessão na Câmara, a presidenta seria afastada do governo por 180 dias, caso aprovada a instauração do processo no Senado. Na parte interna do Congresso havia dois lados, o dos que vibravam de alegria com a queda de Dilma e o dos que lamentavam tamanha farsa democrática. Inconscientemente, o muro que fora erguido na parte externa do Congresso para dividir as torcidas de pró e contra *impeachment,* não só representava uma estratégia para evitar conflitos entre os lados opostos, mas também, a cisão política e ideológica que se estabelecia na sociedade brasileira.

---

[26] **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 26 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/09/bancada-ruralista-tem-poderes-para-derrubar-ou-manter-presidentes/. Acesso em: 10 de junho de 2020.

Em maio de 2016, após votação de admissibilidade do *impeachment* no Senado, com 55 votos favoráveis e 22 contra, Temer, que há cinco anos ocupava o cargo de vice-presidente, passa a ocupar o cargo de presidente interino mediante afastamento de Dilma por até 180 dias. O peemedebista que outrora havia escrito uma carta à presidenta, declarando sentir-se como um vice-decorativo no governo petista, agora assumia o protagonismo de representar o Brasil até segunda ordem. O julgamento de Dilma no Senado seria a jogada final que determinaria ou o seu reempossamento ou seu afastamento definitivo da presidência.

O julgamento do processo no Senado constitui a última etapa do *impeachment*, sendo considerada a mais importante pelo fato de decidir mediante acusação e defesa, se o acusado será condenado pela prática de crime de responsabilidade e se será destituído do cargo que ocupa. No dia 25 de agosto de 2016 o Senado deu início à sessão de julgamento de Dilma Housseff, na ocasião estavam à frente, o presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski que comandou os trabalhos da Casa durante toda a sessão com duração de quase 68 horas distribuídas em seis dias.

Em 29 de agosto, a presidenta Dilma participa da sessão onde realiza inicialmente um longo pronunciamento de defesa, sendo posteriormente arguida pelos senadores, respondendo perguntas por quase 12 horas. Em suas palavras Dilma nega ter cometido qualquer crime de responsabilidade, e alega que as acusações dirigidas a ela representam apenas pretextos para derrubar uma mulher escolhida em eleições diretas. Defende ainda, que uma vez aprovado, seu impedimento se constituirá a partir da violência moral, em forma de golpe parlamentar, injusto e ilegítimo, causando uma ruptura democrática no sistema político brasileiro[27].

Em 31 de agosto de 2016, após três meses do afastamento os parlamentares seguem irredutíveis quanto ao desejo pela destituição da presidenta, parece que nada mudou, e independente da Casa o protagonismo no cenário de golpe continua o mesmo. Nesse dia, 81 senadores têm o dever de votar o *impeachment* de Dilma, dessa vez para resultados definitivos, sendo necessário para a condenação da acusada 2/3 dos votos. A votação de julgamento configura efetivação do processo com 61 votos favoráveis e 20 contra, o resultado determina, portanto, a deposição de Dilma do cargo máximo de presidenta da república.

A presidenta foi impedida de concluir seu segundo mandato, que somente terminaria em 31 de dezembro de 2018, ficando na linha de sucessão o vice, Michel Temer que já estava em exercício desde maio, sob a condição de presidente interino. No mesmo dia da consolidação do *imperachment* de Dilma, o seu vice foi convocado a tomar posse, assumindo

[27] **EBC na Rede**, 29 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P33vFjPeawg&t=1529s. Acesso em: 17 de junho de 2020.

através da usurpação o cargo mais alto de sua vida política. A cerimônia de curta duração foi presidida por Renan Calheiros, e em apenas onze minutos o peemedebista Michel Temer foi empossado, assumindo de forma definitiva a presidência da república.

O golpe contra Dilma se constituiu, e o PMDB, partido de sua base de apoios, teve grande participação nesse processo. Quando questionada por Petra Costa[28], sobre a aliança entre PT e PMDB, Dilma responde:

> - Você pra governar precisa de maioria no congresso. Os que tão decepcionados têm que se perguntar por que que nós não elegemos senadores e deputados e deixamos que para ter dois terços na Câmara e no Senado, no Congresso, era necessário vinte partidos?
> - Nós erramos em não perceber que a hegemonia pela direita era crescente, porque ela não tava posta inteiramente em 2014, quando nós fizemos o acerto.
> - Quando é que ela fica posta? Quando ele, o Cunha – Porque o chefe é o Cunha, não é o Temer – quando o Cunha se elege presidente da câmara.
> - Ele monta toda a estrutura, ele monta a estrutura do golpe, ele monta a estrutura do cerco.
> - Eu quero te dizer, eu não governei durante 2015[29].

Pelas palavras de Dilma a aliança era consequência da insuficiente representatividade do PT no Congresso, o que lhe obrigava a fazer acordos com partidos de ideologias políticas contrárias, mas que fortaleceriam sua base de apoio, como o PMDB. O que não se esperava era que a ascensão de Cunha na Câmara viesse causar tamanho impacto ao governo Dilma, e que ele enquanto chefe, como a própria Dilma afirma, viesse a esquematizar e estruturar todo o cerco para o impedimento de uma presidenta legitimamente eleita.

Embora investigado e com o mandato por um triz, Cunha soube articular tudo que estava ao seu alcance para efetivar o golpe contra Dilma, sobretudo após negativa do governo para intervir na investigação contra ele. Mas obviamente, Cunha não teria logrado tamanha trama se o processo contra ele na Lava Jato tivesse sido devidamente levado a cabo, e ainda se Moro não tivesse interferido na investigação contra parlamentares envolvidos em esquemas de corrupção da Odebrecht[30], o que pela quantidade de psdebistas e peemedebistas implicados, poderia comprometer a votação favorável ao *impeachment* na Câmara.

---

[28] Cineasta brasileira e diretora do documentário "Democracia em Vertigem", indicado ao Oscar 2019.

[29] Trecho retirado de uma das cenas do documentário "Democracia em Vertigem" (2019).

[30] "Moro lançou suas escutas incendiárias em 16 de março. Uma semana depois, a polícia de São Paulo invadiu a casa de um dos executivos da Odebrecht, o maior contratado da América Latina, cujo diretor havia sido condenado recentemente a 19 anos de prisão por um crime de suborno. Na casa, a polícia encontrou uma lista de 316 políticos, com quantias de dinheiro associadas aos seus nomes. Havia até figuras tradicionais do PSDB, do PMDB e de outros partidos - um verdadeiro panorama da classe política brasileira. Objetivamente, essa lista produziu muito mais barulho do que a conversa entre Lula e Dilma. Mas era um barulho menos conveniente: diretamente de Curitiba, Moro rapidamente tomou a posição oposta, ordenando que as listas fossem colocadas em segredo para evitar especulações. Ainda assim, o alarme soou: a Lava Jato poderia sair do controle. Se Dilma

Coincidentemente, Cunha foi afastado da presidência da Câmara somente em maio de 2016, após ter feito sua parte na trama do golpe, seu afastamento consistiu numa liminar concedida pelo STF[31], devido tentativa de intervenção nas investigações contra ele mesmo, denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em pedido de afastamento contra Cunha realizado desde dezembro de 2015. Vale salientar que foi a primeira vez na história política do Brasil que um presidente da Câmara foi afastado pelo STF.

Em julho de 2016, ainda em afastamento indeterminado, Cunha renuncia ao cargo de presidente da Câmara, mas é em outubro desse mesmo ano que o então juiz federal Sergio Moro decide por sua prisão, mediante acusações de participação nos esquemas de corrupção da Lava Jato. Cunha foi preso por tempo indeterminado e sua condenação efetivou-se em março de 2017 com sentença de 15 anos e 4 meses. Curiosamente um dos principais encabeçadores do *impeachment* contra Dilma, era agora desmascarado corrupto e condenado por crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, entre outros.

Enquanto isso, Temer estava no poder e seguia realizando as reformas (impopulares) que considerou necessárias para resolver a crise e reestabelecer a economia. Com seus ministérios totalmente ocupados por homens (brancos) Temer colocava em prática o projeto "Ponte para o Futuro", o qual fora elaborado quando o mesmo exercia ainda o cargo de vice-presidente. Impopular, rechaçado por grande parte da população e sem perspectivas de um novo protagonismo na política, o presidente que ascendeu ao cargo através da usurpação passava deixando rastros profundos de destruição nos direitos sociais.

Em 2017, o então presidente recebeu duas denúncias por parte da Procuradoria Geral da República, sendo a primeira apresentada em agosto, envolvendo o nome de Temer em supostas negociações baseadas em propinas, e a segunda apresentada em setembro, considerada a mais importante por apontar Temer como líder de uma organização criminosa formada por membros do PMDB envolvidos em práticas ilícitas dentro de organizações públicas a exemplo da Petrobrás e da Câmara dos Deputados, desde 2016. Obviamente, ambas as denúncias foram barradas mediante votação na Câmara dos Deputados.

A traição de Temer e do PMDB foi uma espécie de vingança contra Dilma, contra sua forma de governar e pela sua ousadia em interferir em cargos importantes de membros

---

tinha que cair, tinha que ser feito antes que as listas da Odebrecht pudessem ameaçar seus próprios acusadores. Alguns dias depois, o PMDB anunciou que estava deixando o governo e começaria uma contagem de votos a favor do impeachment." (PERRY ANDERSON, 2016, p. 58, tradução nossa).

[31] **G1**, Brasília, 05 de maio de 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html. Acesso em: 15 de junho de 2020.

pertencentes ao partido de sua base de apoio. O próprio Temer deixa claro em carta enviada a Dilma, a indignação pela falta de consideração que a mesma teve em relação PMDB, citando inclusive a falta de diálogo com o partido, a falta de compromisso com alguns acordos, a falta de credibilidade nos nomes indicados pelo vice, em geral, a desvalorização de Temer enquanto parte do governo e do PMDB enquanto base de apoio.

Para expressar melhor que a continuidade de Dilma no governo dependia de sua submissão aos desejos alheios e que todo o cerco do golpe resultou das inúmeras retaliações que a mesma sofreu por tomar decisões que causaram desconforto a certos políticos, retomemos a fala do deputado Paulo Maluf, do Partido Progressista (PP), no dia da votação do *impeachment* na Câmara, em entrevista a Petra Costa: "Eu posso lhe dizer também que Dilma era honesta. Mas a boa cozinheira não é aquela que faz a comida ao seu gosto, a boa cozinheira é aquela que faz a comida ao gosto de quem ia comer".[32]

Comungamos, portanto com o pensamento de que todo esse cenário obscuro vivido entre 2016 e 2018 tenha se constituído a partir da ilegitimidade, como pondera Boaventura de Sousa Santos (2016), embora não haja resquícios de qualquer ditadura militar ou alteração constitucional, os eventos desse período político no Brasil configuram, de fato, uma fratura no processo democrático, e é por isso que deve ser chamado de "golpe parlamentar"[33]. Isso nos faz refletir sobre a fragilidade da democracia brasileira, estrategicamente impactada por um golpe transvestido de *impeachment*, arquitetado inescrupulosamente por políticos corruptos.

O relato desse cenário nos reitera que o afastamento de uma presidente eleita democraticamente se efetivou mediante acusações infundadas e sem provas cabíveis. Compreendemos que nosso sistema permite a existência de protagonismos políticos, jurídicos e midiáticos capazes de mudar o rumo de qualquer cenário democrático. Nesse episódio, a trama se desenha a partir dos interesses e dos benefícios almejados em outras formas de governamentalidade, fazendo com que os erros cometidos por Dilma, sobretudo na esfera econômica, se convertessem em pretextos para afastá-la, retirando seu protagonismo de cena.

O mesmo aconteceu com Lula em 2018, pois embora constituído o golpe contra Dilma em 2016, o golpe contra o PT ainda estava em curso. Seria esforço perdido retirar Dilma de cena e permitir a eleição de Lula, tendo em vista sua popularidade como candidato preferido às eleições presidenciais de 2018. O PT de volta ao poder jogaria no ralo todas as esperanças

[32] Trecho retirado de uma das cenas do documentário "Democracia em Vertigem" (2019).

[33] SANTOS, Boaventura de Sousa de. *In*: Entrevista especial concedida ao ***Blog* da Boitempo**, publicado em 02 de junho de 2016. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/02/boaventura-contra-o-golpe-parlamentar-no-brasil/. Acesso em: 16 de junho de 2020.

de ascensão da direita e fracassaria o plano da elite conservadora, empresarial e oligárquica de fazer o Brasil caminhar cada vez mais na direção do neoliberalismo.

O desfecho do golpe de 2016 acontece somente em 07 de abril de 2018, com a prisão do ex-presidente Lula[34], cena principal protagonizada pelo então juiz Sérgio Moro, baseada segundo Nunes (2019, p.68) em "decisões parciais e julgamentos arbitrários". Moro foi o grande responsável por barrar a participação de Lula nas eleições de 2018, contribuindo significativamente com a guinada da ultradireita bolsonarista, que lhe garantia o cargo de Ministro da Justiça em 2019 e mais adiante uma indicação valiosa ao STF, troca de "favores" que culminou num relacionamento abusivo e desmantelado ao longo do tempo[35].

O golpe que perdurou por mais de dois anos surgiu com estrutura parlamentar, mas no decorrer do processo adquiriu distintas facetas, sendo impulsionado por outros setores que configuraram protagonismos mútuos em prol da derrubada de Dilma, e da prisão de Lula. Nunes (2019) aponta para uma inter-relação entre os poderes legislativo, judiciário e midiático no tocante da estruturação, processo e efetivação do golpe, tendo em vista o protagonismo dos parlamentares e suas artimanhas no Congresso, do juiz Sergio Moro e sua atuação parcial e estratégica, e da imprensa manipuladora e tendenciosa.

Esses três poderes articulados causaram à democracia brasileira uma fratura que tem se expandido com o decorrer do tempo. O ódio pelo PT semeado durante o *impeachment* culminou numa onda de protagonismos antidemocráticos inimagináveis para os dias atuais. O objetivo de ascensão da direita no pós-golpe surtiu um efeito ainda mais danoso, dando espaço e expressividade à extrema direita autoritária que a cada dia representa uma ameaça ao Estado democrático de Direito. O golpe difundido por esses três poderes foi, portanto de origem múltipla, "parlamentar-jurídico-midiático[36]", e causou ao Brasil danos irreparáveis.

2.3 GOVERNO TEMER E A QUESTÃO AGRÁRIA

Depois de estudarmos o minucioso processo de *impeachment* que culminou com a deposição da presidente Dilma e a posterior ascensão de seu vice Temer ao cargo efetivo de presidente da república, é chegado o momento de compreender os interesses em questão que

---

[34] Ver: NUNES, Pedro. ATUAÇÕES DO EX-JUIZ SERGIO MORO: as motivações para a prisão do ex-presidente Lula e as coberturas da Imprensa brasileira. In: Democracia Fraturada: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a imprensa no Brasil. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 91-128.

[35] **Época Revista Digital**, 24 de abril de 2020. Disponível em: https://epoca.globo.com/brasil/oito-conflitos-entre-bolsonaro-moro-24390921. Acesso em 16 de junho de 2020.

[36] NUNES, Pedro (2019).

levaram a bancada ruralista ao topo do protagonismo durante a votação do *impeachment*. De antemão, salientamos já, que a possibilidade de um governo alinhado ao agronegócio, cujas ações viabilizassem e beneficiassem ainda mais a agenda de dominação do campo, foi a ambição mobilizadora na traiçoeira articulação dos ruralistas em apoio ao golpe de 2016.

O agronegócio que sempre precisou do Estado para se fortalecer, viu em Temer a oportunidade de cambiar por completo o rumo das políticas agrárias do Brasil, assim, já não era suficiente a subserviência do PT, que embora dedicando os maiores investimentos para o setor do agronegócio, ainda fazia um mínimo em prol do campesinato, por meio das desapropriações e políticas públicas de apoio a produção. Com Temer, a questão agrária assume mais um estágio crítico, onde se coloca em jogo os direitos dos distintos povos do campo em prol do acerto de contas com a bancada ruralista por meio de inúmeras benesses ao setor patronal rural.

> Na faceta agrária do golpe, que colocou o ilegítimo presidente Michel Temer a frente da presidência da República, os interesses do agronegócio são explicitamente os de sepultar de uma vez por todas as desapropriações de terra para a reforma agrária; usurpar as terras indígenas e quilombolas; implodir a proteção ambiental em áreas do interesse dos ruralistas; legalizar o roubo de terras (grilagem); se apropriar privadamente dos recursos financeiros do Estado; e garantir a continuidade e impunidade da violência e dos crimes de corrupção no campo (MITIDIERO; COSME, 2018, p. 269).

Estamos falando de retrocessos que se materializam no âmbito das conquistas históricas dos indígenas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras do campo, e que se estabelecem pelas legislações aprovadas por um governo ilegítimo, que no cerne da questão agrária busca enterrar a reforma agrária, os direitos dos povos do campo e os direitos ambientais. De 2016 a 2018, a política agrária de Temer esteve firmada em uma única perspectiva: a ampliação das estratégias de poder do agronegócio e do grande capital agrário.

O governo Temer já começa seu mandato impondo uma nova roupagem ao que estava posto sobre as políticas de desenvolvimento agrário, as inúmeras ações de mudança para o campo desencadeadas pelos decretos, medidas provisórias e projetos de lei, demonstram claramente suas reais intenções de paralisação da reforma agrária. No governo golpista não há espaço para desapropriações, nem políticas de assentamento em atenção às famílias sem terra, pelo contrário, o que se prioriza é o desmantelamento dos órgãos de apoio à reforma agrária, o enfraquecimento da luta pela terra e o bloqueio das conquistas do campesinato.

Essa nova roupagem tem início em maio de 2016 com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a incorporação de sua pasta, em primeiro momento, ao

novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), ação que brevemente foi reestruturada direcionando as demandas do antigo MDA para Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Nessa nova organização, O INCRA passa a ser atrelado diretamente às autoridades da Casa Civil e da própria presidência.

O ataque direto à reforma agrária começa pela destituição de um ministério que desde sua constituição no ano 2000 pelo governo FHC, representa um dos principais apoios da luta pela terra e das conquistas do campo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) configura o órgão responsável por atender e gerenciar os assentamentos, por trabalhar junto aos camponeses em defesa dos seus direitos e prioridades, por atuar diretamente com as demandas da classe do campo, por impulsionar a produção e comercialização de alimentos e a agroecologia, dentre outras ações. Desmembrar as competências do MDA para uma secretaria significou o rebaixamento das pautas da reforma agrária e das políticas de beneficiamento para a agricultura familiar.

Durante os governos Lula e Dilma, o MDA atuou como um instrumento de poder em defesa das pautas do campo e do campesinato, caminhando na contramão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujas ações eram direcionadas às demandas do agronegócio. Segundo Welch (2018), mesmo condicionando ao MAPA as cifras dos investimentos mais volumosos, a *governamentalidade* do PT exigia a promoção dos dois setores. Já em Temer, a proposta para a política agrária estaria alicerçada unicamente no fortalecimento do setor patronal rural, materializando-se também nesse primeiro momento, pela nomeação de Blairo Maggi[37] para ministro do MAPA, em atenção aos pedidos da bancada ruralista.

A sequência de desmantelamento das políticas de apoio à agricultura familiar segue aceleradamente durante 2016. Com o fim do MDA os programas que faziam parte da pasta como a Assessoria Técnica Social, Ambiental a Reforma Agrária (ATES), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), também passam por mudanças que desestruturam as ações em vigência durante os governos petistas. Vale salientar que a redução abrupta desses serviços se dá através da própria Secretaria Especial da Agricultura Familiar criada em substituição ao MDA, deixando claro mais uma vez, qual o novo rumo das políticas para o campo.

[37] Na época, senador do Mato Grosso pelo Partido Progressista. Blairo Maggi é um dos herdeiros do Grupo Amaggi, também considerado um dos maiores produtores de soja do mundo. Reconhecido e prestigiado no ramo do agronegócio chegou a receber o apelido/título de "Rei da Soja". Blairo Maggi também é conhecido pelo título de "Motosserra de Ouro", atribuído pela Ong Greenpeace mediante as críticas de desmatamento da Amazônia.

No governo ilegítimo de Temer, as benesses ao agronegócio e a contrarreforma agrária em curso são prioridades que se concretizam em tempo recorde, como se fosse um acerto de contas. Em julho de 2016 a relação amistosa entre Temer e a FPA se manifesta de forma ainda mais íntima, através de um almoço/reunião, cuja pauta principal era o perdão das dívidas bilionárias do setor. Na ocasião, o governo reafirma a Medida Provisória nº 733 de junho de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que assegura liquidações e renegociações de dívidas referentes a credito rural com descontos de até 95% do valor (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018).

No âmbito de defesa da questão agrária, e por que não dizer no âmbito da legalidade, entendemos que existem outras maneiras de lidar com proprietários de terra em dívida com a União. O que acontece no caso de Temer e sua relação de submissão às demandas das elites agrárias é o cumprimento dos acordos e conchavos que lhes foram imprescindíveis, em primeiro momento para ascender ao poder, e em segundo momento para nele permanecer. No campo das contradições, o governo liquida as dívidas bilionárias do agronegócio, enquanto ignora milhares de famílias que demandam acesso à terra e melhores condições de vida.

Para completar o pacote da benfeitoria ao setor pecuarista e latifundista, nada melhor do que complementar o perdão das dívidas com uma canetada de investimentos bilionários para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017. A cifra de 187,7 bilhões que já alcançou destaque outrora no governo Dilma, é superada pelo governo Temer, chegando a atingir o total de 202,88 bilhões. Como se não bastasse tamanha subserviência, o governo decide ainda por recuar na oferta de crédito para o Plano Safra da Agricultura Familiar, transformando o plano anual em plurianual, cuja liberação de crédito para 2017/2020 foi de 30 bilhões, quase o mesmo liberado por Dilma em seu último ano, com total de 28, 9 bilhões (COSME, 2019).

Os cortes drásticos nos recursos para programas de incentivo à agricultura também impactaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que conforme divulgado pelo Compêndio de Estudos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apresentou uma queda de investimentos significativa mediante os comparativos de 2015 a 2018. Em 2015, os recursos SEAD/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA, em números redondos, chegaram a 287 milhões; em 2016, 197 milhões; em 2017, 124 milhões; encerrando 2018 com 63 milhões, a menor cifra de investimento anual em mais de 15 anos (CONAB, 2019).

Os dados refletem uma queda histórica no que tange a liberação de recursos para a manutenção e permanência do PAA, programa criado em 2003, pelo governo Lula com finalidade de apoiar a produção e comercialização dos alimentos da agricultura familiar, bem

como, auxiliar nas políticas de combate à fome e em prol da soberania alimentar. O PAA assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – também impactado pela política de destruição em curso – tem funcionalidade importantíssima para a reprodução camponesa, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária.

Ambos os programas, representam ações positivas dos governos petistas em termos de preservação e valorização do trabalho camponês, tendo em vista o planejamento da produção camponesa mediante público pré-definido para abastecimento; a regularização dos preços dos produtos da reforma agrária; a redução dos prejuízos causados pelas negociações com atravessadores; a permanência do agricultor no campo, em geral, o fortalecimento da agricultura familiar e da produção e oferta de alimentos saudáveis.

Dando continuidade à sequência de mudanças na política agrária, nos cabe abordar aqui a famigerada MP 759 de 22 de dezembro de 2016, mais adiante convertida na Lei 13.465[38] de 11 de julho de 2017, também conhecida pelos estudiosos da questão agrária como a "Lei da Grilagem". Conforme exposto no documento, trata-se da alteração de uma série de leis, envolvendo, dentre outros, os processos de regularização fundiária rural e urbana e regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Estamos falando de um dos estágios mais críticos da contrarreforma agrária do Brasil.

As reais intenções das propostas para a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal ficam mais claras no decreto 9.309 de 15 de março de 2018:

> Art. 2º O disposto neste Decreto aplica-se à regularização fundiária de:
> I - ocupações fora da Amazônia Legal nas áreas rurais do INCRA e da União sob gestão do INCRA, exceto quanto ao disposto no art. 11 da Lei no 11.952, de 2009; e
> II - áreas remanescentes de projetos com características de colonização criados pelo INCRA, dentro ou fora da Amazônia Legal, anteriormente a 10 de outubro de 1985.[39]

Trata-se, em outras palavras, da legalização das ocupações irregulares e da grilagem de terras, não somente no tocante da Amazônia Legal, mas em todo território brasileiro. Segundo Paulino (2018), cabe destacar que tal medida é uma extensão do que foi proposto por

---

[38] "Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União;". Trecho retirado da Lei 13.465. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em 18 de julho de 2021.

[39] Art. 2º do Decreto 9.309 de 15 de março de 2018. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=3&data=16/03/2018. Acesso em: 18 de julho de 2021.

Lula com o Programa Terra Legal através da Lei 11.952/2009, cujo objetivo era validar a grilagem de terras especificamente no âmbito da Amazônia Legal. O que acontece nesse novo momento em que a história se repete é a ampliação da lei que passa a abranger a escala nacional, aumentando o poder de domínio dos grileiros e do *"agrobanditismo"*[40].

No que tange as alterações para regularização fundiária rural, observa-se o exposto no decreto 9.311 de 15 de março de 2018:

> Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a seleção das famílias candidatas a beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, a verificação das condições de permanência das famílias beneficiárias no Programa, a regularização das ocupações dos projetos de assentamento, a titulação provisória e definitiva das parcelas concedidas e a destinação de áreas remanescentes a projetos de assentamento.[41]

Em primeiro lugar atentemos que o decreto dispõe sobre o processo de seleção de famílias candidatas à reforma agrária, processo esse mais detalhado no Art. 5º quando diz que a seleção "inicia-se com a publicação de edital de seleção para chamamento dos interessados, seguido de inscrição da unidade familiar perante o INCRA, do deferimento da inscrição e da classificação dos candidatos e encerra-se com a homologação das famílias beneficiárias".

Num rápido exercício de interpretação o que seria mais provável pensando a agenda adotada por Temer desde o início de seu mandato? Uma medida elegante de promover a reforma agrária? Ou uma jogada de mestre para silenciar e barrar a articulação dos movimentos sociais em luta pela terra? Estratégias como essas já foram utilizadas em outros momentos, a exemplo da "reforma agrária pelos correios" de FHC. A resposta é rápida, tal qual a atuação do governo em suas tentativas de extinguir a reforma agrária.

O decreto dispõe ainda sobre a titulação definitiva dos assentamentos de reforma agrária. Conforme exposto no Art. 47. "Independentemente do cumprimento dos requisitos de concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, considera-se consolidado o projeto de assentamento após quinze anos de sua implantação". Nesse caso, o Estado se isenta das responsabilidades de investimentos para estruturação dos assentamentos, descartando o cumprimento de requisitos importantes e atribuindo como requisito fundamental para a titulação, o tempo de implantação do projeto de assentamento. Sobre a aceleração do processo de titulação, Alentejano (2018, p. 312) pondera que:

---

[40] Oliveira (2010).

[41] Art. 1º do Decreto 9.311 de 15 de março de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9311.htm. Acesso em: 18 de julho de 2021.

> A limitação da aplicação do dispositivo legal de titulação definitiva das terras dos assentamentos se devia, em larga medida, à oposição dos movimentos sociais, em especial do MST, mas também ao fato de que as condições legais para a titulação dificilmente eram atingidas, uma vez que quase nunca se observava o cumprimento das "cláusulas do contrato de concessão de uso". Entretanto, o governo Temer, atendendo a reivindicação expressa da Bancada Ruralista, alterou a legislação relativa a essas cláusulas, reduzindo as exigências para a titulação definitiva, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização destas no mercado de terras.

Para disfarçar, o governo usa da retórica de que a titulação tem como finalidade incentivar o processo de autonomia e emancipação dos assentados, quando na verdade, o ideal para auxiliar o processo emancipatório das famílias assentadas, seria o comprometimento com a reforma agrária e o investimento eficiente nas áreas de assentamentos já existentes. A titulação, para tanto, torna-se mais um instrumento de aprofundamento da contrarreforma agrária propagada pelo governo Temer, cujo objetivo é devolver ao mercado de terras as áreas conquistadas pela luta histórica dos camponeses.

Diante da série de ataques que as legislações criadas durante o governo Temer representam para os povos do campo, não podemos deixar de ressaltar que nesse período também foram registrados aumentos significativos no que tange os conflitos no campo no Brasil. Mediante um comparativo de dez anos, os maiores índices de assassinato por conflitos no campo foram registrados durante o mandato de Temer. Dentre lideranças indígenas, quilombolas e camponesas, sem terras, posseiros, assentados e trabalhadores rurais, envolvidos, em sua maioria, em conflitos trabalhistas, por terra e por água, foram registrados 61 assassinatos em 2016, e 71 assassinatos em 2017 (CPT, 2018). Vale salientar que 2017 também dispara em massacres contra os povos do campo, neste ano foram contabilizados 5 massacres, atingindo o maior número registrado anualmente pela CPT desde 1985[42].

São incontáveis ações e medidas que configuram verdadeiros ataques de violência aos povos do campo e à natureza. Aqui, apresentamos de modo mais enfático as legislações que desencadeiam o agravamento da questão agrária brasileira por meio do sucateamento das políticas sociais de atenção aos camponeses assentados e por meio do enfraquecimento dos movimentos sociais e da luta pela terra. Entretanto, os ataques promovidos em nome da lei,

[42] "O Massacre de Colniza com 9 assassinatos, o Massacre de Pau D'arco com 10 assassinatos, a chacina de 6 trabalhadores rurais em uma área quilombola no estado da Bahia, o massacre de Vilhena (RO) com 3 mortos, o massacre de Canutama (AM) também com 3 mortos, somando a bárbara tentativa de massacre dos índios Gamela (MA), assombrou parte da sociedade brasileira preocupada com essa dimensão dos conflitos agrários, ou melhor, preocupada com essa tradição de formação territorial injusta desse país. Ao que parece, o número de mortos e a forma das mortes indicam uma insistência em manter essa tradição perversa" (MITIDIERO, FELICIANO, 2018, p. 244).

para legitimar a supremacia do agronegócio no governo Temer, também impactam diretamente os demais povos que vivem no campo, seus direitos e suas culturas.

Tudo isso nos permite compreender, em primeiro momento, os reais motivos que levaram a bancada ruralista a optar pelo golpe, e em segundo momento, o porquê de tantas estratégias de destruição colocadas em prática numa sequência tão avassaladora. O acerto de contas entre Temer e a bancada ruralista foi longo e sem sombra de dúvidas trouxe um saldo positivo de poder ao agronegócio. A faceta agrária do golpe político de 2016 garantiu que a política agrária do Brasil fosse unificada aos interesses do grande capital agrário, condição que se impõe para além do governo Temer, permanecendo como *modus operandi* no atual governo.

CAPÍTULO 3
TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES

Este capítulo compreende a parte empírica da pesquisa, onde evidenciamos os resultados alcançados com os trabalhos de campo, aplicação de questionários e entrevistas. Aqui, o nosso objetivo central é pensar o assentamento a luz do golpe, em outras palavras, compreender os desafios, os dilemas, os limites e a resistência da luta na terra frente a um período onde as ações de governos golpistas atacam os direitos dos povos do campo, buscando eliminar, dentre outras questões, as possibilidades de materialização dos assentamentos e da reprodução camponesa.

A ideia de territorialização camponesa no assentamento Florestan Fernandes, defendida nessa pesquisa, está relacionada a todos os problemas entendidos enquanto percalços da luta na terra em um assentamento de reforma agrária, só que agora potencializados pelos impactos de uma conjuntura de golpe político. É importante entendermos que não se trata somente de um período em que se ampliam as dificuldades nos assentamentos, mas sim, em que se organiza uma sequência de ataques iniciados em primeiro momento com o governo Temer e intensificados no pós-golpe com Bolsonaro.

Obviamente, a falha proposta de reforma agrária que se desenhou historicamente no Brasil, por si só já limita o processo de materialização dos assentamentos e a busca pela autonomia e emancipação dos assentados, entretanto, o que se observa nesse novo momento da política brasileira, é que o que restou para a reforma agrária foram as ações de ataques e

destruições, traduzidas no desmonte dos direitos, escassez de recursos, sucateamento de políticas públicas, extinção de órgãos responsáveis e etc. Portanto, a territorialização camponesa que apresentamos nesse capítulo é também resultado da materialização do golpe e do pós-golpe, e dos impactos que atacam diretamente os povos do campo.

3.1 A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO E A PARTICIPAÇÃO DO MST NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA

O território onde hoje predominam relações efetivamente camponesas, baseadas na produção agropecuária de policulturas e protagonizadas pelos assentados do PA Florestan Fernandes, foi durante muito tempo território da monocultura da cana-de-açúcar e da criação de gado sob posse de uma das famílias mais renomadas da época, a família Lins. Tradicionalmente conhecida pelos grandes empreendimentos canavieiros da região, esta família era proprietária de muitas terras nos municípios do Brejo, tendo como destaque de investimentos a Usina Santa Maria, localizada em Areia/PB, que chegou a ocupar durante a década de 1980, posição importante dentre as maiores usinas da Paraíba.

Com o falecimento dos irmãos Lins, tradicionais senhores de terras da região e proprietários da Usina Santa Maria, em Areia, e do Engenho Poções[43], em Pilões, as terras passaram ao domínio de seus filhos que deram continuidade à centralização do poder de seus empreendimentos. Após a morte do dono das terras onde se localizava o Engenho Poções, quem assume os negócios é o seu genro, um novo gestor que anos depois entraria em conflito com seus subordinados. Em meio a uma dinâmica de queda que se instala com a falência da Usina Santa Maria no início dos anos 1990, o Engenho Poções tem suas atividades comprometidas chegando a encerrar suas produções ao final da década de 1990, acontecimento que marca o surgimento de um movimento de luta pela terra que culminaria num processo de desapropriação das terras do Engenho Poções.

É importante salientar que o conflito por terra que dá origem ao PA Florestan Fernandes, tem suas bases num processo de resistência por parte das famílias que trabalhavam e moravam nas terras do Engenho Poções, e que se encontravam insatisfeitas com os

[43] As terras onde se localizava a estrutura do Engenho Poções eram área de vasta produção de cana-de-açúcar também direcionada à Usina Santa Maria. Como mencionado no subcapítulo 1.2, com o surgimento do modelo de usina, muitos engenhos tradicionais do município e da microrregião do Brejo decaíram, sendo uma alternativa do novo momento produzir a cana e fornecer para as usinas. No caso do Engenho Poções, mesmo após a falência da Usina Santa Maria em 1991, o trabalho da produção de cana continuou existindo até o final da década de 1990, portanto é somente após esse período que se iniciam os primeiros conflitos com o antigo patrão e a organização luta pela terra propriamente dita.

desmandos do antigo patrão. Neste estudo não estamos tratando de um conflito territorial característico do corte da cerca e da ocupação, mas sim de um processo de resistência guiado pelo interesse de conquistar o direito de permanecer nas terras onde já estavam instalados sob a condição precária de moradores, desempregados, e em ameaça de expulsão.

Frente à crise que desestruturava o processo produtivo e econômico do Engenho Poções, nos últimos anos da década de 1990, construíam-se relações ainda mais precárias de trabalho, intensificando nesse território as práticas, já existentes, típicas de trabalho análogo à escravidão. As jornadas exaustivas, os baixos salários, os problemas de regularização de carteira de trabalho, agora se somavam à falta de salários. Os trabalhadores passaram a receber pagamentos em vales alimentação, que de acordo com os assentados eram trocados semanalmente por alimentos comercializados no barracão[44], uma espécie de armazém, cujo proprietário também era o dono do Engenho. Alguns assentados narram as dificuldades de vida e trabalho naquela época.

> Hoje eu não aguento trabalhar mais. Por causa desse problema de coluna fiquei deficiente. Esse problema eu arrumei de tanto carregar água e de tanto cortar cana. Cortei muita cana pros outros... A vida naquele tempo era muito carrasca, a gente trabalhava muito o dia todo e recebia tão pouco (M. N. P. Assentada, 2020).[45]

> Eu trabalhei muito nessas terras, minha infância todinha foi aí. Trabalhava a semana todinha, até dia de hoje (domingo) a gente tava enchendo carro de cana. Era assim, então não tinha folga não. A remuneração muito pouca, e no fim quando faliu, nossos anos de serviço... Se a gente não tivesse entrado na justiça cedo, não tinha recebido nada, e teve gente que não recebeu. Eu recebi só uma parte e até hoje tem outra parte na justiça pra receber (G. P. S. Assentado, 2020).

Com o declínio do engenho em 1999, os trabalhadores que viviam do trabalho na cana e sob a condição de moradores nessas terras se encontraram totalmente a mercê, muitos sequer receberam suas contas pelos anos de serviços prestados, outros não conseguiram se aposentar mediante irregularidades em suas carteiras de trabalho. A falta de responsabilidade com os direitos dos trabalhadores inflamou ainda mais a insatisfação para com o ex-patrão, originando uma série de cobranças que sem acordos, ocasionou perseguições e expulsões.

---

[44] "Barracão era o nome que se dava ao armazém do proprietário com os principais produtos de consumo vendidos aos trabalhadores a um alto custo, através de vales descontados em dias de trabalho" (PEREIRA, 2015, p. 487).

[45] Pela ética da pesquisa e a fim de preservar a identidade dos trabalhadores e suas lutas, manteremos em sigilo os nomes dos entrevistados, sendo estes identificados no texto a partir de iniciais.

Figura 5 – Ruínas do Engenho Poções – Pilões/PB

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, 2017.

Por não aceitar a revolta e as reivindicações de alguns ex-trabalhadores, o dono do engenho e antigo patrão quis usar do poder que tinha enquanto proprietário para expulsá-los, uma vez que estes se encontravam sob a condição de moradores em suas terras. Com a intensificação das perseguições, uma parte dos moradores considerou injusto o que estava acontecendo e se uniu em apoio à luta, passando a reivindicar junto aos demais, os direitos trabalhistas que haviam sido lesados e principalmente o direito de permanecer na terra.

O Engenho Poções parou de funcionar, por motivos de falência ao final da década de 1990, período em que os trabalhadores ficaram jogados a própria sorte sem perspectiva de trabalho, remuneração e, sobretudo, sem previsão para o recebimento das contas referentes aos anos de serviço no engenho. Como alternativa para manter a terra produtiva e lucrativa, o proprietário passa a arrendar a área do antigo engenho para a produção de cana, situação que limitava ainda mais as condições dos moradores, uma vez que os arrendatários tinham seus próprios trabalhadores, não havendo possibilidade de contrato para os moradores do local.

> A gente começou a lutar quando ele começou a arrendar as terras do engenho pra outras pessoas e deixando nós de fora. Vinha outras pessoas do dono que tinha arrendado aqui e trabalhava, e nós que tava aqui não tinha o direito de trabalhar porque ele já vinha com os trabalhor deles. Nós não tinha o direito de plantar, nós não tinha o direito de trabalhar (J. P. S. Assentada, 2021).

No início dos anos 2000, após um período crítico de condições precárias de moradia e sobrevivência, onde sequer os moradores tinham direito de plantar seus próprios roçados e fazer seus próprios negócios, a população local começa a se articular para uma possível compra dos lotes onde estavam instalados, mas ao levar a proposta para o antigo patrão o

mesmo se mostrou totalmente oposto. É a partir de então que dois moradores se informam sobre a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária e passam a articular os demais moradores a lutar pela terra e para nela permanecer.

> Isso aqui antes, quando meu irmão era secretário de agricultura aqui no município ele já tinha dado ideia ao dono da propriedade. Antigamente existia o Banco da Terra, aí ele disse assim: "Doutor, porque o senhor não vende aquela propriedade para os moradores? Já que o senhor não tem condições de manter a propriedade". A propriedade já tava falida, a cana-de-açúcar já tinha acabado, os engenhos quase tudo se fechando, aí ele não queira vender para os moradores. Mas já se cogitava que ele queria vender, não para os moradores, mas queira vender. Ele queria tirar todo mundo daqui, ou indenizar com qualquer coisa, enganar o povo e vender a propriedade. (J.O.C.F. Assentado, 2021).

Com o decorrer do tempo, em meio a essa situação conflituosa, os trabalhadores ainda estavam desorganizados no tocante da luta pela terra, é então que o MST assume protagonismo nessa disputa territorial, ajudando a organizar os trabalhadores e a intensificar as reivindicações, fazendo a luta pela terra em Poções ganhar força a partir de seus processos de espacialização. Essa articulação com o MST acontece por meio de uma das moradoras do local, funcionária do sindicato dos trabalhadores rurais de Pilões que após se reunir com o movimento, organiza um questionário e aplica a todas as famílias, com o objetivo de sondar o interesse dos moradores pela reforma agrária. Na ocasião, a mesma conseguiu coletar as assinaturas de todos os moradores, compondo um abaixo assinado que foi levado ao INCRA, dando início, oficialmente, a luta pela terra e pela desapropriação da área.

Uma vez unidos ao MST os trabalhadores passaram a atuar de forma mais direta na luta pela terra, acompanhando o movimento em diversas ações em prol da reforma agrária. O presidente do assentamento fala um pouco sobre suas experiências junto ao MST:

> Não é todos que sai daqui e que faz o que eu fiz não. Se eu contar a minha vida a gente passa o dia aqui conversando e eu não conto tudo. Só a primeira viagem que eu fui, na estrada de Goiânia a Brasília, a comida da gente durante uns dois dias - a gente sem comida - era leite com rapadura, leite em pó sem cozinhar, com água fria que não dava tempo de ferver. Deu uma tosse tão grande, devido ao clima que aqui é um e lá é outro. Aí rapaz... Eu pensei que a gente ia morrer. Quando chegou lá era gente caindo, gente no hospital, gente desmaiado, porque a gente não tinha costume ainda de tá nessa luta. Quando chegou numa cidade chamada Anápolis, o prefeito foi um cara muito bom e ajudou a gente, todo dia ele mandava comida. Saímos daqui sem nada junto com o MST, foram três dias sem comer nada. [...] Isso foi numa marcha nacional, eu tenho a foto. Quando chegou lá, a gente pensou de ficar quieto, botaram lá foi sete mil homens da polícia, cavalaria e tudo. Saiu noventa machucados, mas não morreu ninguém. Isso aconteceu no planalto, lá que deu essa briga. Aí de outra vez que a gente foi não deu nada. De outra vez também foi bom. E assim foi melhorando as coisas, mas foi muita luta (G. P. S. Assentado, 2020).

Este assentado relata que embora tenham enfrentado muitas dificuldades nessas experiências, a participação do MST foi muito importante no processo de conquista da terra, pois além de encorajar os trabalhadores a lutarem contra as imposições e injustiças do antigo patrão, fez despertar o interesse de lutar pela reforma agrária e pelos direitos de tantos outros trabalhadores do campo. "Naquele tempo junto com o MST, a gente ia pra luta por nós e pelos outros que também precisavam", reiterou.

Embora o processo de luta pela terra não tenha sido acompanhado de violência física, a violência se expressava por meio das perseguições, tentativas de expulsões e até prisões intermediadas pelo proprietário. Os assentados narram situações em que algumas pessoas foram processadas e tiveram que responder na justiça pelo simples fato de produzir na terra. Outro episódio marcante durante a luta pela reforma agrária ocorreu quando três líderes do MST foram perseguidos e presos injustamente, o ocorrido revoltou trabalhadores que se uniram para enfrentar o ex-patrão e a polícia até que os companheiros fossem liberados.

> Foram soltos no mesmo dia! Eu nunca vi tanta da gente dentro de Pilões. Quando juntou o pessoal do MST dentro de Pilões, ou abria ou abria. A gente tava no meio e tava acompanhando, já pensou? Os que estavam lutando pela gente foram preso e a gente ia ficar pra trás? Foi todo mundo aqui do assentamento, criança e tudo. Ainda chegou três ônibus lotado de gente e Pilões ficou completo. Aí soltou no mesmo dia (J. P. S. Assentada, 2021).

Segundo um de nossos entrevistados, esse conflito aconteceu por meio de um esquema organizado pelo proprietário para retirar essas lideranças de cena no processo de luta pela terra junto aos moradores. Os relatos apontam que o proprietário negociou a prisão dos rapazes com a então delegada de Pilões na época, configurando, portanto, um ato de injustiça e abuso de poder. Após a liberação dos rapazes por meio da pressão realizada pelo povo na cidade de Pilões, o MST levou o caso adiante e descobriu que a suposta delegada de Pilões, sequer possuía formação necessária para assumir tal cargo. Em desfecho, a "delegada" foi afastada do cargo, processada e nunca mais voltou a aparecer na cidade.

O proprietário sempre se mostrou irredutível à ideia de "perder" suas terras, e segundo os assentados, sempre quis barrar a luta, tentando criminalizar o movimento - como no ocorrido da prisão dos integrantes do MST - e buscando fazer acordos com uma parte dos moradores para que "ficassem do lado dele" e não apoiassem as ações em prol da desapropriação. Mesmo após a conquista da terra e construção do assentamento, o antigo proprietário não aceita ter perdido a causa, e acusa os moradores de terem roubado suas terras.

Relatos apontam que até hoje, depois de anos de desapropriação, o antigo proprietário ainda procura o INCRA para refutar a legalidade, a forma e os requisitos pelos quais alguns beneficiários foram contemplados com o lote. O mesmo já chegou a propor ao INCRA a união de duas comunidades assentadas da região em um único assentamento. Além disso, abriu distintos processos nesse sentido, que circulam no Ministério Público em nível de Brasília. Seu interesse é reconquistar as terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

> Depois que aqui virou assentamento ele passa e fica nervoso, não olha pra nós não. Ele diz que nós tomemos as terras dele. Uma vez ele subiu no palanque e disse "Vocês tomaram minhas terras". Ninguém tomou suas terras não. O senhor não pagava o que devia pro governo, ele foi e tomou (A. J. S. Assentado, 2017).[46]

Após alguns anos nesse processo conflituoso, o INCRA negociou e desapropriou a terra, conferindo aos moradores o direito pleno de permanecer no lugar onde sempre estiveram. A desapropriação aconteceu em 2004 e o assentamento se efetivou em 27 de setembro de 2005, materializando-se enquanto um território conquistado a partir das ações organizadas dos trabalhadores e movimentos sociais em luta pela terra (Ver em anexo dos fragmentos do processo de desapropriação da áreas e criação do PA Florestan Fernandes).

O presidente do assentamento informou que após a conquista da terra, os trabalhadores continuaram atuando junto ao MST, organizando as reivindicações por políticas públicas e recursos para a melhoria do assentamento. Segundo ele, todas as formações, reuniões e viagens a Brasília, organizadas e promovidas pelo MST e por outros movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), foram imprescindíveis para a continuidade da luta e para as conquistas do assentamento. Como defende Fernandes 1994:

> São as múltiplas experiências de organização que dão forma social às lutas populares, e nestas são construídas novas práticas. As perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo é desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores através da participação, da comunicação, da troca de idéias e das experiências, da busca do novo. O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle sobre o seu próprio espaço (FERNANDES, 1994, p. 84).

Esse tem sido o papel do MST em todos esses anos de luta pela terra nos milhares de assentamentos conquistados através da organização da luta pela terra em movimentos sociais. Organizar trabalhadores em denúncia à precariedade social e em defesa de seus direitos,

[46] Os relatos de 2017 são parte das entrevistas realizadas com os assentados do PA Florestan Fernandes durante a pesquisa monográfica.

atraindo e levando em consideração os demais sujeitos sociais interessados, que representem a dimensão camponesa, religiosa, econômica, educacional, política, etc. cujas ideias participem democraticamente do processo de construção e integrem ao movimento pela colaboração ou pelo conflito. Segundo Fernandes (1994, p.176) "o movimento constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. Portanto, o espaço social é político".

Ressaltamos a importância de movimentos sociais que através do processo de luta pela terra promoveram a viabilização da política de assentamentos, principal política na esfera da reforma agrária que dá bases para a permanência do campesinato e sua recriação enquanto classe social do campo. Entre outros, podemos citar as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como os principais movimentos de reivindicação do direito à democratização da terra, e consequentemente partícipes dos processos de recriação do campesinato no Brasil.

Vale salientar que o MST, considerado o principal movimento de luta pela terra, atua não somente na luta pela conquista do território, mas também na construção de um novo modelo de produção agrícola firmado na agroecologia. O que confirma a participação do campesinato frente às transformações do mundo moderno, na perspectiva de novas práticas de produção e da oferta de alimentos saudáveis, no objetivo de atender demandas cada vez mais urgentes de uma agricultura integrada à preservação da natureza e da vida humana.

Desse modo, compreende-se que a territorialização da luta camponesa no PA Florestan Fernandes, sob o intermédio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trouxe aos moradores e antigos trabalhadores do engenho Poções, a oportunidade de construírem novas relações sociais, novas condições de vida e de trabalho, livres de toda e qualquer submissão. Ter uma casa digna para morar e um lote de terra para produzir configurou significativa melhoria na vida desses trabalhadores, tendo em vista as condições a que estavam submetidos anteriormente. Com o assentamento, a agricultura do local passou a atender, sobretudo as necessidades das famílias camponesas, firmando-se na policultura que dá base à alimentação e através da comercialização auxilia na reprodução econômica desses assentados.

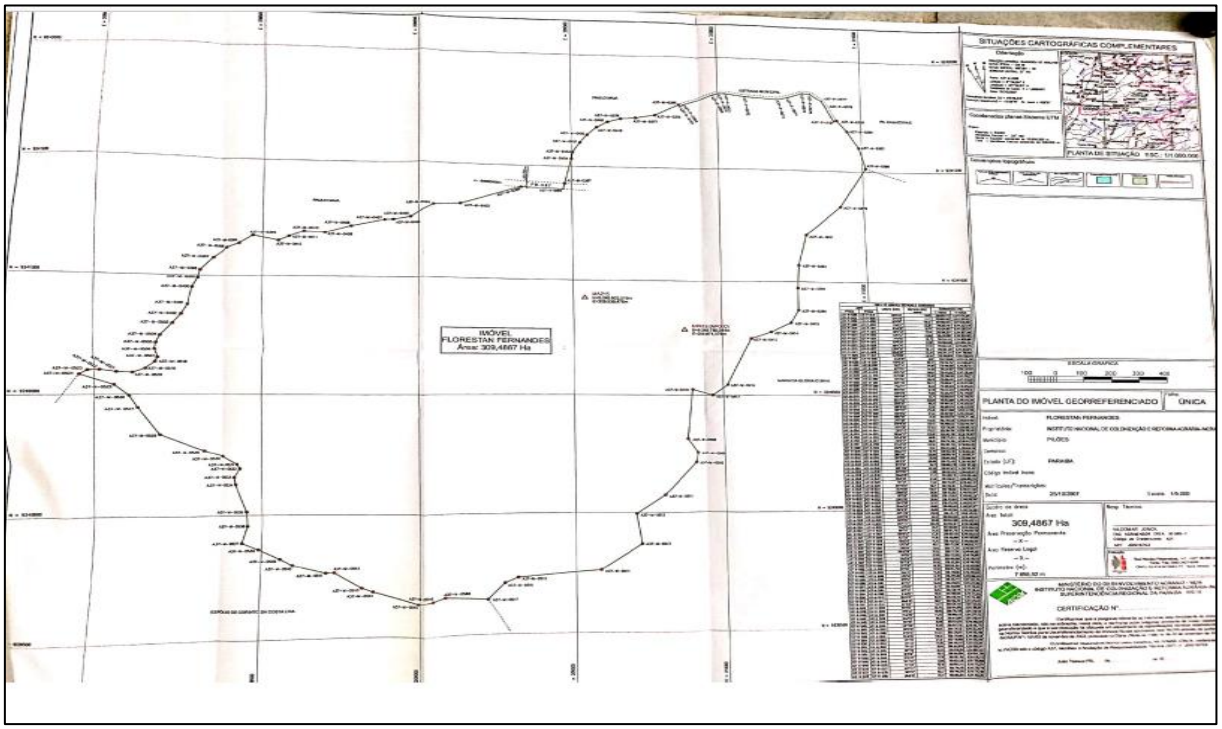
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES

A Sede do assentamento Florestan Fernandes está localizada a 3 km de distância do perímetro urbano do município de Pilões, podendo ser facilmente acessada pela PB-087 que liga os municípios de Pilões e Serraria (Figura 7). No assentamento algumas casas são

localizadas junto à Sede (Associação) do assentamento, na área mais central, às margens da PB-087 e outras são localizadas em áreas mais distantes e elevadas, o que dificulta um pouco o acesso. Historicamente, o PA Florestan Fernandes é conhecido pelo nome de Poções, mantendo referência ao antigo empreendimento canavieiro (Engenho Poções) que durante muito tempo predominou no território.

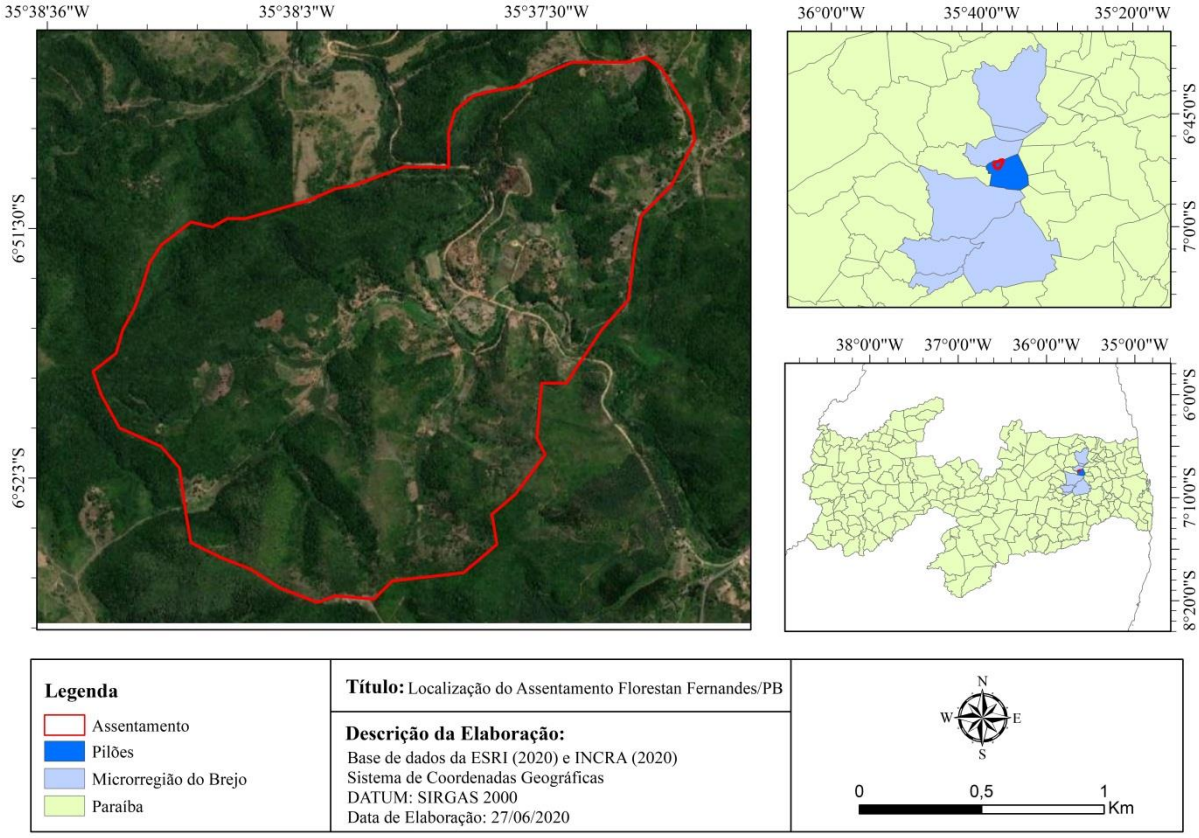
Para melhor ilustrar os limites territoriais do PA Florestan Fernandes, apresentamos primeiramente a figura 6, capturada através de pesquisa documental no INCRA, cujo enfoque principal é apresentar a delimitação da área do assentamento. A cartografia é intitulada de "Planta do Imóvel Georreferenciado" e foi produzida em 25 de outubro de 2007. Já a figura 7 é uma cartografia recente produzida durante nossa pesquisa de dissertação, cujo objetivo é ilustrar e possibilitar a leitura da área territorial do assentamento, sua localização em relação ao município de Pilões e a microrregião do Brejo Paraibano. Ainda, é possível observar os principais pontos de uso e ocupação do solo no PA Florestan Fernandes.

Figura 6 - Delimitação da Área do PA Floresntan Fernandes



Fonte: Pesquisa Documental - Sede da Superintendência do INCRA na Paraíba, (2020).

Figura 7 - Localização do Assentamento Florestan Fernandes

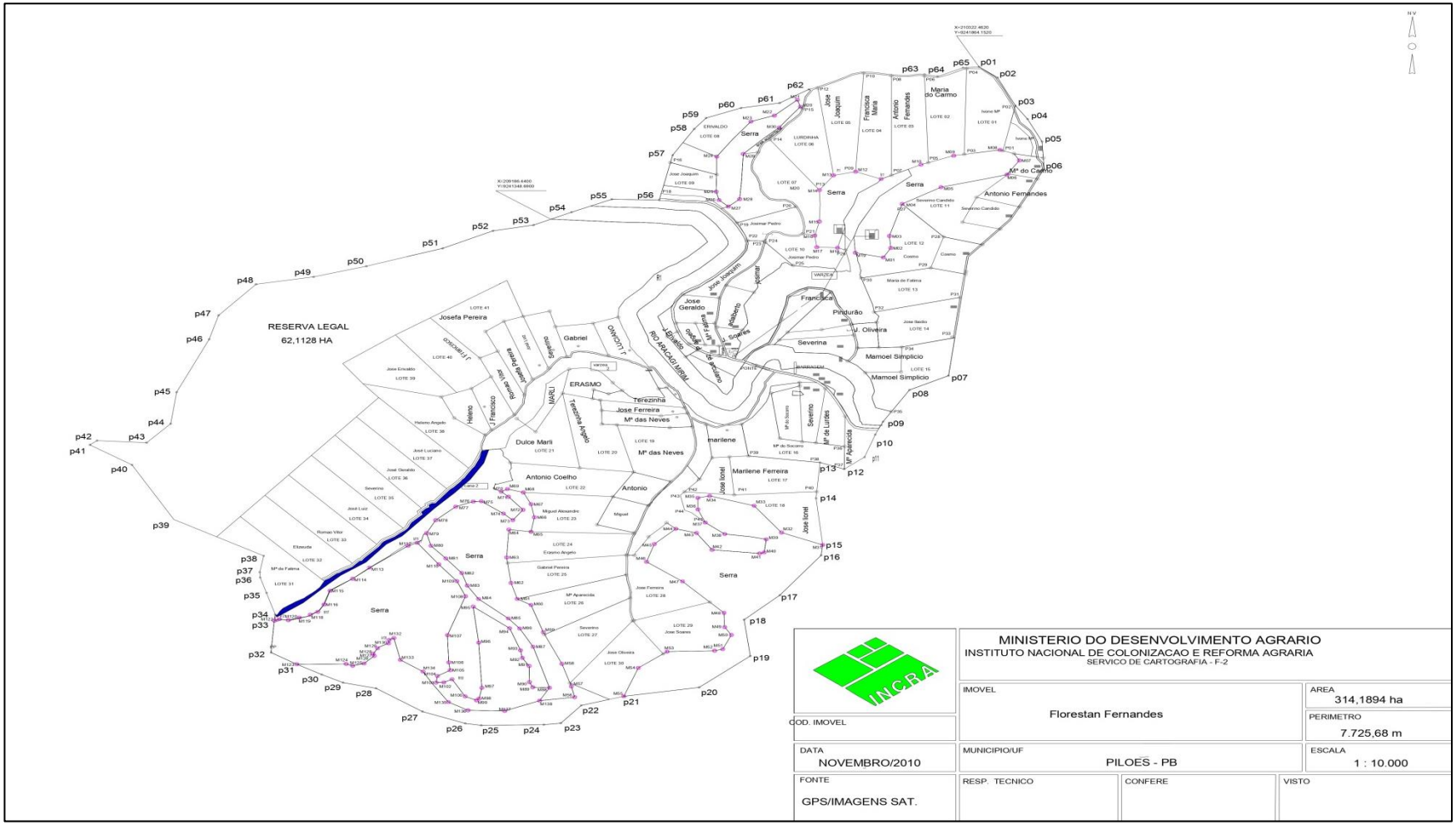


Fonte: PEREIRA, José Antônio Vilar (2020).

Possuindo 450 hectares de terra, onde 100 hectares são destinadas à reserva ambiental, o assentamento beneficiou 41 famílias que são efetivamente cadastradas pelo INCRA, tendo recebido lotes que variam entre 4 e 5 hectares. Segundo informações passadas pelos assentados o número de hectares é incerto, uma vez que durante a medição e distribuição dos lotes, muitos foram divididos em duas partes, ficando uma fração dos hectares no local onde se construiu a casa e a outra em áreas mais distantes. O presidente do assentamento informou que há equívocos quanto às medições dos terrenos e que nos dados do INCRA e do Banco do Nordeste cada lote equivale a uma área de 10 hectares.

Ao investigar a questão junto ao INCRA, conseguimos um documento cartográfico que ilustra detalhadamente todas as delimitações internas da área do assentamento.

Figura 8 - Delimitação das Áreas Internas do PA Florestan Fernandes



Fonte: Pesquisa Documental - Sede da Superintendência do INCRA na Paraíba, (2020).

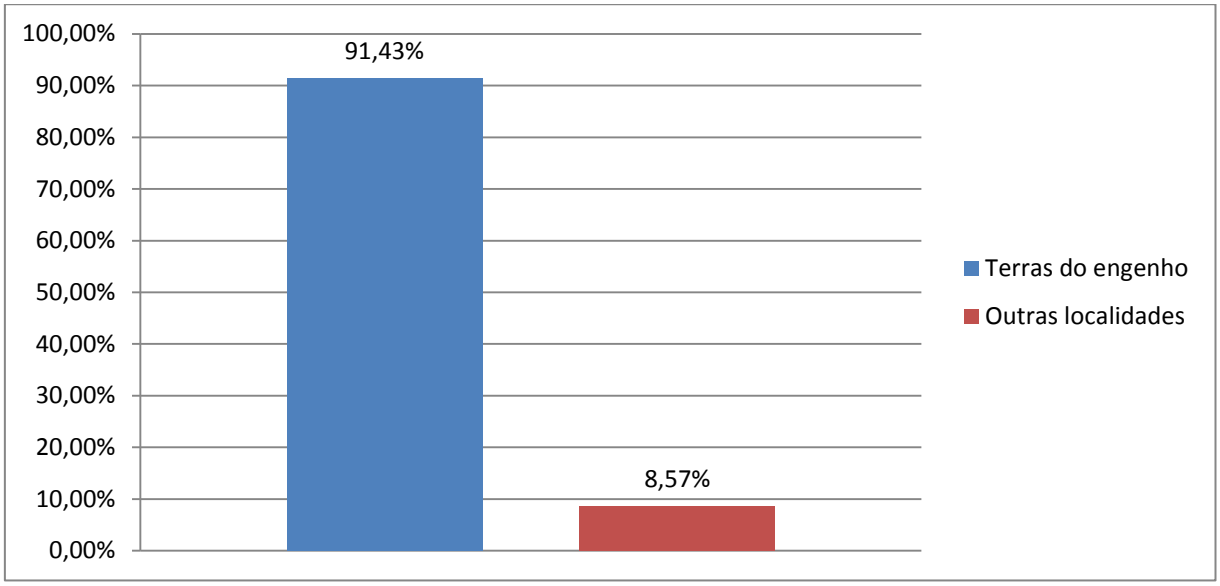
O mapa produzido pelo INCRA em novembro de 2010 apresenta todas as delimitações das áreas internas do assentamento, dentre elas destacam-se as áreas de lotes, de rios, de serras e de reserva legal, além disso, a cartografia aponta que a área total do assentamento equivale a 314,189 hectares, informação que difere de documentos anteriores também elaborados pelo INCRA, onde se constata o total de 450 hectares de terra, total que foi negociado e pago ao antigo proprietário durante o processo de desapropriação.

No que tange ao tamanho dos lotes, o representante do INCRA confirmou que os mesmos variam entre 4 e 5 hectares e que os dados que aparecem nos Contratos de Concessão de Uso (CCU) dos assentados, bem como no Banco do Nordeste se refere ao que se chama fração ideal, equivalente a divisão do tamanho da área total do assentamento pelo número de famílias beneficiadas. Nessa fração ideal, estão incluídas áreas coletivas, reserva legal e áreas de preservação permanentes. Vale salientar que o módulo fiscal do município de Pilões é de 25 hectares, o que significa dizer que os lotes de 5 hectares são relativamente pequenos.

Os assentados reclamam o tamanho dos lotes e afirmam que além de serem pequenos, apresentam áreas de difícil acesso para cultivo devido à altitude dos terrenos, o que compromete as possibilidades de ampliação da produção no assentamento. Quando analisamos o módulo fiscal determinado pelo Estado, cujo tamanho ideal para a reprodução de uma família camponesa no município de Pilões é de 25 hectares, e refletimos em contrapartida, que as famílias do PA Florestan Fernandes têm acesso a somente 5 hectares de terra para trabalhar, é possível perceber que a falha está na base da própria política de reforma agrária e de implementação do assentamento pelo INCRA, que limitou as condições de vida e trabalho dos camponeses a pedaços de terra muito pequenos, o que também se reflete nas dificuldades de autonomia e emancipação desses assentados.

Em nossas pesquisas registramos pessoas que vivem há mais de 50 anos na localidade e que têm suas memórias de vida, sobretudo de trabalho, marcadas pela produção canavieira do antigo Engenho Poções. São mulheres e homens que cresceram trabalhando na cana-de-açúcar junto com seus pais, além de idosas e idosos que carregam em seus corpos marcas e sequelas de um longo período de esforços físicos contínuos dedicados à produção de cana dos grandes empreendimentos sucroalcooleiros na região do brejo paraibano.

Gráfico 1 – Local de origem dos assentados



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme exposto no gráfico acima, praticamente todas as pessoas que responderam nossos questionários viviam nas terras do engenho antes da desapropriação para fins de reforma agrária, e apenas 8,57% viviam em outras localidades. Os 91,43% alegaram viver nessas terras devido às relações de trabalho direta ou indiretamente interligadas ao proprietário do engenho Poções, uma vez que além da produção de cana-de-açúcar ele era bastante conhecido pela criação de gado, e, portanto, os serviços prestados a ele eram diversos, a depender das necessidades em seus empreendimentos agropecuários.

No PA Florestan Fernandes existem núcleos familiares diversos, que contemplam desde assentados que vivem sozinhos a famílias com até dez pessoas. Seus modos de vida são simples, típicos da vida camponesa, mas, além disso, apresentam traços de uma trajetória difícil e de muitas lutas travadas pelas antigas condições do trabalho vinculado ao engenho, dificuldades que para alguns já foram superadas, mas que para outros se apresentam a partir de distintos fatores básicos necessários para uma vida mais justa.

Em meio às dificuldades, os pais alegam que a migração por parte dos filhos é um processo comum, por vezes com destino a cidades circunvizinhas, e na maioria das vezes a outros estados e regiões. Alguns depois de casar e outros ainda solteiros, mas todos como o mesmo objetivo de conseguir um emprego e melhores condições de vida. Há ainda os que preferem a vida no campo e que mesmo depois de casados buscam construir suas famílias no assentamento, vivendo sob a condição de agregados nos lotes dos pais.

Quanto às condições de moradia, incialmente as casas foram construídas pelo INCRA e anos depois os assentados receberam uma verba para reforma das residências. Algumas casas foram ampliadas a partir de renda própria obtendo estruturas com até 10 cômodos, mas em geral as casas possuem estruturas razoáveis com 5 ou 6 cômodos (Figura 7). Vale salientar que durante a estruturação do assentamento, algumas pessoas optaram por construir suas casas no local onde já viviam quando estavam sob a condição de moradores nas terras do engenho, e esse é um dos motivos pelos quais muitos lotes são divididos em duas partes.

Figura 9 - Moradia do assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Dioclécio Santos.

Por mais simples que sejam algumas casas, pudemos perceber que cada uma têm um significado muito importante para cada assentado, pois representam a materialização do sonho de ter uma casa própria com estrutura básica para viver e criar os filhos numa realidade diferente da que viveram quando subordinados ao dono do engenho. Muitos assentados relatam que as casas em que viviam antes do assentamento possuíam estruturas muito precárias, eram casebres de taipa e só no tijolo, com dois cômodos e sem comodidade alguma.

"Antes a gente morava num quartinho de barro", disse S. A. A. "Eu morava numa casa caindo", afirmou V. A. S. "Essa casa é muito melhor que a de antes, não tem comparação", declarou J. P. F. "Eu não tinha casa, vivia de favor criado por parente. Pra mim, minha casa é uma mansão, hoje me sinto um homem rico", expressou J. E. S. São falas marcantes que infelizmente ainda representam a dura realidade de muitas famílias no Brasil, mas que no caso

do PA Florestan Fernandes reafirma a importância da reforma agrária no processo de melhoria de vida dessas pessoas e de suas famílias.

Ainda sobre questões de estrutura, certificamos que as casas não possuem cisternas, sendo este um dos problemas que dificultam a vida de alguns assentados, pois a questão da falta d'água envolve desde o acesso a água para gastos domésticos quanto à água potável. Algumas famílias puderam investir, a partir de recursos próprios, em reservatórios e poços semi-artesianos (Figura 8), o que facilita o processo individual, mas em geral, muito embora o assentamento esteja numa área de relevante potencial hídrico, não existe nenhuma fonte no local que supra as necessidades do coletivo.

Figura 10 - Poço particular construído com recurso próprio

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Renata Costa de Barros.

Algumas pessoas que possuem poços particulares alegam que ainda assim enfrentam dificuldades em relação à água, tendo em vista que a água dos poços muitas vezes não serve para beber, sendo utilizada principalmente para gastos gerais. Elas afirmam que a falta de acesso à água é uma problemática antiga do assentamento e por isso fizeram esforços para construir seus próprios poços. Atualmente, muitos assentados conseguiram encanar água para suas casas, processo que segundo eles, facilitou significativamente as atividades diárias aumentando a comodidade da família.

Mas essa não é a realidade de todos, pois com base nos questionários aplicados comprovamos que 45,71% das famílias – percentual que representa quase metade dos sujeitos envolvidos na pesquisa – não possuem água encanada. Diariamente essas pessoas perpassam dificuldades devido à falta d'água para distintas necessidades essenciais, sobretudo para beber, sendo obrigadas, na maioria das vezes a realizar esforços excessivos para buscar água em locais distantes de suas casas e com pouca acessibilidade.

As famílias utilizam de carroças, burros de carga, ou carros de mão para buscar água em outra área rural conhecida por Chã de Coquinho, onde existe um grande poço que é a principal alternativa de acesso à água para muitos assentados (Figura 6).

Figura 11 - Poço artesiano da Chã de Coquinho

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Renata Costa de Barros.

Esse poço abastece a comunidade rural de Chã de Coquinho e fica localizado numa área muito elevada e distante da maioria das casas do PA Florestan Fernandes, inclusive fazendo limite com outro município, o que pela distância dificulta o acesso com as carroças, animais de carga e carros de mão. Em campo, fizemos este percurso de carro e mesmo estando em um meio de transporte apropriado pudemos perceber quão laborioso é chegar até o local, sobretudo devido às ladeiras. Mas para os assentados essa é a condição, sem

alternativas são obrigados por suas necessidades a enfrentar o percurso dificultoso e cansativo para ter acesso à água, principalmente para consumo humano.

É importante dizer que no assentamento existem quatro poços perfurados há anos, todos abandonados em fase de conclusão sem nenhuma funcionalidade e benefício à população (Figura 10). Segundo relato de assentados, os poços foram perfurados em áreas de potencial hídrico com capacidade de abastecimento para todas as famílias, mas por descaso do INCRA, encontram-se inacabados e degradados com o passar do tempo. Os poços são de responsabilidade do INCRA, projetos que uma vez concluídos beneficiariam famílias que sofrem com a escassez de água no assentamento.

Figura 12 - Poço artesiano inacabado no PA Florestan Fernandes

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Renata Costa de Barros.

Esse poço inacabado fica no lote de um assentado que nos relatou sobre a participação do INCRA e da Prefeitura Municipal de Pilões nos projetos de perfuração de poços em distintos locais do assentamento. Segundo ele, alguns poços foram inicialmente perfurados pelo INCRA e apresentaram problemas devido à encanação inadequada, tempos depois com o atraso do INCRA em resolver essa questão, a Prefeitura realizou algumas ações em prol da ativação dos poços, mas em seguida também abandonou o projeto, deixando a população assentada sem perspectiva de uma ação efetiva para a finalização das obras.

Em visita ao INCRA, questionamos sobre esse problema frequente do assentamento, que inclusive, compromete as condições de vida de parte significativa da população do PA Florestan Fernandes. Nesse sentido o responsável entrevistado nos forneceu o seguinte relato:

> A gente tá entrando em uma nova era com relação ao INCRA porque, há muito tempo nos municípios o pessoal tem a ideia de que por ser terra do INCRA, por ser assentamento do INCRA, só o INCRA poderia implementar políticas públicas de desenvolvimento ali, quando na verdade são munícipes do próprio município, então eles tem que ter acesso aos mesmos direitos que os outros munícipes tem. E aí a gente tá batendo nessa tecla aí. É um assentamento federal? É! Mas é área rural do município. Então a gente tá tentando buscar parcerias nesse sentido aí, inclusive a gente tá fazendo um levantamento com o que se tem de assentamentos. Por exemplo, em Pilões temos aproximadamente 250 famílias assentadas. E água é aquele problema, em todo canto temos problemas de abastecimento. Mas uma política séria voltada para a perfuração de poços, que aquela área tem um lençol freático muito bom, e aí abastece tranquilo (M. M. N. INCRA, 2020).

Conforme o relato, a proposta do INCRA para resolver o problema do assentamento, no que tange ao assunto da água, é articular uma parceria com a prefeitura municipal de Pilões para que haja uma ação efetiva e séria de perfuração de poços que tenha capacidade para abastecer toda população do assentamento. O representante do INCRA ressalta que na maioria das vezes os assentamentos de reforma agrária e as políticas de desenvolvimento para estes setores, são vistos pelas prefeituras como uma responsabilidade única do INCRA, quando na verdade, estes assentamentos fazem parte da zona rural dos municípios e precisam ser atendidos pelas políticas públicas desenvolvidas pela gestão municipal.

Obviamente, tal proposta e justificativa por parte do INCRA, não anula o fato de que essas famílias têm sido privadas de acesso à água, e que essa situação vem se prologando sem nenhuma iniciativa efetiva de controle. No pano de fundo, o depoimento acima explicitado mostra as intenções do governo federal em não se responsabilizar pela realização da reforma agrária. Retirar o papel do INCRA na realização e efetivação de um projeto de assentamento não é uma intenção nova, uma vez que durante o período FHC se tentou aquilo que se convencionou chamar de "municipalização da reforma agrária", porém sem êxito. O que se configura nas ações e políticas para a reforma agrária pós-golpe de 2016 é justamente o distanciamento do governo federal como gestor fundiário que organiza a efetivação das políticas de reforma agrária, o que inclui, indo mais fundo, na destruição do INCRA.

Essa proposta de afastamento do INCRA no que tange as necessidades urgentes dos assentamentos, entendida por nós como uma posição pós-golpe, nada mais é do que parte das estratégias do atual governo em minar a reforma agrária no Brasil. O projeto é sucatear, não oferecer condições para a materialização dos assentamentos e para a qualidade de vida dos

assentados e logo depois avançar nas titulações para de fato “lavar as mãos” das responsabilidades com os assentamentos. A estratégia do governo nada tem a ver com emancipação e autonomia das famílias assentadas, pelo contrário, trata-se de abandoná-los a própria sorte com um título na mão e um pedaço de terra sem as condições mínimas necessárias para sua reprodução.

Em relação ao papel da prefeitura de Pilões, ao retornarmos ao assentamento no início de 2021, nos deparamos com uma ação realizada em prol da questão da água, onde a prefeitura viabilizou o acesso à água por meio do concerto de poços, ação que curiosamente foi efetivada durante o período político de 2020 e que segundo os assentados, atende de forma direta a porção mais central do assentamento. Entretanto, vale salientar que de acordo com o INCRA, na modalidade de Projeto de Assentamento Federal, as responsabilidades com “Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica)”[47] são efetivamente competências da União. O que difere quando se trata da modalidade de Projeto de Assentamento Municipal, cujas responsabilidades em geral são dos próprios municípios, existindo a possibilidade de participação da União.

A questão da água é hoje uma das pautas de reivindicação do PA Florestan Fernandes, junto a outras problemáticas referentes a distintas políticas menores que são essenciais no processo da política de reforma agrária, como por exemplo, o acesso à saúde e à educação. Essas são pautas urgentes da população assentada que reclama a falta desses recursos básicos dentro do assentamento e se vê obrigada a recorrer à zona urbana de Pilões ou até mesmo a outros municípios para receber atendimento de uma unidade de saúde, bem como para ter acesso à educação infantil e básica para seus filhos. Conforme o INCRA, demandas quanto à saúde e educação para os projetos de assentamento federais também devem ser supridas pelas esferas municipais e estaduais.

Como já foi dito, muitas casas do assentamento são localizadas em áreas elevadas e distantes da Sede, que fica às margens da PB-087, sendo este, o ponto de acesso ao transporte escolar que leva as crianças para a cidade de Pilões nos turnos manhã e tarde. A assentada D. M.S, de 48 anos, mãe de um filho de 07 anos falou sobre as dificuldades de o filho ter que cursar a educação infantil na cidade, pois essa fase requer maior atenção dos pais, sendo necessário muitas vezes acompanhar as crianças até a escola e buscá-las ao final da aula.

[47] INCRA. Assentamentos. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=referencia+de+site+abnt&oq=referencia+de+site&aqs=chrome.1.69i57j0i512l9.5679j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 . Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

> Eu vou com ele lá pra baixo, espero o ônibus e vou com ele até a escola, aí volto pra casa a pé. Quando vai dando a hora um de nós dois tem que ir pra Pilões a pé, aí pega ele na escola e vem de ônibus até a Sede, o resto do caminho é andando. Isso todo dia. Às vezes meu marido tá trabalhando e eu fazendo as coisas, mas tenho que deixar tudo e ir buscar ele. Nesse tempo de chuva o ônibus não passa, aí é pior, a gente dá quatro viagens a pé pra levar e buscar ele (D. M. S. Assentada, 2020).

O caso de D. M. S. é um exemplo de que a vida dos camponeses do PA Florestan Fernandes além de ser regada de muito trabalho é cercada de limitações que dificultam o curso das atividades cotidianas dos assentados. A falta de uma escola do campo que possa atender os estudantes, sobretudo as crianças do assentamento é uma realidade que impacta muitas famílias, chegando a prejudicar o processo de formação de crianças que muitas vezes não conseguem enfrentar certas dificuldades de deslocamento até uma escola na cidade.

A importância de se ter uma escola no assentamento envolve também a possibilidade de auxiliar no processo de escolarização de inúmeras pessoas, dentre elas, jovens, adultos e idosos que vivem no assentamento e que devido às condições de vida e trabalho a que foram submetidos durante a infância e adolescência não tiveram a oportunidade de estudar. Uma escola do campo traria aos assentados novas possibilidades não só no que tange a garantia do ensino e aprendizagem de seus filhos, mas também à satisfação própria de ter acesso a uma educação escolar que durante muitos anos lhes foi omitida.

Tabela 6 – Grau de escolaridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa

Escolaridade	**Qtd**	**%**
Não estudou	7	20,00%
Fundamental I Incompleto	15	42,86%
Fundamental I Completo	5	14,29%
Fundamental II Incompleto	3	8,57%
Fundamental II Completo	2	5,71%
Ensino Médio Incompleto	1	2,86%
Ensino Médio Completo	2	5,71%
Total Geral	**35**	**100,00%**

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela acima mostra o nível de escolaridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa e permite observar que a maioria dos entrevistados não chegou a concluir o nível Fundamental I, predominando em segundo lugar os que sequer chegaram a estudar, expressivamente 62,8% praticamente não estudaram. Considerando que este panorama representa o nível de escolaridade de 35 pessoas responsáveis pelo núcleo familiar, e que cada núcleo pode variar de 1 a 10 pessoas, é possível pressupor a partir desta análise a existência de um alto índice de

analfabetismo e baixa escolaridade por parte dos jovens, adultos e idosos do PA Florestan Fernandes. A inexistência de uma escola e de uma política pública voltada para a educação do campo limita, portanto, não só as crianças, mas toda a comunidade camponesa do assentamento.

A baixa escolaridade pode ser considerada um dos fatores que dificultam a articulação entre os camponeses do PA Florestan Fernandes, sobretudo no sentido do associativismo, do cooperativismo, e consequentemente de uma possível estabilidade produtiva e econômica. Considerando as dificuldades de convivência e a resistência ao trabalho coletivo, demonstradas por muitos assentados, é possível conjecturar que uma política efetiva de educação para o campo, bem como atividades formativas de aperfeiçoamento das práticas de associativismo e cooperativismo, certamente teriam contribuído significativamente para o alcance de melhores resultados sociais e econômicos no assentamento.

O mesmo acontece quando há necessidade de acesso aos serviços básicos de saúde, como marcação de consultas, atendimento médico, dentista, pré-natal e outros. Para receber esse tipo de atendimento é necessário que os assentados recorram aos Postos de Saúde da Família (PSF) da cidade de Pilões, ou até mesmo aos PSF's instalados nas comunidades rurais de outros municípios, e em ambos os casos, muitas vezes não é possível receber o atendimento necessário devido à intensa demanda de pessoas dependentes desses serviços.

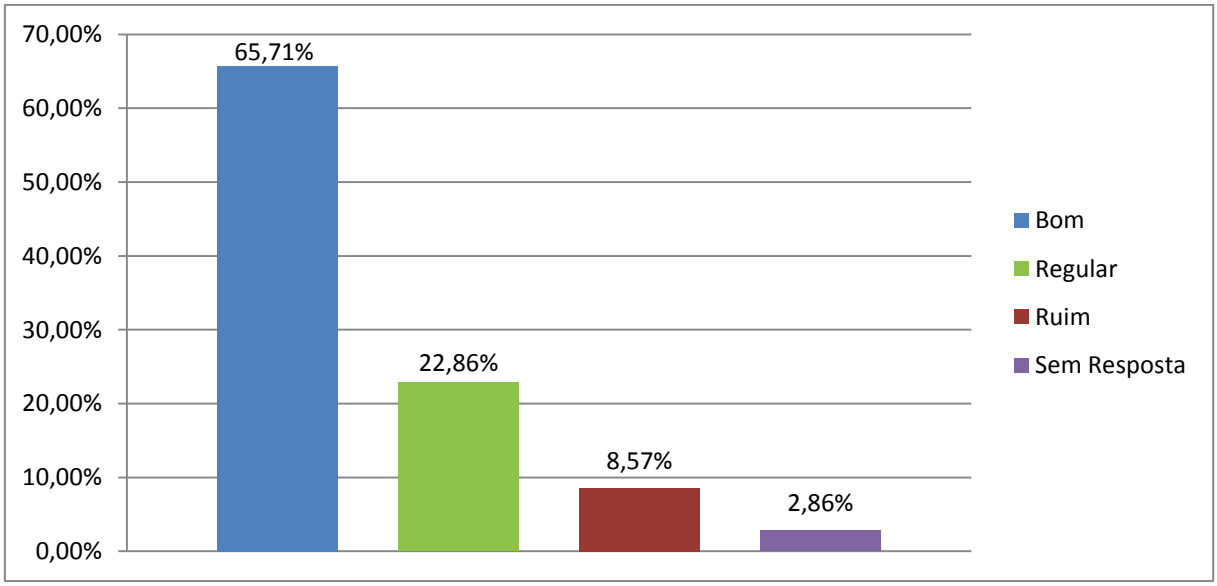
Visualizamos a partir desses pontos, problemáticas que permeiam a estrutura do PA Florestan Fernandes desde sua criação e que consequentemente comprometem as condições de vida da população assentada durante todos esses anos. Esse PA é um dos muitos exemplos existentes no Brasil em que a política de reforma agrária não se efetivou completamente, estando ainda dependente de recursos básicos como o acesso à água, saúde e educação, políticas essenciais no processo de estruturação de um assentamento de reforma agrária.

Dando continuidade a caracterização, procuramos saber sobre os fatores relacionados à produção camponesa no PA Florestan Fernandes, suas práticas de produção, principais culturas cultivadas, participação da produção de alimentos na manutenção do núcleo familiar, bem como na composição da renda. Em geral, buscamos compreender as possibilidades de uma autonomia camponesa a partir da produção de comida nesse território.

A começar pelo solo, que é a base para a produção camponesa, observamos que os assentados enfrentam certas limitações no processo produtivo devido à falta de técnicas apropriadas para cultivo e produção nas elevadas formas de relevo do local, condição geomorfológica inerente ao brejo que tem como característica o relevo de mares de morro.

Conforme o levantamento, a maioria dos assentados indica que o solo é de boa qualidade, apesar de apontarem as condições do relevo como principais limitações da área.

Gráfico 2 – Qualidade do solo



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico, 88,57% dos sujeitos envolvidos na pesquisa consideram que o solo de seus lotes possui qualidade boa ou regular em termos de produção, e apenas 8,57% do total de entrevistados apontam para uma opinião contrária. As críticas versam sobre áreas dos lotes que possuem altitude elevada e em alguns casos com presença de rocha exposta. Frente às condições que limitam o uso do solo, os assentados costumam produzir nas áreas menos elevadas de seus lotes e por vezes fazem uso de uma área comunitária próxima à sede do assentamento. Muitos concordam que as melhores áreas para cultivo são as áreas que ficaram para a reserva ambiental, pois estas comportam terrenos menos acidentados que deveriam ter sido distribuídos, tendo em vista maior viabilidade para o cultivo.

Atualmente a produção camponesa no PA Florestan Fernandes se limita em média a 2 hectares de terra por núcleo familiar onde se sobressai a produção orgânica de policulturas para consumo próprio, bem como para fins de comercialização. Entendemos que nesse caso o tamanho dos lotes influencia negativamente, pois estamos falando de um assentamento de reforma agrária localizado num município cujo módulo fiscal é de 25 hectares, ou seja, o Estado determina que nesta área a extensão mínima necessária de terra para uma exploração economicamente viável é de 25 hectares, quando na realidade estas famílias estão limitadas a um lote de terra cujo tamanho está muito aquém daquilo definido pelo módulo fiscal.

Quadro 2 – Principais Culturas Produzidas no PA Florestan Fernandes

Permanentes	Temporárias
Banana	Mandioca e Macaxeira
Laranja	Feijão (diversos tipos)
Caju	Milho
Abacate	Batata Doce
Cajá	Inhame
Urucum	Hortaliças

Fonte: Elaborado pela autora.

Para os assentados, a produção de policultura se faz importante porque além da comercialização, as culturas produzidas dão base para o sustento da família, sendo a mandioca e o feijão considerados os principais cultivos por muitos assentados, pois segundo alguns relatos, os sacos de farinha e os sacos de feijão produzidos todos os anos são fundamentais não só para a manutenção do núcleo familiar, mas também para auxiliar na alimentação de familiares e parentes que moram na cidade.

No PA Florestan Fernandes a produção de comida significa vida, partilha e solidariedade, o que não é uma novidade quando falamos dos territórios da reforma agrária. É importante ressaltar aqui as inúmeras ações solidárias do MST em escala nacional, ao distribuir comida no campo e na cidade durante a pandemia, quando o mercado não esteve mais acessível a maior parte da população. Vale salientar que em 2021 o índice de preços dos alimentos teve alta de 28%, representando a maior alta desde 2016, tornando a alimentação inacessível a milhares de brasileiros. Assim, quando pensamos na produção de comida em um assentamento de reforma agrária devemos pensar que essa política não beneficia somente os assentados, mas também, a vida de inúmeras outras famílias.

Observamos que atualmente no PA Florestan Fernandes, a maior parte da produção é direcionada ao consumo familiar, ficando para a comercialização um excedente da policultura e principalmente a produção de banana. Dentre as culturas produzidas, a banana se destaca no processo de comercialização, pois segundo os assentados é a produção que se tem para vender o ano inteiro, e embora muitas vezes desvalorizada ainda é a cultura mais viável de se produzir para o comércio mediante as condições físicas da área.

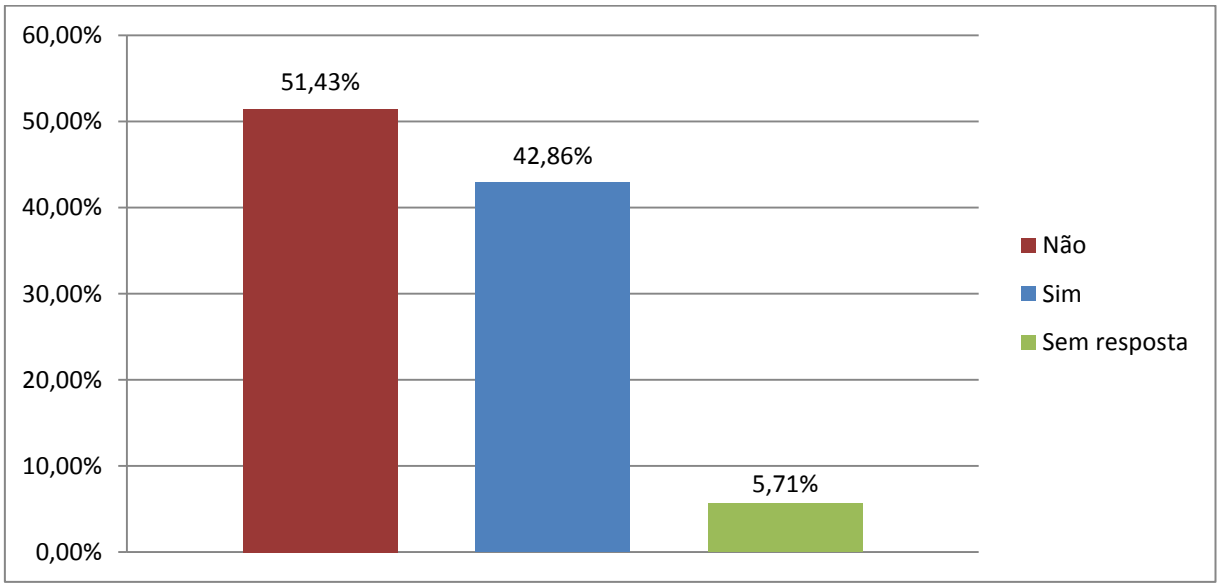
O presidente do assentamento informou que nos últimos anos houve uma queda significativa na produção para fins de comercialização, sobretudo em relação à mandioca, que em outros tempos possuía papel tão importante quanto à banana. O levantamento aponta que

apenas 20% dos assentados afirmaram que a maior parte de suas produções é destinada ao comércio, essa diminuição também se explica pela forma corriqueira com que se realiza a comercialização dos produtos, sempre à mercê dos preços estabelecidos pelo atravessador.

> Nesses últimos quatro anos, pra falar a verdade teve uma baixa de produção sobre a mandioca, que a gente pegava e vendia pra fora, mas hoje não estamos quase plantando mandioca pra fora. Teve uma baixa de preço e quando os fornecedor vinha – fornecedor não, atravessador, que o nome desse pessoal é atravessador – vinha e comprava barato e quando chegava lá vendia num preço enorme, que a gente sabe (G. P. S. Assentado, 2020).

A questão do transporte também é uma das problemáticas que limitam a produção para fins de comercialização, pois sem um transporte adequado para transportar as produções, os assentados não conseguem se deslocar para vender seus produtos nas feiras de outros municípios, limitando-se à feira livre de Pilões e à venda ao atravessador, que compra a produção dos assentados por preços inferiores para comercializar em distintas localidades.

Gráfico 3 – Meio de transporte próprio



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base neste gráfico, 42,86% dos assentados envolvidos na pesquisa possuem algum meio de transporte próprio, adquirido em significativa maioria depois do assentamento, especificamente com recursos próprios do trabalho na agricultura camponesa. Esse percentual corresponde predominantemente ao meio de transporte “moto”, tipo de veículo que embora seja útil à locomoção dos assentados e auxilie diretamente no processo de comercialização na feira local de Pilões, não possibilita o transporte da produção para outros municípios.

Apesar das estratégias de comercialização dos produtos envolverem a venda na feira livre local e no sistema porta a porta, muitos assentados informam que deixaram de produzir em maior escala para o comércio devido à submissão aos preços dos atravessadores, pois a maior parte da produção era sempre comercializada por este meio, devido à problemática do transporte. Outros reiteram sobre a problemática da falta d'água e afirmam que não têm condições viáveis para a produção de excedentes, uma vez que além da força de trabalho, é necessário o investimento em novas técnicas de produção, a exemplo de um sistema de irrigação, que não limite os cultivos somente aos períodos de inverno.

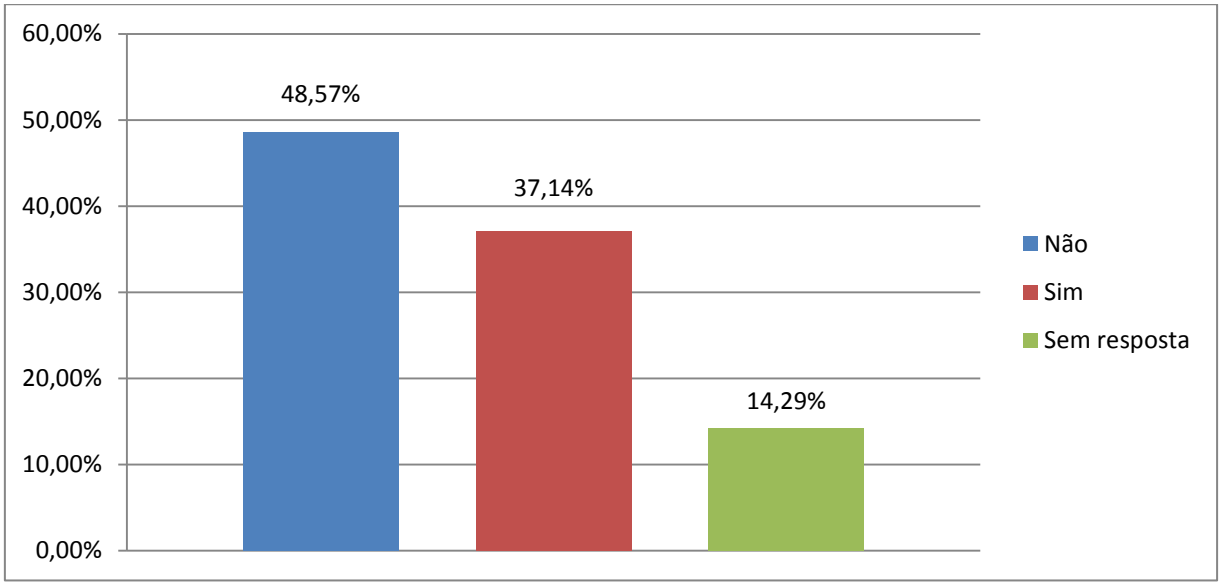
Vale salientar que além da produção de policulturas, os assentados são adeptos à criação de animais, onde pudemos observar aves, bovinos, caprinos e ovinos. Tipicamente criadas no terreiro de casa, a produção de galinhas é a que mais se destaca, segundo relatos, é um investimento mais acessível além de ter uma reprodução rápida. Assim como os cultivos, as criações são destinadas tanto a manutenção do núcleo familiar, quanto ao comércio, diferenciando-se somente pela venda que é realizada em casa.

Quando questionados sobre a origem dos recursos para investimento na produção e criação, 71,43% dos assentados responderam que atualmente essas atividades são desenvolvidas a partir de recursos próprios, mas que em anos anteriores, quando a produção camponesa no assentamento era mais intensa, quase todas as famílias assentadas tiveram acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O presidente do assentamento informou que quase todos titulares dos lotes, com exceção de apenas cinco titulares, foram beneficiários do PRONAF, enquadrados no grupo A.

> A gente já teve PRONAF já, só tem bem uns cinco ainda que ainda não puderam acessar esse programa, a gente acessou [...] Aí teve uma negociação, que teve uma seca muito grande aí que ninguém plantou nada e não arrumou nada pra pagar o banco, aí o banco veio aqui, chamou todo mundo, negociou parece que por 3 anos pra poder pagar o que faltava (G. P. S. Assentado, 2020).

Segundo as informações passadas pelo presidente do assentamento, esse empréstimo do PRONAF A teve prazo de 7 anos, mas devido a um período de seca muito forte, que interferiu nas atividades agropecuárias do assentamento, uma parte dos assentados não conseguiu pagar o empréstimo, sendo necessário entrar em acordo junto ao Banco do Nordeste, onde foi definido o prazo de carência de 3 anos.

Gráfico 4 – Empréstimo PRONAF ativo



Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a pesquisa, 48,57% dos entrevistados responderam que não estão com nenhum tipo de empréstimo ativo, 37,14% responderam que estão com um empréstimo do PRONAF ativo e 14,29% não souberam responder[48]. Esse percentual de 37,14% refere-se, portanto aos assentados que não conseguiram pagar o empréstimo no tempo previsto, estando ainda dentro do prazo de carência de 3 anos. Do percentual de 48,57% que não possuem nenhum tipo de empréstimo ativo, alguns relataram que optaram por não recorrer a novos empréstimos, outros informaram que chegaram a tentar, mas não conseguiram.

Infelizmente, os assentados são impactados pela falta de apoio técnico e pela inexistência de uma cooperativa de trabalho, realidade que compromete suas estratégias de reprodução econômica. Os camponeses reclamam o descaso do INCRA no que tange o apoio técnico, que em outros tempos foi atuante no assentamento, mas que nos últimos anos deixa a desejar em distintas questões. São condicionantes que uma vez organizadas e efetivadas no PA Florestan Fernandes poderiam reverter o cenário de baixa na produção de excedentes para a comercialização, auxiliando na construção da autonomia financeira desses assentados.

Quanto às formas de trabalho desenvolvidas pelas famílias, certificamos que a maioria dos assentados se dedica preferencialmente às atividades da produção camponesa em seus lotes, e as atividades desenvolvidas para além da produção camponesa que auxiliam na renda básica familiar são relacionadas ao trabalho informal, representado predominantemente pelo

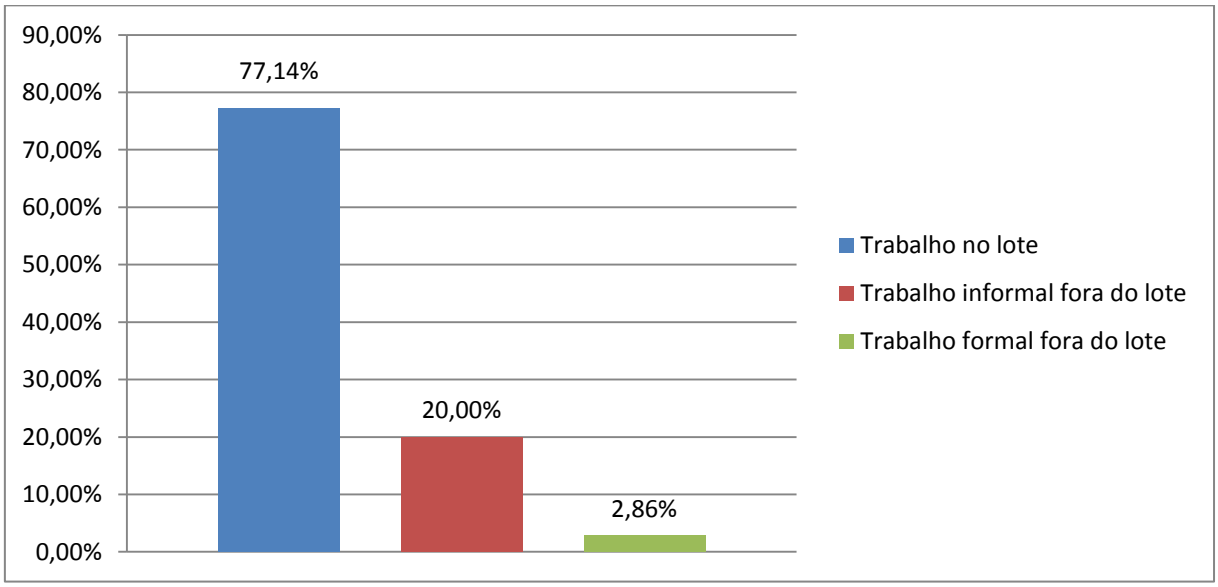
[48] Durante a aplicação do questionário algumas pessoas não souberam afirmar se o cônjugue possuía algum tipo de empréstimo ativo.

"bico" e pelo "trabalho alugado" pago por diária. O gráfico mais adiante mostra o percentual majoritário das famílias que se dedicam unicamente ao trabalho no lote, isso representa uma das funções principais da reforma agrária, manter o camponês no campo possibilitando sua reprodução pelo trabalho desenvolvido no seu próprio lote.

O "bico" configura uma série de atividades realizadas por homens e mulheres fora do assentamento, na maioria das vezes na zona urbana de Pilões ou de outros municípios. São trabalhos como ajudante de pedreiro, faxineira, vendedor (a), carregador de frete em dias de feira e outros de caráter temporário. Já o "trabalho alugado" é uma prática desenvolvida principalmente pelos homens, podendo ocorrer dentro do assentamento ou em outras propriedades rurais circunvizinhas, onde alguns assentados são contratados por tempo determinado para trabalhar na agricultura e/ou pecuária, realizando principalmente a atividade de capinagem, cujo valor pago por diária varia entre quarenta e cinquenta reais.

As atividades citadas são trabalhos temporários e incertos que não asseguram renda fixa e nenhum tipo de vínculo empregatício aos assentados do PA Florestan Fernandes. Mas configuram, a partir do trabalho informal, duas dimensões da recriação camponesa que auxiliam na composição da renda e consequentemente na manutenção do núcleo familiar. Essas atividades têm papel importante dentro do campesinato, pois configuram meios pelos quais estes assentados recriam suas possibilidades de permanência no campo.

Gráfico 5 – Formas de trabalho da família camponesa



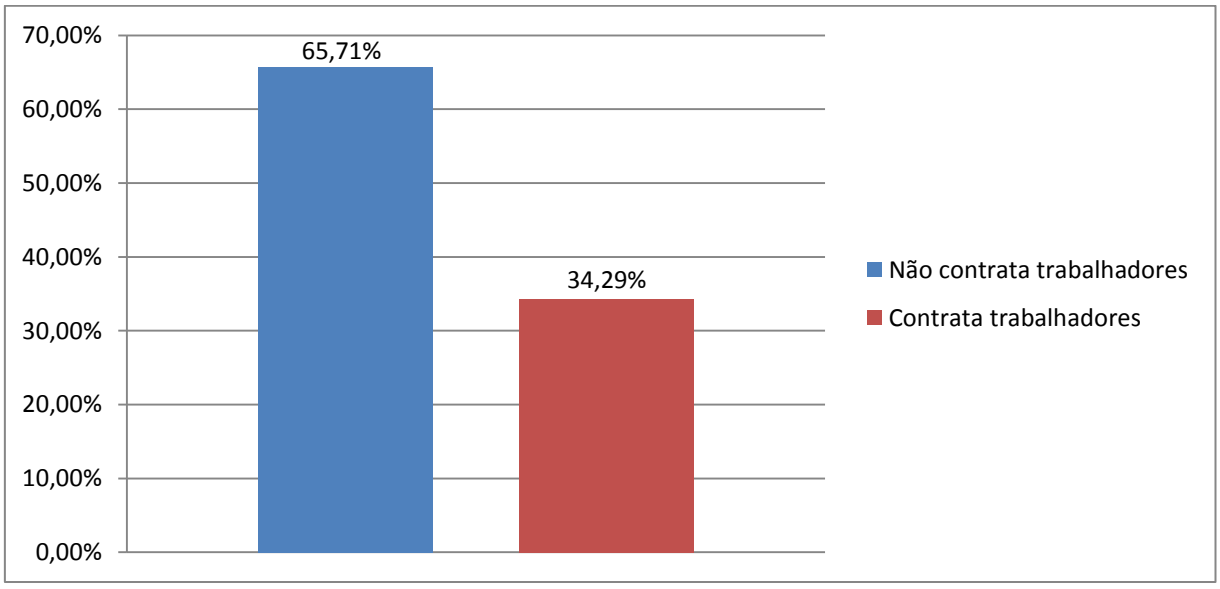
Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de entrevistados 77,14% se dedicam somente a produção camponesa dos seus lotes, seus cultivos e criações; 20% se dedicam aos trabalhos informais que podem ser identificados como "bicos" sob a forma de prestação de serviços diversos na zona urbana, ou em sua maioria como "trabalho alugado" para auxiliar nas produções e/ou criações de outros assentados e/ou proprietários da região; ainda inexpressivamente 2,85% se dedicam ao trabalho formal sob a condição de carteira assinada ou contratos.

Os dados produzidos mostram que o número de famílias que se dedicam somente ao trabalho no lote é muito expressivo, enquanto o percentual de trabalho fora do lote é uma pequena minoria, isso diz muito sobre o papel da reforma agrária enquanto uma política geradora de trabalho no campo, que permite o acesso a terra e a moradia digna, possibilitando que o assentado trabalhe no seu próprio lote junto a sua família. Isso é essencial na vida de muitos assentados que participaram das nossas pesquisas, pois estes, por muito tempo estiveram submetidos às práticas de trabalhos exaustivos na produção canavieira, sem acesso a terra, em péssimas condições de moradias e com baixa remuneração.

Alguns assentados também contratam trabalhadores em determinadas épocas do ano para auxiliar nas atividades agrícolas, geralmente nos períodos de "limpa" dos roçados, quando se está preparando o solo para receber os cultivos, bem como após o plantio quando se realiza uma, duas ou mais "limpas" até o período da colheita. Segundo os assentados, quando há necessidade de mão de obra externa para auxiliar nas lavouras, os trabalhadores contratados são pessoas do próprio assentamento e o trabalho é pago por diária.

Gráfico 6 – Ocorrência de trabalho alugado dentro do assentamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o levantamento de dados, certificamos que 34,29% dos assentados do PA Florestan Fernandes contratam trabalhadores para auxiliar na produção. Essa prática é importante, pois através da oferta de trabalho alugado dentro do assentamento, outros assentados podem ter acesso a uma atividade remunerada que contribua para a composição da renda familiar. Os assentados que ofertam trabalho alugado afirmam que em anos anteriores a produção camponesa era mais intensa e consequentemente contratavam trabalhadores com mais frequência, atualmente com a baixa da produção, essa atividade também foi reduzida.

Retornando às formas de trabalho da família camponesa (Gráfico 4), apesar da expressiva maioria (77,14%) dos camponeses não desenvolverem outro tipo de atividade para além da produção camponesa, é importante esclarecer que existem outros meios de formação e complementação da renda familiar dos assentados. Certificamos que 60% das famílias têm como renda principal a aposentadoria de algum integrante do núcleo familiar, sendo geralmente idosos ou beneficiários de auxílio doença. Observamos ainda que embora em alguns casos a renda base equivalente a um salário mínimo seja o principal meio de sustento da família, em outros, a aposentadoria não permite suprir as necessidades de manutenção do núcleo familiar, sendo quase que totalmente destinada aos cuidados dos beneficiários.

Verificamos também que 54,29% dos sujeitos envolvidos na pesquisa são beneficiários do Bolsa Família, programa que representa papel importante na vida dos assentados do PA Florestan Fernandes, sendo a única renda fixa mensal de muitas famílias. Percebemos que tanto os atuais beneficiários do programa quanto os que já foram em outros períodos, defendem fervorosamente o bolsa família, pois segundo eles, essa renda auxilia de diversas formas na manutenção do núcleo familiar, sendo muitas vezes imprescindível ao pagamento de uma conta de luz, de um botijão de gás ou na compra de alimentos e produtos diversos que vão além da produção camponesa.

As observações durante os trabalhos de campo e a posterior análise dos dados coletados nos permite compreender que a produção camponesa que em momentos anteriores já foi base principal da formação de renda familiar dos assentados no PA Florestan Fernandes, hoje assume para muitos o papel de renda secundária ou complementar, fato que se explica, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas nos últimos anos, com a escassez de recursos, políticas públicas, assistência técnica e todos os fatores impulsionados pelo golpe de 2016. É evidente que a reforma agrária, uma vez implementada de forma efetiva, proporcionando o apoio necessário para a autonomia dos assentados, contribuiria para uma maior geração de

renda e reprodução camponesa, mas diante da atual conjuntura política e dos ataques contínuos à reforma agrária, as condições de reprodução dos assentados no PA Florestan Fernandes se encontram de fato muito limitadas.

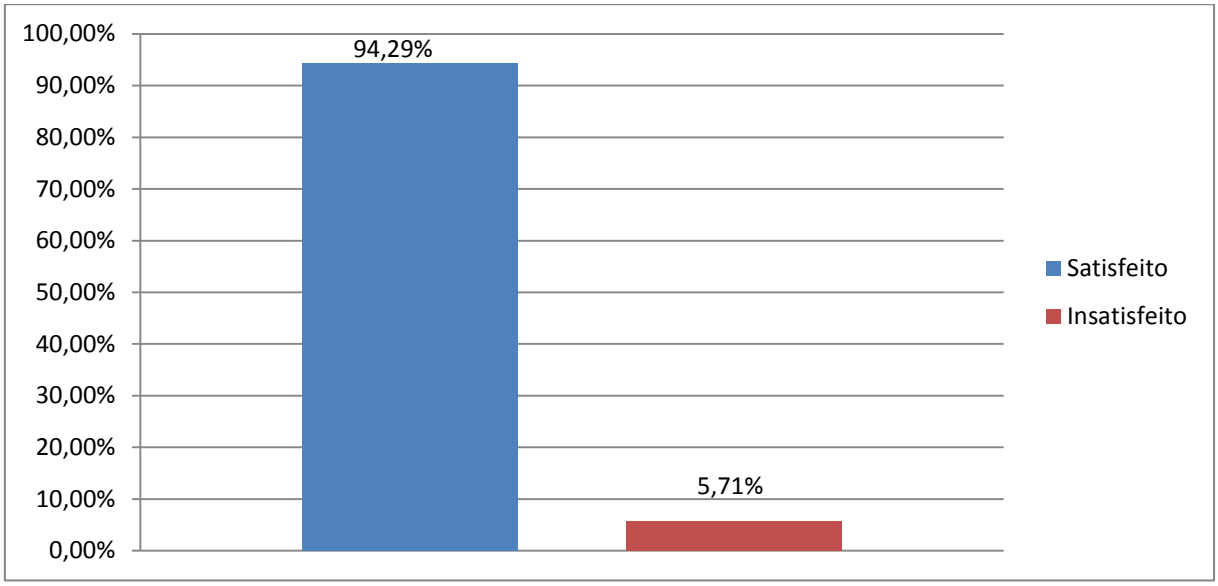
Entretanto, ao pensarmos outras formas de autonomia, entendemos que no PA Florestan Fernandes a produção camponesa, para além da geração de renda monetária, assume representatividade no processo de manutenção do núcleo familiar quando ela se torna a base da alimentação desses assentados, quando os cultivos produzidos nos lotes configuram não só a garantia das sacas de feijão e farinha que alimentam a família o ano inteiro, mas também a possibilidade de compartilhar esses alimentos, através da doação, com parentes e amigos. No PA Florestan Fernandes existe a liberdade e autonomia de plantar, colher, criar e produzir comida saudável.

> Nos tempos atrás a gente chegava pra trabalhar pros fazendeiros e eles chegavam e falavam: "Você vai ter que trabalhar" era na marra mesmo, se não fosse trabalhar tinha de ir simbora. E hoje você trabalha o dia que quer, não tem esse negócio de "Ei se você não for trabalhar hoje você vai embora". Nós vivia debaixo dos pés dos proprietários, fazendeiros. Hoje tá melhor porque você produz o que quer, pega seu produto e leva pra feira, dá, faz o que quer! (G. P. S, Assentado, 2020).

O papel da casa própria também representa uma conquista fundamental para a mudança e melhoria de vida dessas famílias, tendo em vista que antes do assentamento viviam sob condições precárias de moradia, sem nenhum tipo conforto e estabilidade. O assentamento trouxe a autonomia de se ter uma casa digna para morar e criar os filhos, e para muitos assentados, essa é um dos principais fatos que exemplificam a conquista da terra. A casa própria no campo é a certeza de não precisar pagar aluguel na cidade.

Ao questionar se os assentados gostam de viver no assentamento, percebemos na grande maioria a satisfação de poder viver nas terras onde nasceram e cresceram, pois apesar dos tempos difíceis de vida e trabalho no engenho, o sentimento de pertencimento ao lugar e à terra ainda é muito presente. Para muitos, a conquista do assentamento representou a certeza de permanecer no campo e na terra que tanto amam. "Eu amo a minha terra" (M.E. Assentada, 2020). "Amo esse lugar e vou morrer aqui" (J. L. S. Assentado, 2020). "Amo essa terra e não tenho vontade de sair daqui" (R. C. A. Assentado, 2020).

Gráfico 7 – Satisfação dos sujeitos em relação à condição de assentado



Fonte: Elaborado pela autora.

A significativa maioria de 94,29% dos sujeitos, afirmou satisfação em viver no assentamento, segundo eles, depois da conquista da terra a vida melhorou muito, e mesmo com os problemas que ainda cercam a realidade do assentamento, nada se compara as condições de submissão dos tempos passados. "Com certeza a vida é melhor do que na época dos donos de engenho. Hoje somos livres, antes se não trabalhasse apanhava. Hoje eu tenho casa, tenho energia, internet, outra vida que nem se compara" (J. E. S. Assentado, 2020).

A minoria de 5,71% dos sujeitos, afirmou insatisfação com a vida de assentado e desejo de viver na cidade, alegando que as dificuldades enfrentadas no assentamento têm desanimado a vida no campo. Algumas questões que já foram citadas como a falta d'água, a falta de escola e de posto de saúde, são as principais queixas de todos os assentados. Entretanto, uma nova problemática que afeta a população assentada, no momento atual, é a violência promovida pelos assaltos reincidentes nos assentamentos da região, situação que atingiu diretamente algumas famílias do PA Florestan Fernandes, fazendo surgir o interesse de migrar para o urbano em busca de segurança.

Durante os trabalhos de campo realizados no assentamento foram registrados três assaltos violentos em menos de um mês, número chocante ao se tratar de uma localidade onde os moradores são em sua maioria pessoas humildes e de poucas condições financeiras. Segundo o relato das vítimas, os assaltantes usam da violência, com agressões físicas e verbais para conseguir qualquer quantia em dinheiro, e, além disso, costumam roubar objetos considerados de valor como TV's, aparelhos de som e celulares. A polícia já foi acionada

várias vezes (Figura 8) para fazer rondas e reforçar a segurança pelos assentamentos da região, mas os assaltos são reincidentes.

Figura 13 - Visita da Polícia Militar ao assentamento

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Foto: Renata Costa de Barros.

No dia seguinte a um dos assaltos à casa de um assentado, a Polícia Militar (PM) esteve no assentamento, conversando com as famílias e buscando averiguar a situação que tanto vem preocupando a população assentada. Os assaltos na localidade têm ocorrido com frequência, onde também se destaca o roubo de motos pelas estradas que perpassam o assentamento e que ligam Pilões a outros municípios. Segundo os assentados, o apelo é para que os PM's se comprometam em dedicar maior atenção à segurança do local, sobretudo nos horários de mais ocorrência dos assaltos, cedo da manhã e cedo da noite.

Esse tipo de violência é uma condição recente que passou a preocupar a população assentada do PA Florestan Fernandes e demais assentamentos e comunidades rurais de Pilões principalmente nos últimos anos, pois a maioria dos entrevistados afirmou que "Poções" sempre foi um lugar tranquilo e isento de qualquer violência, sobretudo após a criação do assentamento. Entretanto, para além da ideia de criminalidade e violência que infelizmente pode ser comum aos espaços rurais e urbanos, entendemos que também se trata de um processo de desvalorização do campo, onde quase sempre as políticas públicas - e não seria diferente no caso da segurança pública - tarda a chegar.

Em tese, a caracterização desse território nos permite uma dualidade de análise no tocante à política de reforma agrária, ora afirmando a importância da democratização de terras no processo de melhoria de vida das famílias camponesas, que por meio da luta pela terra conquistaram a liberdade do pedaço de chão, ora contestando a efetividade dessa política que além de historicamente limitada à distribuição de terras tem sido, nos últimos anos, fortemente impactada e sucateada, colocando em xeque a reprodução do campesinato assentado que mediante a escassez de recursos básicos e o retrocesso de direitos alcançados enfrenta dificuldades no processo de construção de uma autonomia camponesa.

3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO GOLPE NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES

A faceta agrária do golpe político de 2016 promoveu expressivos impactos negativos na política de reforma agrária e nas demais políticas de incentivo ao campesinato. Os acordos realizados para tirar a ex-presidenta Dilma Rousseff de cena, protagonizados de forma significativa pela bancada ruralista, foram cobrados e executados durante o golpe que perdurou até 2018. A política de Michel Temer e os desmontes promovidos pelo seu governo - que também se intensificam e materializam no governo atual – ameaçam os direitos já alcançados na luta pela terra e enfraquecem as possibilidades de territorialização dos sujeitos do campo.

Os assentamentos rurais que representam a conquista dos movimentos sociais e trabalhadores em luta pela terra são hoje, territórios impactados pelas ações decorrentes do golpe, onde a população assentada perpassa o agravamento de questões preexistentes e o surgimento de novos problemas, ocasionados pela ineficiência e descaso de governos, que ao contrário de assegurar direitos que viabilizem a emancipação e autonomia dos assentados, retarda, sucateia e desmonta órgãos e políticas responsáveis por atender essas demandas.

Neste sentido, destacamos a territorialização do golpe como um termo que representa a materialização das ações impulsionadas pelo golpe político de 2016 e a forma como elas se territorializam nos espaços de resistência camponesa, a exemplo dos assentamentos de reforma agrária. Essas ações se territorializam ao atingirem negativamente a dinâmica dos sujeitos sociais do campo e suas formas de reprodução social e econômica, seja no tocante da luta pela conquista da terra ou da luta para nela permanecer.

A ideia de territorialização do golpe se aplica quando identificamos em escala local os resultados de um processo que se protagonizou em escala nacional, é, por exemplo, quando observamos *in loco*, no território, os impactos desencadeados pelas ações decorrentes do golpe. Nesse caso, é quando identificamos a forma como a fragilização da política pública de reforma agrária promovida durante o golpe se materializa no território, entendendo o que mudou dentro do assentamento, quais problemas se agravaram, quais problemas surgiram, quais os impactos sobre as condições de trabalho, produção e economia camponesa.

Aqui investigamos a possível territorialização do golpe no PA Florestan Fernandes, um assentamento de 15 anos de existência onde se observam carências estruturais relativas a uma política de reforma agrária inacabada, mas também problemas que emergem na conjuntura atual, em decorrência do desmonte das políticas sociais. Nesse assentamento, tem-se vivenciado nos últimos anos, o retrocesso de políticas e recursos já conquistados, condição que implica limitações no que tange as atividades primordiais das famílias assentadas.

Com base nas informações coletadas pelos questionários e pela entrevista realizada com o presidente do assentamento, entende-se que a territorialização do golpe no PA Florestan Fernandes vem se materializando a partir de distintas problemáticas que emergiram nos últimos anos, comprometendo condicionantes fundamentais para o funcionamento das atividades camponesas. Com esse novo cenário de desmontes, os assentados têm enfrentado problemas com o INCRA, com o acesso às políticas de financiamento e demais políticas e ações promovidas pelo extinto MDA, com a articulação junto aos movimentos sociais, e de modo geral com as possibilidades de organização da luta pela terra.

O INCRA é para os assentados do PA Florestan Fernandes o principal órgão de reivindicação das demandas do assentamento, sendo onde os assentados solicitam por meio de documentos e reuniões, assistência em determinados segmentos, na intenção de adquirir melhorias para as famílias beneficiárias da reforma agrária. É o INCRA que acompanha o andamento de projetos e políticas que auxiliam a dinâmica dos trabalhadores do campo, sendo responsável por prestar apoios que visem garantir o bom funcionamento do assentamento.

Mas essa não é a atual realidade do assentamento em questão. Nos últimos anos os assentados têm enfrentado dificuldades tanto no diálogo com o INCRA, quanto na resolução de suas demandas. O INCRA que sempre moroso, em outros tempos, ainda foi acessível aos assentados e conseguiu suprir as solicitações e as demandas do assentamento com ações que auxiliaram em distintos segmentos, sobretudo na dinâmica produtiva. Hoje, pelo contrário, se

encontra em total descaso e omissão, dificultando e limitando desde o diálogo com os assentados na superintendência, ao atendimento das demandas do assentamento.

O que queremos enfatizar é que antes o INCRA tinha seus problemas, como de fato já apontamos sobre tudo aquilo que se refere à política de reforma agrária que historicamente no Brasil nunca foi efetiva, porém o que fica evidente, é que nos últimos anos, em especial a partir dos governos que ascenderam com o golpe político de 2016, as propostas e ações para a pasta da reforma agrária se resumem à destruição, tomando como exemplo o caso do MDA e atualmente o caso do INCRA. Indo mais longe, o que se observa é o objetivo de destruir o Estado naquilo que ele mais se aproxima do povo.

O presidente do assentamento relata as atuais condições de contato com o INCRA, apontando as dificuldades e os retrocessos vivenciados nos últimos anos.

> Falar a verdade, o INCRA ele, é... até mais ou menos uns quatro anos atrás, quando a gente mandava um ofício pra lá, pedindo um fiscal aqui, eles vinha rapidinho no outro dia. Mas hoje o INCRA, eu acho que tá quebrado, num tem um carro pra eles andar, pra o INCRA não tem carro, os funcionários muito pouco, e tá assim... Quando a gente manda um ofício, ele diz "estamos sem carro", num tem carro pra eles virem, é... as vezes não dá nem respostas. Olhe, não tem assistência não! Se a gente sair daqui pra ir lá conversar com o superintendente, tem de fazer um ofício um mês antes, pra poder ele atender, e ainda fica cozinhando a pessoa, dizendo "não, eu tenho que viajar tal hora", eu digo "não, você não vai sair agora não, você agendou com a gente e vai ter que ficar aqui", é assim. E as promessas que dá, dá umas promessas, se a gente não correr muito atrás não sai não. Eu mesmo quando digo que tal dia vamos pro INCRA, junta uma equipe aqui de cinco ou seis, e vamos. Aí quando chega lá ele diz "não, vou viajar", eu digo logo "não senhor, o senhor vai ficar aqui, cancela essa viagem, mande esperar mais umas horas lá que a gente vai ter que conversar com o senhor", aí ele diz "rapidinho", eu digo "rapidinho não, que foi agendado". Aí a gente explica, diz que quer isso assim e assim, se der. Aí ele promete, a gente espera, quando passa quinze dias, a gente chega lá de novo, cobrando, cobrando (G. P. S, Assentado, 2020).

Conforme o relato se observa que o INCRA parece estar sucateado, com poucos funcionários, sem meios para acompanhar os problemas existentes nos assentamentos e sem possibilidades de atender as demandas apresentadas. Percebe-se certa falta de compromisso com os assentados, além de uma série de impedimentos que inviabilizam a reivindicação por recursos e as solicitações por melhorias. E o mais curioso é que os obstáculos começam a surgir nos últimos quatro anos, coincidentemente, após o golpe de 2016.

Nesse intermédio de tempo, outras adversidades no que tange a atuação do INCRA também se apresentam no assentamento. Os assentados reclamam da ausência de projetos, orientação, assistência técnica, entre outras questões que anos atrás eram asseguradas pelo INCRA. "O sistema do INCRA está tão falho que não vem um projeto pra cá. Um que foi

aprovado há tempos e que já era pra ter saído, até agora nada. Se a gente não for lá cobrar, eles não estão nem aí", comentou o presidente do assentamento, referindo-se a uma espécie de fomento rural, cujo prazo de recebimento já foi ultrapassado.

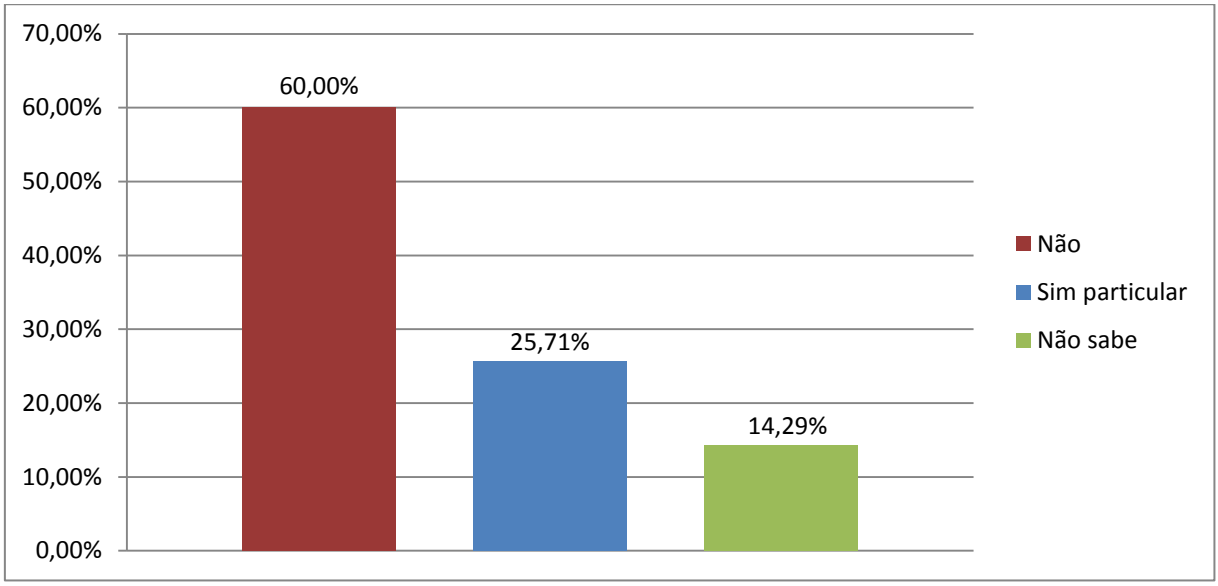
A assistência técnica pública, responsável por auxiliar os assentados em suas atividades agropecuárias, também foi um dos retrocessos do INCRA nos últimos anos:

> A gente temos um técnico aqui particular, da área particular, porque tinha o técnico do INCRA, que era uma empresa contratada, uma cooperativa. Só que depois que esse presidente do governo entrou, não quis mais a cooperativa, aí eu sei que tirou do INCRA essa cooperativa. E essa empresa dava toda assistência aqui. Isso já faz mais de dois anos, foi no governo Temer. Aí aqui a gente não precisava tá pagando técnico particular, a gente tinha o público do INCRA, mas depois que ele entrou aí mudou tudo, aí ficou assim (G. P. S, Assentado, 2020).

Como afirma o presidente do assentamento, ninguém precisava pagar um técnico particular para auxiliar nas demandas da produção agropecuária do assentamento, pois as famílias assentadas contavam com o serviço de assistência técnica desenvolvido por uma cooperativa contratada pelo INCRA. A assistência técnica prestava distintos serviços no assentamento, sempre orientando e contribuindo para o melhor desenvolvimento das criações e produções dos assentados, realidade que se modifica frente às mudanças realizadas no INCRA durante o governo Temer, impactando diretamente a produção camponesa do PA Florestan Fernandes.

Com o retrocesso dessa conquista, não há possibilidades de manter uma assistência técnica particular que atenda todas as necessidades, em termos de orientação das famílias assentadas. Atualmente, o serviço particular é contratado somente para algumas necessidades primordiais, o que torna ausente os demais serviços de orientação para a produção camponesa.

Gráfico 8 – Acesso à assistência técnica



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionamos se os assentados possuem assistência técnica no assentamento, 60% dos sujeitos responderam que atualmente não têm acesso, 25,71% responderam que têm acesso de forma particular e 14,29% não souberam informar, ou seja, se não existe mais assistência pública. Os assentados afirmaram que a assistência técnica do INCRA faz muita falta, segundo eles, esse serviço era muito importante pois auxiliava em distintas questões no assentamento, dentre elas, na vacinação dos animais, na aquisição de sementes, na orientação para a produção e criação, e ainda em determinadas documentações para questões de empréstimos, aposentadorias e auxílios.

Esse é também um dos reflexos do golpe, se antes eles tinham assistência básica por parte do INCRA, hoje é zero, acabou! A assistência técnica é fundamental num assentamento de reforma agrária, sobretudo quando pensamos no processo de modernização da agricultura. É a assistência técnica que auxilia o trabalho no assentamento, sob o ponto de vista produtivo, e sem esse apoio técnico público e efetivo as possibilidades de reprodução camponesa e de emancipação dos assentados são bem reduzidas.

Embora seja uma demanda sumamente necessária para as atividades camponesas do PA Florestan Fernandes, não existe até o momento, nenhuma promessa por parte do governo federal em viabilizar uma nova assistência técnica para o assentamento. Os assentados relatam que mesmo com as reivindicações constantes na superintendência, o cenário atual é de descaso e abandono, onde o INCRA que era a única via para solicitar melhorias, encontra-se

totalmente omisso frente às demandas da população assentada. Em entrevista no INCRA, quando questionamos sobre a paralização do apoio técnico, obtivemos a seguinte resposta:

> Diante do pouco recurso que nós temos foi se tornando inviável. Nós tivemos um problema com essa assistência técnica e elas tiveram que ser canceladas, tiveram que ser extintas, inclusive com cancelamento do contrato. Mas a gente tem a EMPAER nos municípios e estamos retomando e alinhando com a EMPAER essa assistência. [...] O ano passado (2019) nós tivemos um problema, só começamos a trabalhar em setembro por causa de problemas de recursos. E esse ano (2020) ficamos até agora (outubro) sem poder sair daqui, por causa da pandemia. (M. M. N. INCRA, 2020).

E quando questionamos sobre a atual situação do INCRA, sobre as ações que estão em pauta e sobre as perspectivas futuras de atuação do INCRA, a resposta foi a que já esperávamos, tendo em vista as propostas do atual governo em relação aos assentamentos.

> A situação do INCRA hoje? A gente tem talvez metade dos servidores que tínhamos dez, quinze anos atrás, e mais do que o dobro dos projetos de assentamento. Quando a situação deveria ser bem mais proporcional para garantir uma assistência mínima do INCRA nessas áreas. Mas mesmo assim a gente tem corrido bastante, a gente tem feito muito com o pouco que temos aqui [...] Porque só estava aberta a porta de entrada, criou-se muitos projetos de assentamento e não se pensou em titular, por isso que hoje a política é titular (M. M. N. INCRA, 2020).

Com base nas explicações recebidas em entrevista no INCRA, entendemos que o órgão vem sofrendo sérias inconsistências referentes à falta de recursos e a diminuição do quadro de funcionários, o que tem comprometido diretamente o processo de atendimento às demandas dos assentamentos nos últimos anos. Vale salientar que essa condição também se mantém no pós-golpe, tornando os anos de 2019 e 2020 inviáveis para qualquer tipo de assistência, problemática que se agrava com as limitações causadas pela pandemia. Ainda, fica claro que tanto a pauta atual, quanto as perspectivas futuras estão firmadas unicamente na política de titulação, não havendo, portanto, agenda ou recursos para demais ações.

Retornamos ao mesmo debate sobre a proposta de distanciamento do INCRA frente às demandas fundamentais para os assentamentos. Trata-se do sucateamento da instituição, inviabilizando as ações de melhoramento para os assentados e ao mesmo tempo tendo como foco de investimentos a titulação, que nada mais é do que um projeto iniciado no governo Temer e em curso no governo Bolsonaro, que visa retirar do Estado as responsabilidades para com os assentamentos de reforma agrária, entregando títulos de propriedade em assentamentos que não têm sequer o mínimo dos requisitos básicos para serem titulados.

A proposta de titulação que está em voga aos moldes destes governos, cujas leis foram alteradas para atender seus interesses particulares (como explicitado no subcapítulo 2.3), não

considera as condições e possibilidades de reprodução do trabalho e da vida das famílias assentadas, mas sim, define a viabilidade de titulação somente através do tempo de criação do assentamento. Vale aqui retomar o Art. 47. do decreto 9.311 de 15 de março de 2018 "Independentemente do cumprimento dos requisitos de concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, considera-se consolidado o projeto de assentamento após quinze anos de sua implantação". As ações decorrentes do golpe nos coloca, portanto, diante de um dos momentos mais críticos da contra-reforma agrária do Brasil.

Com relação à proposta de titulação em pauta, observamos que no PA Florestan Fernandes, os assentados ainda não foram notificados sobre o início do processo, mas afirmaram já estarem cientes que isso acontecerá em breve. "Se Bolsonaro continuar, todos os assentamentos serão titulados [...] qual a despesa que ele vai ter com os assentamentos? Pelo contrário, ele vai lucrar" (J.O.C.F. Assentado, 2021). Durante as conversas realizadas com o presidente do assentamento e com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pilões, percebemos que ambos compreendem a proposta de titulação do governo Temer, atualmente em curso no governo Bolsonaro, como uma ameaça para a reforma agrária e uma nítida estratégia de evitar responsabilidades com políticas públicas para os assentamentos.

Uma nova problemática que identificamos no assentamento diz respeito aos empréstimos e financiamentos para atividades agropecuárias. Os relatos apontam que ultimamente vêm surgindo certas dificuldades que impossibilitam as famílias de acessarem créditos como PRONAF B[49] e AGROAMIGO[50]. Alguns assentados informaram que dão entrada no empréstimo, mas além de muito demorado, ao final do processo o crédito não é liberado. Ainda não se sabe ao certo o que está causando o bloqueio desses financiamentos, segundo o presidente do assentamento, nunca houve impedimento para que nenhum assentado tivesse acesso a créditos como estes, cujos valores são baixos.

> Teve um probleminha aí, eu não sei que problema é esse, teve a proposta todinha, aí deu um problema dizendo que o assentamento tava notificado por uma questão

[49] "Crédito para infraestrutura de produção e serviços no estabelecimento rural. Com o Pronaf Investimento Grupo B, é possível obter crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. São financiados investimentos destinados à construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de matrizes, entre outras melhorias". Disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/pequeno-produtor/investir-em-sua-atividade/pronaf-grupo-b#/ . Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

[50] "O AGROAMIGO é o Programa de Microfinaça Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do (a) agricultor (a) familiar do Nordeste. [...] Por meio de seus agentes de microcrédito, atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores e agricultoras familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)". Disponível em: https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre-o-agroamigo . Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

> ambiental. Aí eu perguntei "Porque tá notificado? Aqui não tem queimada, nem desmatamento", perguntei lá na sede do IBAMA. Aí ele disse "Não, não é só vocês não, isso já veio do Ministério da União que é todos os assentamentos". Se fosse só o daqui eu ia mandar o cara vir aqui pra vê onde é que tem degradação ambiental. Aí pronto, disseram que é todos os assentamentos. Aí o pessoal que foi tirar esses empréstimos quando chegou esses papel lá, esses documentos lá, travou tudo. Aí vão mandar um técnico pra aqui, pra tentar vê esse problema, que o Ministério da União não pode mandar um documento desse dizendo que o assentamento ta penalizado. Só que agora tem que aguardar (G. P. S, Assentado, 2020).

Entre as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores do PA Florestan Fernandes, essa é uma das problemáticas recentes, pois até o momento, nem mesmo o presidente do assentamento consegue entender o porquê do assentamento estar notificado por degradação ambiental, tendo em vista que não há nenhuma atividade que justifique esse tipo de penalização. Outro ponto curioso é que, conforme informação repassada ao presidente da associação, todos os assentamentos estão com problemas para acessar esse tipo de financiamento devido à mesma justificativa de degradação ambiental, situação atípica que pode configurar mais um reflexo da territorialização do golpe.

Outra questão que se agravou no assentamento com todas as mudanças desencadeadas após a saída da presidenta Dilma do governo, foi o contato e as possibilidades de organização com os movimentos sociais do campo, em especial o MST. Depois do golpe, o contato com o MST diminuiu e as condições de organização junto ao movimento foram se limitando. Com a ausência do MST, muitos assentados se dispersaram e isso consequentemente ocasionou o enfraquecimento da luta no PA Florestan Fernandes.

Desde a luta pela conquista da terra, o MST auxiliou e intermediou muitas conquistas para o assentamento, sendo um movimento presente e atuante, sempre buscando manter os camponeses organizados em luta. O presidente do assentamento relata que durante muito tempo houve uma relação de ajuda mútua com o movimento, onde o MST atuava frequentemente junto aos assentados, tanto nas reuniões da associação, quanto nas reivindicações por melhorias para o assentamento, e da mesma forma, os assentados lutavam junto ao movimento nas diversas ocupações.

> O MST quando começou aqui eu andei muito com o MST, ocupando BR, ocupando órgão federal. Eu acho que dos assentados da região, o mais que rodou foi eu. Quatro viagens em Brasília, duas em São Paulo, no Recife eu não conto e João Pessoa também não conto. E fora as BR's que a gente ocupava e ficava lá. E assim, o sofrimento era grande, fome eu passava assim que virgem Maria! Tudo isso pra lutar pela terra e pelos outros. Teve viagem que a gente andava 24 quilômetros por dia, isso foi... Não tô muito lembrado, mas parece que foi 2009, 2010... Tempo de Lula... a gente foi atrás da reforma das casas, que veio a construção e depois tivemos a reforma. Aí teve outras vezes que a gente foi reclamar lá outras coisas, e assim

> foram quatro vezes, quatro anos que eu fui em Brasília com o MST (G. P. S, Assentado, 2020).

Com a participação do MST, os assentados se mantiveram mais envolvidos na luta pela terra e por melhorias para o assentamento, pois a presença do movimento intensificava as reivindicações, dando mais força e voz aos trabalhadores. Vale salientar que durante os governos petistas, dentre todos os limites, existia uma abertura maior para o diálogo com os movimentos sociais de luta pela terra, condição que também assegurava possibilidades para que os trabalhadores organizados com os movimentos reclamassem seus direitos.

> Já participei de muitos movimentos, MST, SEDUP, CPT, MAB, tudo eu já participei de todos eles tentando sempre trazer as coisas pra cá, benefício pra cá. Eu era MST e ainda sou né?! Se precisar de mim eu sempre tô aqui pra ajudar eles. Mas quando mudou de presidente eu disse "eu não vou mais essas viagens não", que agora é mais pesado (G. P. S, Assentado, 2020).

Com o novo cenário de um governo amplamente comprometido com a pauta ruralista e com a tendência de criminalização dos movimentos sociais, as possibilidades de luta e reivindicações em prol de conquistas para o campesinato e para os povos do campo ganham novos limites. A fala do presidente do assentamento expressa a escolha de não participar de manifestações em Brasília pelo receio de sofrer algum tipo de violência, tendo em vista uma conjuntura onde movimentos e trabalhadores do campo tornaram-se classes ameaçadas.

Frente a essa nova realidade, as lideranças do MST diminuíram a frequência em que visitavam o assentamento, o presidente do assentamento não conseguiu manter a mesma organização e articulação entre os assentados, e as reuniões passaram a acontecer de forma esporádica, somente quando há necessidade de discutir algum assunto de importância do coletivo. Consequentemente, os assentados deixaram de participar das formações, ocupações, e manifestações, e as estratégias de continuidade da luta no assentamento limitaram-se aos esforços de pressionar o INCRA em prol de alguma melhoria.

As estratégias de destruição e ataque aos povos do campo que se converteram em ações materializadas por todo o país oprimindo e minimizando as lutas sociais, também atingiram diretamente o MST, movimento social que em outros momentos da política brasileira se manteve forte e irredutível na luta e nas manifestações em defesa da reforma agrária. Entretanto com a conjuntura do golpe e todas as tensões contra as lutas sociais do campo, o MST perde fôlego frente a uma enxurrada de desmontes na política agrária.

Não se trata de abandonar a causa, mas de ter que refluir, sobretudo num momento crítico de intensa criminalização dos movimentos sociais e das manifestações. Vale salientar

que no atual momento da política brasileira o presidente da república trata o MST como terrorismo e atua diretamente no processo de imobilização do movimento. Portanto, o que acontece no PA Florestan Fernandes quanto ao distanciamento entre as lideranças do movimento e as lideranças do assentamento, nada mais é do que um reflexo do golpe que protagoniza um cenário de ameaças para os movimentos sociais, sobretudo, para o MST.

> Eu acho, olhe, que se o MST, ele tivesse aqui hoje, na situação que estamos ele organizava mais, e muita coisa eles organizam mais. Só que isso tem que ser uma pessoa do MST que seja responsável, mas seria muito bom pra organizar melhor. Eu lembro que antes, com MST, a gente ocupava o INCRA e só saía quando atendia as demandas da gente, mas agora é diferente, mudou muita coisa... A gente vai, mas não tem mais ninguém pra atender a gente, tá esse desmantelo do INCRA. O MDA não é mais, agora é uma secretaria. Muita coisa era pelo MDA, mas agora... Aqui a gente sentiu muito... Tudo isso refletiu muito e interferiu nas políticas pro assentamento (G. P. S, Assentado, 2020).

Diante do que já foi abordado a partir da entrevista realizada com o presidente do assentamento, essa fala sobre a destituição do MDA é talvez uma das principais afirmativas da territorialização do golpe no PA Florestan Fernandes. O MDA era o ministério cujas funções e competências eram especificamente direcionadas às políticas de reforma agrária, à promoção da agricultura familiar e sustentável, sendo o ministério que atuava diretamente em prol dos assentamentos rurais e das famílias camponesas. Com a extinção desse ministério o golpe político se materializa também no campo brasileiro, por meio do sucateamento de políticas e recursos que deveriam ser direcionados aos beneficiários da reforma agrária.

O MDA foi extinto em maio de 2016 pelo governo Temer, sendo primeiramente incorporado à pasta do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), em seguida transformado em uma Secretaria Especial da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) ficando vinculada a Casa Civil[51], condição totalmente ilógica do ponto de vista político administrativo. Atualmente, no governo Bolsonaro, seus últimos resquícios foram absorvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Tamanho desmantelamento, promovido por ambos os governos, fez a expressividade do MDA desaparecer, concretizando o objetivo de desmonte da reforma agrária. Todo esse movimento que desestruturou o MDA vem impactando os assentamentos rurais e a estrutura produtiva da agricultura familiar, comprometendo as possibilidades de vida e trabalho de milhares de famílias camponesas, dentre elas, as famílias do PA Florestan Fernandes. O representante do INCRA comentou sobre as mudanças ocasionadas pela extinção do MDA:

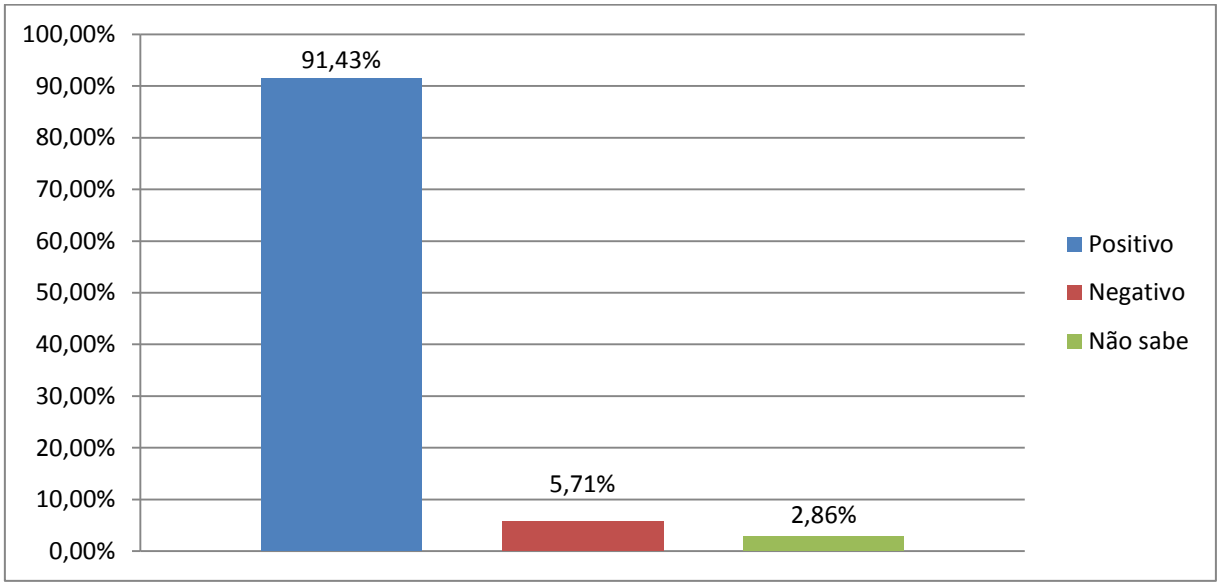
[51] Vale ressaltar que na época, o Ministro da Casa Civil era Eliseu Lemos Padilha, acusado e investigado em casos de grilagem, crime ambiental e trabalho escravo.

> Com relação ao MDA nós tínhamos uma relação bem estreita, aliás, nós estávamos inseridos no organograma do MDA, agora estamos no MAPA. Mas assim... Há uns cinco anos já vinha bem complicado em termos de recurso. A política de crédito de instalação mudou bastante, esses créditos não passam mais pelo INCRA, o INCRA assiste no sentido de ver a aplicação, acompanhar juntamente com o técnico que elabora esses projetos. Mas assim, agente já vinha meio cambaleando e a extinção do MDA logicamente pesou (M. M. N. INCRA, 2020).

É sabido que a política de reforma agrária promovida no governo Dilma não foi a melhor, o que significa dizer que a política já vinha fragilizada, sendo ainda mais impactada com a extinção do MDA e com todas as posteriores mudanças que deixaram as pautas da política de reforma agrária completamente à margem nos últimos governos. Pelo que interpretamos com base nesses relatos, entendemos que essas ações realizadas em escala nacional refletem diretamente na desestabilização do INCRA que atua em escala estadual, e principalmente no agravamento das dificuldades locais vivenciadas no PA Florestan Fernandes, configurando aquilo que estamos chamando de *territorialização do golpe.*

Tendo em vista a atual realidade dos assentados em suas possibilidades dentro do campesinato, questionamos como eles avaliam os governos dos últimos 15 anos no que tange o investimento e a implementação de políticas e recursos na esfera da agricultura familiar. O interesse é analisar o nível de aprovação e reprovação dos sujeitos frente às condições ofertadas pelos governos petistas de Lula e Dilma, governo Temer e governo Bolsonaro, a fim de confirmar a expressividade dos retrocessos desencadeados pelo golpe.

Gráfico 9 – Avaliação dos governos petistas



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apontam que 91,43% dos assentados avaliaram os governos petistas como positivos, 5,71% avaliaram como negativo e 2,86% não souberam avaliar. A minoria que avaliou os governos petistas como negativos justificou a opinião a partir da generalização de que nenhum governo tem comprometimento com os pequenos produtores. Em contrapartida, a expressiva maioria dos sujeitos que aprovou os governos petistas, considerou que estes foram os governos que melhor atuaram no setor da agricultura familiar e dos assentamentos rurais.

Destacamos aqui algumas falas que justificam a avaliação positiva desses sujeitos: "Os governos Lula e Dilma foram ótimos para o pequeno agricultor" "Nos governos do PT vinha benefícios para todos" "O PT era melhor, tinha assistência" "Foram os melhores para a agricultura. Foi aí que eu formei meus filhos" "Lula foi o que mais olhou para o povo da roça" "No PT os projetos eram mais acessíveis" "O melhor presidente foi Lula pra área de assentamentos" "Foram os melhores governos para os pequenos produtores rurais".

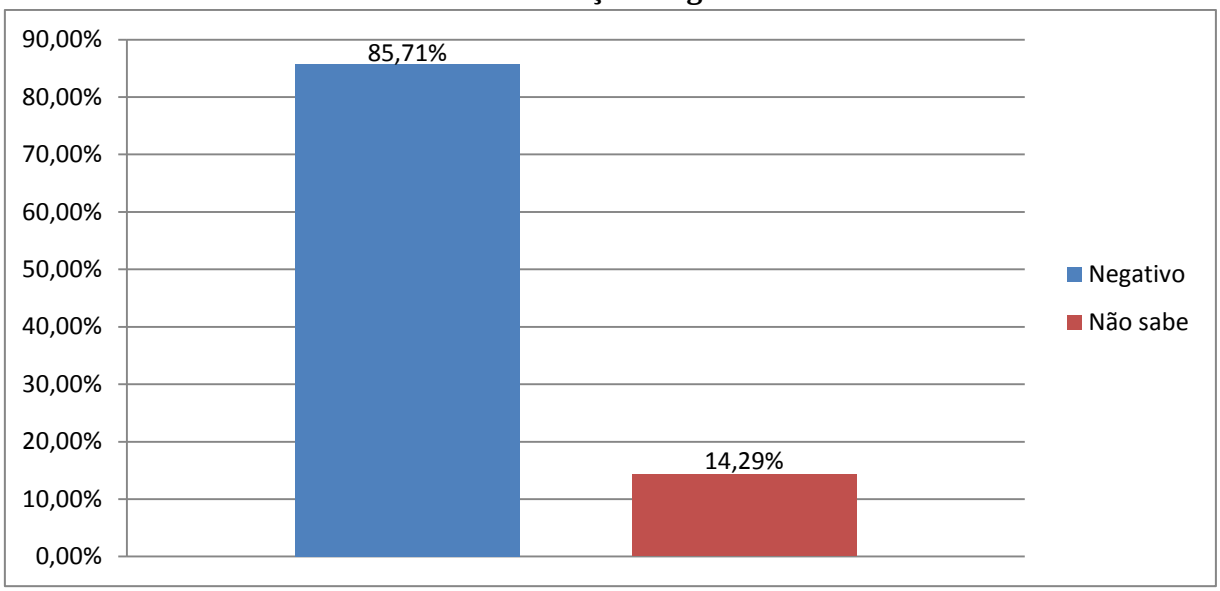
Essas informações que representam a significativa satisfação dos assentados com as ações promovidas pelos governos petistas permitem reflexionar que embora os presidentes Lula e Dilma tenham utilizado de estratégias firmadas em fortes alianças com setores ruralistas, suas ações no tocante da promoção de políticas sociais para o campo também proporcionaram mudanças relevantes para a vida de milhares de famílias camponesas. Realidade completamente diferente dos presidentes subsequentes, cujos planos de governos são prioritariamente alicerçados nos anseios da classe dominante.

Em entrevista com o atual presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pilões, - ex-presidente do PA Florestan Fernandes e uma das primeiras pessoas a mobilizar a população do local em prol da reforma agrária - questionamos sobre a sua interpretação em relação ao processo de *impeachment* que retirou da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, o direito de concluir o seu mandato. O assentado complementa sua resposta comentando sobre os impactos sentidos enquanto agricultor familiar assentado e o agravamento das problemáticas do campo frente às propostas do atual governo.

> No meu ponto de vista não resta dúvida, não resta dúvida! Foi exatamente um golpe! Não tem como dizer que não foi. Qual foi o crime de Dilma? Me diga? Se for analisar, me diga qual foi o crime de Dilma? [...] Sentimos e muito! Deixaram de existir praticamente, o INCRA nem existe. [...] A saída de Dilma influenciou e muito, porque esse governo que tá aí não tem compromisso nenhum com o agricultor familiar, o negócio dele é o agronegócio. Todos os assentamentos sentiram, em termos de projetos, política pública. Acho que todos os assentamentos sentiram (J.O.C.F. Assentado, 2021).

A partir desses e de outros relatos que interpretam o processo de *impeachment* como um golpe político e afirmam o agravamento das dificuldades no campo, sobretudo nas áreas de assentamento após a saída dos governos petistas, consideramos importante investigar como os assentados do PA Florestan Fernandes avaliam o governo Temer. Estamos falando de um governo que em substituição a uma presidenta legitimamente eleita, esteve à frente do país por quase três anos (2016-2018) motivando e realizando mudanças que afetaram diretamente a classe trabalhadora, os camponeses e a reforma agrária.

Gráfico 10 – Avaliação do governo Temer



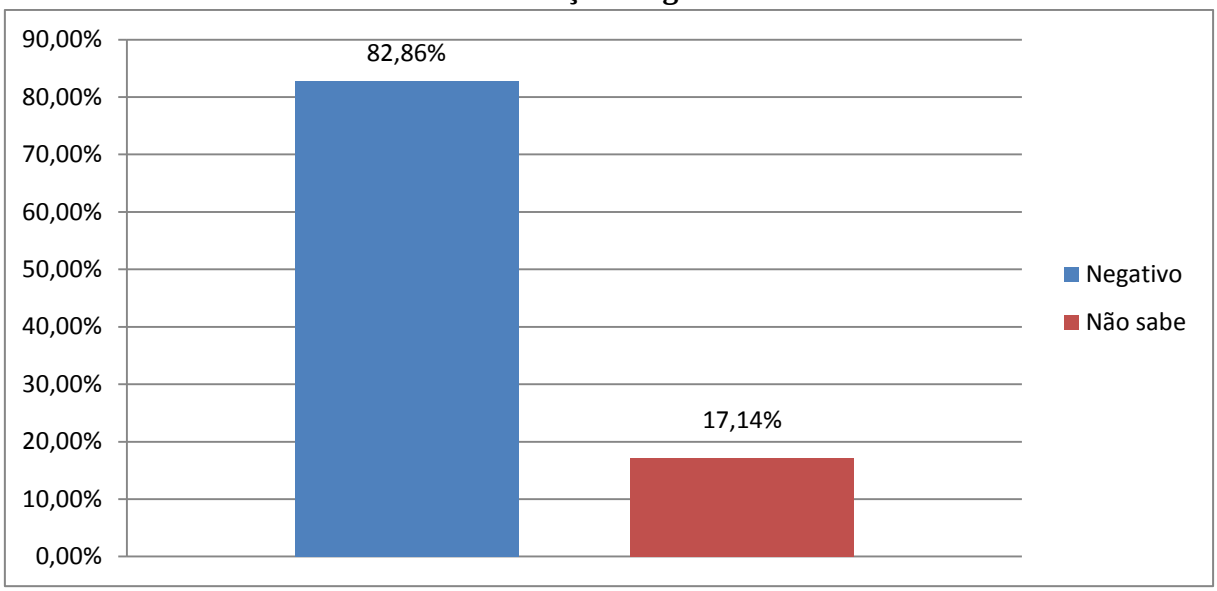
Fonte: Elaborado pela autora.

Em continuidade a avaliação, 85,71% dos assentados avaliaram o governo Temer como negativo, e 14,29% não souberam avaliar. Não havendo nenhum percentual de avaliação positiva, a expressiva maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa reprovou o governo Temer, apontando a justificativa de que durante o seu período de atuação não houve nenhum tipo de política de beneficiamento para a classe camponesa e para os assentamentos, pelo contrário, o que houve foi o retrocesso de conquistas alcançadas nos governos anteriores.

Dentre muitos comentários de rechaço e reprovação, destacamos algumas falas que representam a insatisfação dos assentados frente ao governo Temer: “Michel Temer foi o pior pra nós, não fez nada” “Péssimo” “Temer foi o pior sofrimento do INCRA” “O pior que teve” “Depois que ele entrou ficou tudo mais difícil, principalmente o INCRA”. O governo Temer foi explicitamente reprovado pelos assentados do PA Florestan Fernandes, onde se destacam na maioria das justificativas os impactos causados no INCRA.

Em apenas dois anos de governo, Temer conseguiu desmantelar o que havia levado décadas para se constituir enquanto benefício aos assentados durante a política de reforma agrária dos governos anteriores. Os desmontes promovidos por Temer trouxeram rápidos impactos ao assentamento que continuam se intensificando e materializando no governo Bolsonaro, onde as prioridades de governar para o agronegócio sempre foram claras, deixando à margem as políticas sociais de beneficiamento dos demais setores do campo.

Gráfico 11 – Avaliação do governo Bolsonaro



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à avaliação do governo Bolsonaro, mantém-se a tendência de reprovação, onde 82,86% dos assentados o avaliaram como negativo e 17,14% não souberam avaliar. Sem nenhum percentual de avaliação positiva, a maioria dos assentados justifica que no governo atual permanecem as mesmas dificuldades do governo Temer, e que não veem neste presidente o interesse em promover políticas para a agricultura familiar, pois o mesmo tem como prioridade o agronegócio e os grandes produtores.

Destacamos as falas que mais representam as justificativas dos assentados ao avaliarem negativamente o governo Bolsonaro: “Péssimo governo, sem incentivo e assistência” “Ele só vai ajudar a população rica” “Ele não gosta da área de assentamentos” “Até agora não tenho visto nada de bom pra agricultura” “Ele deveria investir mais” “Nesse governo os pobres estão sofrendo mais” “Muito ruim” “Péssimo para o pequeno agricultor” “Não tem projeto pra agricultura, só pro agronegócio e grandes indústrias”.

Conforme os dados e as falas que exemplificam a insatisfação dos assentados com estes governos, não é preciso muito para perceber que o PA Florestan Fernandes vem sofrendo os impactos desencadeados pelo golpe de 2016 e pela forma que o Brasil vem sendo conduzido pelos governos Temer e Bolsonaro. A territorialização do golpe no PA Florestan Fernandes vem construindo nos últimos quatro/cinco anos uma realidade de retrocessos que ao limitar as possibilidades dos trabalhadores no assentamento intensificam a cada dia os desafios de permanecer no campo sob a condição de camponês assentado da reforma agrária.

Os dados e informações coletadas até o momento encaminham a pesquisa para a afirmativa da territorialização do golpe no assentamento em questão, pois diante das falas dos assentados e do levantamento dos dados, não se observa, nos anos de atuação dos governos que ascenderam com o golpe, nenhuma política de beneficiamento e nenhum tipo de melhoria que impacte positivamente o PA Florestan Fernandes. Pelo contrário, o que se observa são constantes perdas e retrocessos diretamente relacionados à política excludente desses governos, que ao priorizarem as elites agrárias, inviabilizam órgãos, políticas e recursos responsáveis pelas demandas da classe trabalhadora do campo, em especial, dos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de dissertação teve como objetivo geral, analisar o processo de territorialização no Assentamento Florestan Fernandes, buscando identificar se os rebatimentos do golpe político de 2016 chegaram a impactar a dinâmica dos assentados, no que tange as condições de vida, trabalho e reprodução camponesa dentro do assentamento. O esforço da pesquisa esteve pautado em compreender a atual situação das famílias do PA Florestan Fernandes, frente a uma realidade de desmonte contínuo das políticas sociais para o campo e para a reforma agrária. Para contemplar os objetivos específicos, a pesquisa foi estruturada em três momentos principais que dão forma a este estudo de dissertação.

A abordagem sobre o município de Pilões, no contexto do Brejo Paraibano, trouxe a compreensão sobre uma área marcada por processos territoriais, cujos aspectos estiveram primeiramente ligados às relações de trabalho e produção, durante o protagonismo da cana-de-açúcar entre as décadas de 1960 e 1980, e posteriormente à luta pela terra e à reforma agrária que marcaram as décadas de 1990 e o início dos anos 2000. Em meio aos processos territoriais citados e, sobretudo ao processo de reconversão produtiva que se materializou no Brejo com a reforma agrária, os sujeitos perpassaram da condição de exploração e expulsão

causada pela submissão do trabalho nos engenhos e nas usinas à condição de liberdade e autonomia nos assentamentos conquistados.

No que tange ao tema da reforma agrária no Brasil, observou-se a partir da leitura de distintos autores, que os contextos políticos desenhados pelos governos e partidos que ascenderam ao poder nos últimos 26 anos, foram propositalmente inviáveis á efetivação da proposta de reforma agrária enquanto política de Estado. Os dados observados quanto aos números da reforma agrária pelos governos FHC, Lula e Dilma também apontam a negligencia desses políticos com uma pauta histórica e extremamente necessária para a diminuição das desigualdades desse país. É importante fazer um adendo, sobre o protagonismo dos movimentos sociais do campo no processo de luta pela terra e conquista dos assentamentos de reforma agrária constituídos pelos governos citados.

O contexto político atual é ainda mais crítico para a luta pela terra e para as conquistas sociais do campo. Desde 2016 o país se encontra imerso em situações politicamente conflituosas que além de ameaçar a tão recente democracia brasileira, atacam os direitos dos trabalhadores e destroem as conquistas históricas alcançadas por meio das lutas sociais. No que se refere ao campo, o golpe político de 2016 não só provocou o desmonte de distintas políticas sociais, dando ao modelo agroexportador maior autonomia para dominar o campo, mas também abriu espaço para novos ataques e novas formas de exclusão e expulsão dos povos do campo, que agora se materializam em nome da lei.

O direcionamento para a hipótese de territorialização do golpe no agrário, nesta pesquisa, surge a partir da participação majoritária da bancada ruralista no processo de efetivação do *impachment* e das posteriores benesses atribuídas ao setor latifundista e agroexportador que se consubstanciaram no intuito de elevar o poder desses setores sobre o espaço agrário brasileiro e anular os direitos dos povos do campo, como no caso do campesinato assentado. Considera-se a partir do exposto nesse texto de dissertação, que a territorialização do golpe é uma realidade no PA Florestan Fernandes e que os assentados sentiram *in loco* os rebatimentos das transformações que se deram em escala nacional.

Nossos principais resultados de validação da tese de territorialização do golpe no assentamento em questão estiveram ligados ao INCRA, sua nova roupagem e objetivos assumidos durante os governos que ascenderam com o golpe. Conforme os relatos e as discussões apresentadas no decorrer do texto, pontuamos o INCRA enquanto alvo estratégico dos governos para destruir a reforma agrária. O propósito foi claro e esteve firmado em apenas duas ações: o sucateamento do órgão e consequente encerramento das pautas

fundamentais para a população assentada – onde entra a territorialização do golpe no PA Florestan Fernandes –, e o expressivo interesse na efetivação da proposta de titulação.

Nesse novo momento, não se enxerga mais um INCRA, cujo papel é atuar nos projetos de implementação da política de reforma agrária e no apoio aos assentados para fins de uma melhor reprodução camponesa dentro dos assentamentos. Pelo contrário, com o sucateamento protagonizado pelos governos durante o golpe e o pós-golpe, deixou de existir dentro do INCRA a preocupação em possibilitar as condições necessárias para a emancipação camponesa, o que tem afetado diretamente a dinâmica produtiva e econômica das famílias do PA Florestan Fernandes, cuja estrutura e organização é ainda muito carente de assistência.

O Assentamento Florestan Fernandes é um exemplo de como os territórios da reforma agrária foram afetados pelo golpe político de 2016 que minou as políticas e os órgãos de implemento para a reforma agrária e para a territorialização do campesinato assentado. Os resultados da pesquisa realizada junto aos trabalhadores e trabalhadoras do PA Florestan Fernandes apontam a intensificação dos problemas e o surgimento de novas dificuldades no assentamento após o desmonte democrático vivenciado em 2016, indo mais a fundo, sobretudo no governo Bolsonaro, apontam para as noções de ataque e destruição da reforma agrária. Os relatos dos assentados e os dados levantados relevam que os governos que ascenderam com o golpe marcam o pior momento da política de reforma agrária no Brasil, e consequentemente, um dos períodos mais críticos para a resistência camponesa.

Embora não tenha sido possível analisar diretamente as estratégias políticas do atual governo, salienta-se o interesse em dar continuidade à pesquisa, no intuito de investigar os caminhos percorridos e os impactos causados à política de reforma agrária e aos povos do campo nesse período (2019-2022). É necessário discutir e denunciar estes fatos para que fiquem registrados na história os retrocessos contínuos que marcaram o país nesses últimos anos. É importante salientar ainda que o golpe político de 2016 teve um efeito catastrófico e que o seu resultado mais letal foi a ascensão do governo Bolsonaro.

Autoritário, antidemocrático, negacionista, anticiência e antipovo! Essa é a face do presidente que chegou ao poder utilizando de discursos de ódio e ataques gratuitos contra o povo brasileiro, recrutando milhares de soldados para defender e ovacionar suas atitudes bizarras e suas falas mais cruéis. A falta de inteligência aliada à falta de humanidade desse senhor causou danos gravíssimos e contribuiu para agravar um dos piores momentos vivenciados pela população brasileira, o período pandêmico em que nos encontramos há quase dois anos, o qual ele minimizou com desdém.

Nesses quase quatro anos de governo, o que se observa é uma verdadeira "cronologia do desastre", são sequencias de ações que tem nos afundado em crises contínuas nas esferas da educação, saúde, meio ambiente, trabalho, justiça social e etc. O projeto de destruição presidido por Bolsonaro ataca os direitos do povo e minimiza as condições de vida digna. O retrato nítido desse desgoverno e de sua letalidade está nos dados assustadores que apontam a insegurança alimentar como um problema que já atinge mais da metade da população brasileira, especificamente 116,8 milhões de pessoas lidam com algum nível de insegurança alimentar no Brasil (MALUF, et al., 2021).

Quando nos referimos ao tema do campo brasileiro, a proposta de destruição é ainda mais explícita, o projeto é antigo e tem seus pilares firmados desde as negociações do golpe de 2016, quando a bancada ruralista não mediu esforços para apoiar o *impeachment* de Dilma. Retomando as discussões sobre a faceta agrária do golpe, o interesse dos ruralistas pelo *impeachment* estava nas possibilidades de novas formas de governamentalidade, no desejo ávido pela mudança que colocaria em prática seus objetivos particulares, como visto no subcapítulo 2.3. Em resumo, a fidelidade a Temer naquele momento teve um preço, e o acerto de contas com os ruralistas veio por meio de uma série de ataques contra os povos do campo.

No pós-golpe não seria diferente, o atual governo é ainda mais interessante para a bancada ruralista, pois antes mesmo de se eleger Bolsonaro não hesitou em declarar seu ódio pelos movimentos sociais do campo, e o seu desprezo pelos povos tradicionais. "Se eu chegar lá, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola"; "O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada!"; "Invadiu, é chumbo!"; "Acabamos com o MST". As falas que incitam ódio e violência contra os povos do campo foram e continuam sendo uma tônica dos discursos de Bolsonaro, o que diz muito sobre a sua prioridade no que tange as políticas e os investimentos para o campo.

O favoritismo pelo agronegócio é um *a priori* nesse governo, Bolsonaro dá prosseguimento ao que foi iniciado por Temer durante o golpe, intensificando as ações de ataque contra os povos do campo. No que tange a política de reforma agrária, o governo tem estagnado as desapropriações, minado as políticas públicas para o campesinato assentado e bloqueado toda e qualquer negociação com os movimentos sociais de luta pela terra. Não existem expectativas de melhora, o propósito é viabilizar a expansão do agronegócio sobre os territórios acelerando a marcha naquilo que chamamos de contra-reforma agrária.

A realidade é que a reforma agrária foi totalmente paralisada neste governo, sendo sem sombra de dúvidas uma das políticas mais sucateadas nesses últimos anos. Aliado a isso

estamos frente a um governo cuja violência e o autoritarismo são carros-chefes, e consequentemente, neste momento da política brasileira, lutar por direitos se tornou perigoso. Os movimentos sociais se encontram em constante ameaça e as manifestações foram fortemente criminalizadas, tudo isso somado ao período pandêmico, diminuiu drasticamente as possibilidades de militância dos movimentos sociais.

Cabe a nós, portanto, enquanto acadêmicos, professores e pesquisadores, utilizarmos de nossas pesquisas para denunciar os ataques e a destruição em curso protagonizada pelo governo dos retrocessos, visando contribuir com as lutas sociais do campo e, sobretudo, esperançando mudanças e melhores rumos para o nosso país. Por fim, retomando à prática e o desenvolvimento da pesquisa, com base no que foi exposto até aqui, consideramos que os objetivos desse estudo de dissertação foram alcançados e que mesmo diante dos distintos impasses ocasionados pela pandemia do covid-19, sobretudo no que tange o processo de entrevistas no assentamento Florestan Fernandes e à pesquisa documental realizada junto ao INCRA, entendemos que os resultados alcançados responderam as questões norteadoras da pesquisa e contemplaram os objetivos específicos apresentados.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO TEMER: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?. **Revista OKARA : GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**. João Pessoa: v. 12, p. 308-325, 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO GOVERNO FHC E OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI. **Revista AGRÁRIA**. São Paulo: nº 1, p. 2-15, 2004.

ALVES, Cristiano. Anos 80: Usina Santa Maria em Areia – PB. **Alagoinha em Foco**. 2016. Disponível em: http://alagoinhaemfoco.blogspot.com/. Acesso em 21 de novembro de 2020.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; MALAGODI, Edgar. **O desenvolvimento territorial como abordagem para avaliação dos assentamentos de Reforma Agrária nas áreas de conversão produtiva**. UFCG/PB, 2001. 20p.

Art. 1º do Decreto 9.311 de 15 de março de 2018. **Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 15 de março de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9311.htm . Acesso em: 18 de julho de 2021.

Art. 2º do Decreto 9.309 de 15 de março de 2018. **Diário Oficial da União**. 16 de março de 2018. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=3&data=16/03/2018 . Acesso em: 18 de julho de 2021.

BANCADA ruralista tem poderes para derrubar ou manter presidentes**. Rede Brasil Atual**, São Paulo, 26 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/09/bancada-ruralista-tem-poderes-para-derrubar-ou-manter-presidentes/. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BARROS, Renata Costa de. UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. In: GONÇALVES, Claudio Ubiratan (Org.)**. ENSAIOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Materialidades e Expressões dos Conflitos Territoriais.** Aracaju: Editora ArtNer Comunicação, 2021. p. 93-109.

BARROS, Renata Costa. **Formação territorial e luta pela terra no Assentamento Florestan Fernandes – Pilões/PB**. 2017. 57f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

BORGES, Maria Celma. A HISTÓRIA RURAL ENTRE ROÇAS, POBRES DA TERRA E "A REFORMA AGRÁRIA QUE VIROU SUCO": Da América Portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O Campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas)**. Curitiba: CRV, 1ed. v. 02, p. 170-192, 2018.

Brasil de Fato, Brasília, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/12/22/miseria-desmonte-e-desemprego-os-12-meses-que-abalaram-o-brasil . Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Brasília: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2016**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416. Acesso em 13 de julho de 2020.

CANUTO, Antônio; SILVA LUIZ, Cássia Regina da; SANTOS, Paulo César dos. (Coords.). **Conflitos no Campo – Brasil 2018.** Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2018. 244 páginas.

CASTELLO BRANCO, André Luís de Oliveira. **A PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA NO PERÍODO DE 1994-2008**. 2008. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, 2008.

CASTILHO, Alceu Luís. A SERPENTE FORA DO OVO: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa/PB, v. 12, 2017, nº 2, p. 699-707.

CASTILHO, Alceu Luís. **O PROTEGIDO: Por que o país ignora as terras de FHC**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

COELHO, Fabiano. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Revista Diálogos**. Maringá: v. 20, p. 179-192, 2016.

Comissão Pastoral da Terra, 10 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5306-25-anos-do-massacre-de-corumbiara-ro . Acesso em 21 de janeiro de 2022.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018**. Brasília, v. 20, 2019.

COSME, Claudemir Martins. **RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO ASSENTADO EM UMA FORMAÇÃO TERRITORIAL MARCADA PELA CONTRARREFORMA AGRÁRIA: da luta pela terra a luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no sertão de Alagoas, Brasil**. 2019. 495 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Pilões, estado da Paraíba. Org. Mascarenhas, João de Castro et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11p. + anexos.

CUNHA recebeu R$ 1 mi para 'comprar' votos do impeachment de Dilma, diz Funaro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 de outubro de 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1927138-cunha-recebeu-r-1-mi-para-comprar-votos-do-impeachment-de-dilma-diz-funaro.shtml. Acesso em: 01 de junho de 2020.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente: NERA – Nucleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP, 2017.

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção: Petra Costa. Produção de Petra Costa, Tiago Pavan, Joanna Natasegara, Shane Boris. Brasil: Netflix, 2019. (122 minutos).

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Impeachment: Dilma faz discurso de defesa no Senado**. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P33vFjPeawg&t=1529s. Acesso em: 17 de junho de 2020.

FABRINI, Edmilson João. TERRITÓRIO, CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. **Revista da ANPEGE**. v. 7, n. 7, p. 97-112, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra.**Cultura Vozes**, v. 93, n.2, p. 1-9, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente; Ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva do governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 273-294.

GLIESSMAN, Stephen R. O conceito de Agroecossistema. In: _____. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 61-77.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em 31 de julho de 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos de Reforma agrária - Data Base INCRA 2017**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

INCRA. Assentamentos. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=referencia+de+site+abnt&oq=referencia+de+site&aqs=chrome.1.69i57j0i512l9.5679j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 . Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: ____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174 - 214.

Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. **Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 6 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm . Acesso em 18 de julho de 2021.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA : GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**. João Pessoa: v. 12, n. 02. p. 247-274, 2018.

MALUF, RENATO S. J. (org.) **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.
MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emilia R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e agricultura**, vol. 21, nº 2, pp. 332-358, outubro de 2013.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emília. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 02, p. 332-358, 2013.

MINISTRO do STF afasta Cunha do mandato e da presidência da Câmara. **G1**, Brasília, 05 de maio de 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html. Acesso em: 15 de junho de 2020.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; COSME, C. M. . Os governos federais do PSDB e PT, a luta pela terra e os assentamentos rurais no Brasil. In: **O campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (protagonistas da /na luta pela terra/territórios e das políticas públicas**. Curitiba. Editora CRV, v. 2, p. 309-346, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da**

Terra no Estado da Paraíba. 2008. 502f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; COSME, Claudemir Martins. Os governos federais do PSDB e PT, a luta pela terra e os assentamentos rurais no Brasil. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O Campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas)**. Curitiba: CRV, 1ed. v. 02, p. 246-272, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO EM TEMPOS DE GOLPE E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL. **Revista OKARA : GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**. João Pessoa: v. 12, p. 218-258, 2018.

MITIDIERO, Marco Antonio. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe**. Boletim DATALUTA, v. 114, p. 1-25, 2017.

MOLINA, Mônica Castagna; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2005. v. 1. 200p.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan Moreira. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Univeritária/ UFPB, 1997, 332p.

MORO derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça. **G1**, Paraná, 17 de março de 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html. Acesso em: 31 de maio de 2020.

NUNES, Pedro. **Democracia Fraturada: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a imprensa no Brasil**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, 162 p.

O Povo, Fortaleza, 26 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/26/no-governo-bolsonaro-duas-milhoes-de-familias-foram-a-extrema-pobreza.html . Aceso em: 24 de janeiro de 2022.

OITO conflitos entre Bolsonaro e moro**. Época**, Porto Alegre, 24 de abril de 2020. Disponível em: https://epoca.globo.com/brasil/oito-conflitos-entre-bolsonaro-moro-24390921. Acesso em 16 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA, Antonio Alberto. João Pedro Teixeira e as ligas camponesas paraibanas: desafios para a educação do campo. In: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). **A questão agrária no século xxi: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 487-501.

PERRY ANDERSON. Crisis em Brasil. In: GENTILI, Pablo; SANTA MARÍA, Víctor; TROTTA, Nícolas (Coord. Geral). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Buenos Aires: Octubre Editorial, 2016, p. 35-64.

PILÕES Paraíba-PB Histórico. Biblioteca do IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/piloes.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2020.

PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares do Assentamento São Francisco no município de Pilões - PB**. 165 f. 2011, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. - Florianópolis, SC, 2011.

POPULAÇÃO. IBGE, 2010. Disponível em: **https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/piloes/panorama**. Acesso em 26 de novembro de 2020.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Júlio C. de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas Qualitativas: referencias para a pesquisa em Geografia. In: MARAFON, Glaucio et all. **Pesquisa qualitativa em geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 23 – 36.

RODA VIVA. **Roda Viva | Michel Temer | 16/09/2019**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U&t=3005s. Acesso em: 13 de julho de 2020.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.** 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura: "chegou a hora de uma nova esquerda". **Outras Palavras**, São Paulo, 10 de maio de 2016. Disponível em: https://outraspalavras.net/sem-categoria/boaventura-chegou-a-hora-de-uma-nova-esquerda/. Acesso em: 13 de julho de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura: Contra o golpe parlamentar no Brasil. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 02 de junho de 2016. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/02/boaventura-contra-o-golpe-parlamentar-no-brasil/. Acesso em: 16 de junho de 2020.

SANTOS, Milton. O Espaço, um Fator? In: ____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 165-176.

SBT JORNALISMO. **Kennedy Alencar entrevista deputado Eduardo Cunha**. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9LW3ahxGU6Y. Acesso em: 02 de junho de 2020.

SENADO NOTÍCIAS. **Pedalada Fiscal**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal . Acesso em 19 de agosto de 2020.

STF decide que condução coercitiva é prática de regime de exceção**. Rede Brasil Atual**, São Paulo, 16 de junho de 2018. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/stf-decide-que-conducao-coercitiva-e-pratica-de-regime-de-excecao/. Acesso em: 30 de maio de 2020.

THOMAZ JR, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: _____. **Geografia passo-a-passo (ensaios críticos dos anos 90**). Presidente Prudente: Centelha, 2005, p. 31-39.

WELCH, Clifford Andrew. Governamentalidade: Agenda Oculta do Agrogolpe de 2016. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs). **Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe de 2016. O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas**. Curitiba, Editora CRV, p. 107-134, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTES DO PA FLORESTAN FERNANDES

1. QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES DE VIDA ANTES DO ASSENTAMENTO? (moradia, trabalho...).
2. COMO OCORREU A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS FLORESTAN FERNANDES? (se participou do processo, se houve ocupação, acampamento, conflito, importância do MST...).
3. COMO OCORREU A ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO? (construção de casas, escolas, projeto de agroindústria...).
4. COMO É A VIDA NO ASSENTAMENTO?
5. QUAIS AS ATUAIS CONDIÇÕES DE TRABALHO? (se vive da agricultura, trabalho alugado, assalariado, aposentadoria, outros...).
6. EM 15 ANOS DE ASSENTAMENTO COMO TEM SIDO O ACESSO AOS PROGRAMAS DE BENEFICIAMENTO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR? (as dificuldades de acesso, qual tipo de crédito, atuação dos governos – Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro).
7. LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS, QUAL TEM SIDO A ATUAÇÃO DO INCRA? (pensar os períodos dos governos).
8. EXISTE, ATUALMENTE, ALGUMA MOBILIZAÇÃO PARA AGILIZAR O PROCESSO DE TITULAÇÃO DOS LOTES? (Se é favorável, porque...).
9. TENDO EM VISTA A PARTICIPAÇÃP DO MST NO PROCESSO DE LUTA E CONQUISTA DA TERRA, QUAL FOI A CONTINUIDADE DA PARTICIPAÇÃO DESSE MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES? QUAL É O VÍNCULO ATUAL DOS ASSENTADOS COM O MST?
10. ACREDITA QUE A SAÍDA DO GOVERNO DILMA INTERFERIU NA RELAÇÃO COM O INCRA E COM O MST?
11. DIANTE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF, EM 2016, CONSIDERA QUE ESSE PROCESSO TENHA SE CONFIGURADO COMO UM GOLPE? EXPLIQUE.
12. ENQUANTO ASSENTADO, FOI POSSÍVEL SENTIR OS REBATIMENTOS DESSE PROCESSO? DE QUE FORMA?
13. NO RECORTE TEMPORAL DE 2016 A 2020, CONSIDERA QUE OS IMPACTOS FORAM POSITIVOS OU NEGATIVOS PARA AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NO CAMPO? O QUE MELHOROU OU PIOROU?
14. QUAIS SÃO OS MERCANISMOS DE RESISTÊNCIA E DE CONTINUIDADE DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO FLORSTAN FERNANDES?

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO NO PA FLORESTAN FERNANDES

MUNICÍPIO: PILÕES/PB
LOCAL:_____
DATA:___/____/2020
ENTREVISTADOR (A): RENATA COSTA DE BARROS
QUESTIONÁRIO No. _____

I – DADOS DO ENTREVISTADO(A) (dono(a) da casa (responsável ou esposo(a) do responsável pelo lote)

1. Nome:
_____
2. Em que ano nasceu ou quantos anos tem? _____
3. Onde nasceu: _____
4. Já morava na propriedade antes do Assentamento? : ❒ Sim ❒ Não
5. Se não, onde morava (município zona rural ou urbana) antes de vir morar aqui e em que trabalhava?
_____
6.Se trabalhava na agricultura, trabalhava em que condição? (parceiro (pagava o aluguel da terra com uma parte da produção), arrendatário (pagava o aluguel da terra em dinheiro ou com seu trabalho), assalariado, pequeno proprietário, posseiro, agregado, outro)
_____
7. No caso do arrendatário ou pequeno rendeiro pagar a renda com trabalho, como era feito esse acordo com o
proprietário?_____
7. O entrevistado estudou: ❒ Sim ❒ Não
7.1 Se sim, até que série: _____

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR ENTREVISTADO

1. Quantos filhos teve ? _____
2. Quantos filhos estão vivos?_____
3. Todos os seus filhos moram aqui com o(a) senhor(a)? ❒ Sim ❒ Não
4. Filhos, parentes e agregados que moram na casa por idade e sexo:

Nome	Condição de Parentesco	Idade	Sexo
1-_____	_____	_____	_____
2-_____	_____	_____	
3-_____	_____	_____	
4-_____	_____	_____	
5-_____	_____	_____	
6-_____	_____	_____	
7-_____	_____	_____	
8-_____	_____	_____	
9-_____	_____	_____	
10-_____	_____	_____	

5. Se algum(a) filho(a) saiu de casa por que saiu?
_____
_____
6.Com que idade saiu ou saíram de casa seu (s) filhos(s): _____
7. Para onde foi ou foram (estado, cidade):
_____

8. Onde se encontra(m) agora? _____
9 A saída do(a) filho(a) prejudicou o andamento dos trabalhos na atividade agrícola ou na terra: ❒ Sim ❒ Não
9.1 Se prejudicou, porque prejudicou?
_____
10. Quantas pessoas moram na casa do entrevistado: _____

III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA
1. Quantos hectares tem o lote? _____
2. Como é o tipo de solo do lote? _____ (ver se é bom ou ruim para a agricultura e porque)_____
3. Tem área sem solo só com rocha exposta: ❒ Sim ❒ Não
4. Como é a topografia do lote: ❒ toda plana ❒ondulada ❒ tem área de baixio ❒ área de várzea cortada por riacho ou rio?
Outro_____
5. Ordenamento territorial da unidade produtiva: levantar as benfeitorias existentes: ❒cocheira ❒galinheiro
❒ barreiro ❒barragem subterrânea ❒ depósito ❒ pocilga ❒cerca ❒silo ❒curral ❒açude ❒eletricidade ❒ poço ❒cisterna ❒cacimba
❒ Outros:
_____
6. Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada? ❒ Sim ❒ Não
6.1 Se sim, porque não pode ser aproveitada?
_____
7. O que a terra significa para o entrevistado?
_____
8. Qual a distância (em quilômetros) do estabelecimento rural para a sede do município onde está situado? _____

IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (no lote)
1. Hectares da terra do lote destinados ao cultivo de lavouras:_____
2. Quais as lavouras temporárias que cultiva? (ex: mandioca, feijão, fava, milho, batata-doce, cana-de-açúcar)_____
_____
3. Quais as lavouras permanentes que cultiva? (ex: banana)_____
4. Qual a lavoura mais importante:_____
4.1 Por quê?_____
_____
5. Nos últimos 4 anos a produção agrícola aumentou ou diminuiu?_____
6. Em qual período do ano o(a) sr.(a) prepara a terra para o plantio? _____
7. Quantos hectares plantou com lavoura em 2019?_____
8. Quantos hectares plantou com cada tipo de lavoura:_____
_____
9. Quanto colheu de cada lavoura (média por ano em kg):
_____
_____
10. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra de 2019? ❒ Sim ❒ Não
10.1 Se positivo, em que produto e qual a causa:
_____

11. Como é feita a preparação do solo para o plantio (em que consiste - etapas):
_____
_____
11.1 Verificar o tipo de instrumento usado: ❒ próprio ❒ alugado.
11.2 Instrumentos usados: ❒ enxada ❒ grade ❒ semeadeira/plantadeira ❒ cultivador ❒ trator ❒ outros:
_____
11.3 Se o trator ou qualquer instrumento é alugado: ❒ Sim ❒ Não
11.4 procurar saber a quem aluga:_____
11.5 Quanto paga pela hora:_____
12. Qual é o tipo de sistema de produção utilizado? ❒ tradicional ❒ orgânico
13. Qual o destino da produção: ❒ toda para o consumo ❒ parte para o consumo e parte para venda ❒ toda para a venda
13.1 A maior parte é para o consumo ou para a venda? ❒ consumo ❒ venda
_____
14. Qual o sistema de comercialização: ❒ vende ao consumidor na feira ❒ vende porta a porta ❒ vende ao atravessador ❒ outro _____
15. O clima foi favorável à agricultura em 2019? ❒ Sim ❒ Não 15.1 Se não, teve prejuízo? ❒ Sim ❒ Não
16. Que tipo de prejuízo já teve na agricultura?_____
_____
_____
17. Tem assistência técnica: ❒ Sim ❒ Não 17.1 Se tem, de quem:_____
17.2 Como é: ❒ permanente ❒ esporádica 17.3 Se esporádica, como e quando ocorre:
_____
17.4 Qual a importância ou os problemas da assistência técnica:
_____
_____
18. Procurar saber se cria. Se sim quantas cabeças : ❒bovinos N º__ ❒ caprinos, N º __❒ suínos N º___ ❒ ovinos N º____ ❒ aves Nº ___ ❒ outros:_____

18. Pedir para o entrevistado explicar o processo de comercialização do criatório_____
_____
❒ consumo exclusivo do leite pela família ❒ venda do leite
18.2 A quem vende:_____
18.3 Como vende:_____
18.4 A quanto vende o litro:_____
18.5 Quantos litros vende por mês: _____
19. Que tipo de ração dá aos animais?
_____
20. Como foram adquiridos os animais: ❒ financiados pelo Pronaf ❒ outra fonte de financiamento:_____, ❒ adquirido com recursos próprios ❒ ajuda de algum filho ❒ outros recursos:_____
21. Como financiou as lavouras: ❒ financiados pelo Pronaf ❒ outra fonte de financiamento:_____, ❒ adquirido com recursos próprios ❒ ajuda de algum filho ❒ outros recursos:_____

22. Procurar saber se o assentado já tomou dinheiro emprestado ao banco para a sua agricultura: ❒ Sim ❒ Não
22.1 Se sim, quando tomou emprestado?_____
22.2 Se sim, em que Banco:_____
22.3 Para que finalidade:
_____
22.4 Teve dificuldade para tomar o empréstimo? ❒ Sim ❒ Não
22.5 Qual foi a dificuldade:
_____
22.6 Procurar saber se teve dificuldade para pagar: ❒ Sim ❒ Não
22.7 Por quê:_____
23. Nos últimos 4 anos o acesso ao financiamento tornou-se mais fácil ou mais difícil? Explique.
_____
_____
24. Que máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção agrícola e pecuária? ❒ trator ❒ colheitadeira ❒ bomba para irrigação ❒ aspersor para irrigação ❒ caminhão ❒ carroça ❒ ensiladeira ❒ triturador
❒ debulhadeira de feijão ❒
outros:_____

24.1 Quais destes são próprios e quais são alugados ou emprestados:
Próprio:_____
Alugado:_____
Emprestado:_____

25. Usa algum tipo de adubo ❒ Sim ❒ Não Se sim, quais os tipos: ❒ orgânico ❒ químico
25.1 Em que usa:_____
25.2 Onde compra:_____
26. Quem orienta o uso e a compra?_____
27. Guarda semente de um ano para outro: ❒ Sim ❒ Não
27.1 Se compra, a quem compra:_____
27.2 Se recebe, de quem recebe:_____ 27.3 Como se dá o processo, recebe no tempo certo:_____
28. Utiliza remédio para os animais? ❒ Sim ❒ Não
28.1 Quem orienta como usar?_____,
28.2 Quem vacina os animais:_____ 28.3 Vacinou o ano passado? ❒ Sim ❒ Não
29 Usa veneno para combater as formigas? ❒ Sim ❒ Não 29.1 Se sim, que veneno usa:
_____
29.2 Onde compra:_____ 29.3 Quem orienta como usar?_____
29.4. Usa veneno para combater as pragas? ❒ Sim ❒ Não 29.5 Se sim, que veneno usa:_____
29.6 Onde compra:_____29.7 Para que tipos de pragas:
_____
29.8 Quem orienta como usar?_____
30. Usa herbicida para limpar o mato? ❒ Sim ❒ Não 30.1 Se sim, que herbicida usa:
_____

31. Utiliza a prática da irrigação? ❒ Sim ❒ Não 31.1 De que tipo: ❒ aspersão convencional ❒ gotejamento
❒ inundação ❒ micro-aspersão ❒ sistema mandalla ❒ outro:
_____
31.2 E em que culturas?_____
_____
32. O que faz o entrevistado para garantir a sobrevivência dos animais, a agricultura e a sobrevivência da família durante os períodos de seca?
_____
_____

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Trabalha na terra com a ajuda da família: ❒ Sim ❒ Não 1.1 Se sim, quem são os membros da família que trabalham na terra: ❒filho ❒ cônjuge ❒ outro parente:_____
2. Se trabalha com a ajuda da família, existe divisão de tarefas: ❒ Sim ❒ Não
3. Se trabalha com a ajuda da família, cada um tem seu roçado individual no lote e lucra com ele próprio: ❒ Sim ❒ Não
4. Contrata trabalhadores: ❒ Sim ❒ Não 4.1 Se sim, quando contrata:_____
4.2 Contrata para fazer que tarefas:
_____
4.3 Contratou em 2019? ❒ Sim ❒ Não 4.4 Se contratou, quantos trabalhadores contratou:
_____
4.4 Quando:_____ 4.5 Para fazer o quê:
_____ 4.6 De onde vêm os trabalhadores contratados?_____
4.7 Como é a forma de pagamento: ❒ por produção ❒ por diária ❒ por empreitada ❒ por tarefa ❒ outro: _____
_____
4.8 Contratou: ❒ mulheres e homens ❒ só homens ❒ só mulheres
4.9 Qual o valor da diária que foi paga aos trabalhadores
_____
5. Participa na comunidade de alguma produção em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.): ❒ Sim ❒ Não
5.1 Se sim, como se dá essa atividade:_____
6. É comum aqui no Assentamento as pessoas ajudarem umas às outras no trabalho na agricultura: ❒ Sim ❒ Não
6.1 Se sim, como se dá esse tipo de ajuda:_____
_____
_____
7. O senhor produz ou cria noutra terra além desta: ❒ Sim ❒ Não 7.1 Se sim, em que condição: ❒ parceiro
❒ proprietário de outra terra ❒arrendatário ❒ posseiro ❒ terra cedida ❒ trabalhador assalariado ❒ Outro
8. Se cria ou produz noutra terra em qualquer das condições acima, procurar saber o por quê:_____
_____
9 O que o leva a trabalhar noutra terra:_____
9.1 Se o (a) assentado (a) se assalaria procurar saber, em que atividade se

assalaria:_____
9.2 Por que se assalaria:
_____
9.3 Qual a época do ano em que trabalha no alugado:
_____
10 Em que lugar (município) trabalha no alugado:
_____
10.1 Detalhes do local onde trabalha: ❒ em lotes de vizinhos ❒ em terras de grandes proprietários ❒ em terras de pequnos proprietários ❒ Outros:
_____
11 Alguma outra pessoa da família que mora com o entrevistado também trabalha noutra terra: ❒ Sim ❒ Não
11.1 Se sim, em que condição: ❒ parceiro ❒ proprietário de outra terra ❒arrendatário ❒ posseiro ❒ terra cedida
❒ trabalhador assalariado ❒ Outro:_____
12. Além da atividade agrícola o(a) sr(a) tem outra atividade que não é agrícola: ❒ Sim ❒ Não
12.1 Se sim, qual é essa atividade: _____ 12.2 Por quê tem essa outra atividade:_____
_____
_____
13. Outra pessoa da família que mora com o entrevistado e trabalha no lote tem outro trabalho: ❒ Sim ❒ Não
13.1 Se sim, procurar saber qual:_____ 13.2 Onde:_____
13.3 Quanto ganha por mês:_____ 13.4 Por quê?_____
14. O entrevistado troca dias de serviço com outro assentado? ❒ Sim ❒ Não
15. Arrenda a sua terra? ❒ Sim ❒ Não, Porquê?_____
_____
15.1 Arrenda a terra de outros? ❒ Sim ❒ Não, Porquê?
_____
16. A renda do trabalho na terra (o que tira da terra)permite a sobrevivência da família? ❒ Sim ❒ Não, Se não, o que faz para complementar a renda?_____

V- POLÍTICAS PÚBLICAS (identificar as formas de recriação camponesa)
1. É beneficiado com algum programa social do estado: ❒ bolsa família ❒ programa do leite ❒ programa do pão ❒ um milhão de cisternas ❒ outro:_____
1.2 Se sim procurar saber como se dá ou se deu (caso das cisternas p. ex.) o benefício:_____
1.3 Para que é utilizado:
_____
1.4 Foi desligado de um desses programas nos últimos 4 anos? ❒ Sim ❒ Não (Se sim, procurar saber o motivo)
_____
2. Já tirou dinheiro do Pronaf: ❒ Sim ❒ Não 2.1 Se sim, quando (se possível especificar os anos):_____
2.2 Para quê:_____
2.3 Quem fez o projeto: _____ 2.4 Como funcionou:
_____

2.5 Pagou? ❒ Sim ❒ Não, 2.6 Se não pagou, explique a causa: _____
_____
2.10 Se nunca usou recursos do Pronaf, procurar saber os motivos:
_____
3. Atualmente está com algum crédito?
Qual?_____

VI- INTEGRAÇÃO DA FAMILIA NA COMUNIDADE, NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE

1. Participa da Associação do PA?: ❒ Sim ❒ Não
2. Gosta de viver aqui e de ser assentado (a): ❒ Sim ❒ Não 2.1 Por quê?_____
_____
3. Quais as principais dificuldades que o assentado enfrenta no município:
_____
_____
4. Sua família pratica alguma religião: ❒ Sim ❒ Não, 4.1. Se sim qual? _____4.2 Sempre foi a mesma:_____
5. Participa de algum grupo dentro do PA? (ex: grupo de mulhesres que produzem plantas medicinais; grupo de igreja; grupo de jovens; grupo de artesanato; grupo de cultura; etc...) ❒ Sim ❒ Não (se sim, especificar)
_____

VII – AGENTES EXTERNOS (identificar as formas de recriação camponesa)

1. Utiliza assistência técnica na atividade agropecuária: ❒ Sim ❒ Não
1.1 Se utiliza, quem presta assistência técnica:_____
1.2 Como avalia a assistência técnica:_____ 1.2 Se não utiliza, por quê:_____
2. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para os assentamentos? ❒ Sim ❒ Não
3. O STR do município tem atuado junto aos assentados deste PA? ❒ Sim ❒ Não
3.1. O (A) senhora é sindicalizado(o) ❒ Sim ❒ Não
3.1 Se o STR atua no PA como e em que atua:
_____
3.2 Qual a importância do STR para os assentados do PA?:
_____
4. Os políticos da região visitam/fazem reunião com os assentados ou lhes dão assistência: ❒ Sim ❒ Não
5. Como avalia a atual política do governo federal para o pequeno agricultor?_____
_____
6. Como avalia a política dos governos anteriores no que se refere ao apoio ao pequeno agricultor e ao investimento na agricultura familiar? (Especificar os governos PT, PMDB).
_____
_____

VIII - CONDIÇÕES DE VIDA

1. A casa em que mora é melhor ou pior do que a que vivia antes de vir para o PA?_____
2. Quantos cômodos tem sua casa? (exceto banheiro)?_____

3. Quantos cômodos tinha sua antiga casa? (exceto o banheiro)._____
4.A casa tem água encanada: ❒ Sim ❒ Não. E a que morava antes tinha água encanada? ❒ Sim ❒ Não
5. De onde vem a água de beber:_____
6 De onde vem a água para outro uso doméstico:
_____
7. A casa é ligada a rede de energia elétrica: ❒ Sim ❒ Não
8. Tem meio de transporte próprio: ❒ Sim ❒ Não. Se sim, foi adquirido antes ou depois do assentamento? ❒ Antes ❒ Depois
9. A casa tem banheiro? ❒ Sim ❒ Não Se sim, dentro ou fora da casa?

XI- RENDA (identificar elementos que caracterizam a recriação camponesa)
1. Quanto paga de energia elétrica por mês_____
2. Quanto paga de água por mês na casa onde mora:_____
3. E no sítio paga água para alguma coisa (através de carro pipa, ou outra forma de abastecimento)?
4. Se tem fogão a gás, quanto tempo passa com um botijão de gás?_____
5. Se o fogão é a lenha, compra a lenha? ❒ Sim ❒ Não
5.1 Se compra, quantos reais gasta por semana com lenha:_____
6. Usa carvão para cozinhar: ❒ Sim ❒ Não
6.1 Se usa quantos reais gasta por semana com a compra de carvão:_____
6.2. Quanto gasta na feira semanal ou mensal?(ver quanto gastou na semana anterior)_____
7. Quais são outras fontes de renda que o entrevistado tem? ❒ aposentadoria ❒ salário regular ❒ trabalho alugado ❒ serviço prestado ❒ atividade comercial ❒ remessa de familiar ausente ❒ outras
8. Alguém além do entrevistado que mora na casa recebe algum tipo de aposentadoria? ❒ Sim ❒ Não
Se sim esta aposentadoria ajuda na renda da família? ❒ Sim ❒ Não

ANEXO II – FRAGMENTOS DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PA FLORESTAN FERNANDES

4 – IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 - Denominação : Poções
4.2 - Área Registrada : 455,00 ha – registrada sob o n.º 544, às fls. do livro 3-B em 07.06.1972 e Matrícula sob n.º 03, fls. 41 do Livro 2-A
4.3 - Área Medida : ***310,1844 ha*** **(Trezentos e dez hectares, dezoito ares e quarenta e quatro centiares)**. A área foi medida com a utilização do equipamento G.P.S Explorer II. Obs: A Área total do imóvel é de 314,1894 ha, sendo excluído 4,0050 ha referentes a área de domínio da PB-087, ficando a área remanescente de 310,1844 ha).
4.4 - Perímetro : 7.725,68 m
4.5 - N.º de Módulos Fiscais : 12,40
4.6 - Módulo Fiscal do Município : 25,0000 ha
4.7 - Fração Mínima de Parcelamento : 4,0000 ha
4.8 - Código Cadastral do Imóvel : 210 064 001 244 - 9
4.9 - Localização e acesso ao imóvel :

O imóvel Poções está localizado fora da faixa de fronteira, no Município de Pilões–PB, Microrregião do Brejo Paraibano, à 118,0 km de João Pessoa, sendo o acesso principal feito pela BR-230, PB-073, PB-075, PB-077 e PB-87.

O acesso ao imóvel se dá partindo de João Pessoa pela BR-230 (asfalto) no percurso João Pessoa/Café do Vento; daí entra-se à direita pela PB-073 (asfalto) no percurso Café do Vento/Guarabira, passando pelas cidades de Sapé e Mari; chegando à Guarabira, toma-se a PB-075 (asfaltada) que liga Guarabira até Cuitegí. Partindo-se de Cuitegí, pela PB-77 (em terraplenagem) chega-se à Pilões, perfazendo um total de 117 Km. Da Sede do município até a sede do imóvel percorre-se 1,5 km através da PB-087 no trecho Pilões/Serraria, em terraplenagem. Outro acesso, se dá pela PB-079, com o percurso até a cidade de Areia e, daí até a cidade de Pilões. O acesso é considerado como muito bom considerando o tipo de estrada, a distância da sede do imóvel em relação à sede municipal e trafegabilidade durante todo o ano.

3.5 – VALOR TOTAL DO IMÓVEL

Então, podemos dizer que o valor para o imóvel em sua totalidade, pode ser qualquer valor que esteja compreendido no intervalo de R$ 1.235,78 (Limite Máximo) e R$ 1.087,30 (Limite Mínimo) que é chamado de campo de arbítrio, no nível de 80% de probabilidade. De acordo com a NBR 8799, o valor arbitrado pelo avaliador deve estar contido nesse campo de arbítrio.

Tendo o imóvel "avaliando" uma área medida e demarcada de 310,1844 (trezentos e dez hectares, dezoito ares e quarenta e quatro centiares) com o valor médio de R$ 1.161,54/ha (Hum mil, cento e sessenta e um reais e cinqüenta e quatro centavos), o preço atual de mercado do imóvel em totalidade é:

Valor Total do Imóvel: 310,1844 ha x 1.161,54 x 0,70 = **R$ 252.204,10 (Duzentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e quatro reais e dez centavos).**

OBS: No imóvel tem 45 famílias residindo com ancianidade com mais de 5 anos. Visto que esta é que determina a desvalorização do imóvel, aplicamos o fator de homogeneização, conforme o Manual de Obtenção de Terras. (Fator 0,70)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2004.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda São Marinho e Rodeador", com área de novecentos e cinqüenta e um hectares e vinte e sete ares, situado no Município de Irauçuba, objeto das Matrículas nºs 94, Ficha 01, Livro 2; 95, Ficha 01, Livro 2 e 96, Ficha 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Irauçuba, Estado do Ceará (Processo INCRA/SR-02/nº 54130.003313/2003-14);

II - "Fazenda Palmeiras", com área de setecentos e noventa e quatro hectares e setenta e seis ares, situado no Município de Formosa, objeto do Registro R-3-37.631, fls. 131, Livro 2-DU, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-28/nº 54700.001162/2003-58);

III - "Fazenda Paraíso", com área de mil, noventa e oito hectares, noventa e dois ares e vinte e dois centiares, situado no Município de Bom Jardim de Goiás, objeto dos Registros nºs R-2-709, fls. 24, Livro 2-C; R-6-30, fls. 30, Livro 2; AV-1-3.005, fls. 125, Livro 2-M e R-1-3.508, fls. 68, Livro 2-P, do Cartório de Registro de Imóveis de Bom Jardim de Goiás, Comarca de Aragarças, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.000687/2004-21);

IV - "Poções", com área de quatrocentos e cinqüenta hectares, situado no Município de Pilões, objeto da Matrícula nº 3, fls. 41, Livro 2-A, do Serviço Registral do Único Ofício da Comarca de Pilões, Estado da Paraíba (Processo INCRA/SR-18/nº 54320.000399/2003-96);

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária da Paraíba
3ª VARA

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Processo nº. 2005.82.00.11564-9 **Classe nº.** 15

Ao(s) 23 dia(s) do mês de setembro de 2005, nesta cidade, dirigimo-nos ao Município de Pilões, em cumprimento ao Mandado nº MDC.0003.002197-5/2005, expedido pelo(a) MM°(ª) Juiz(a) Federal da Seção Judiciária da Paraíba, nos autos da ação promovida pelo(a) INCRA contra , onde **PROCEDEMOS À IMISSÃO DE POSSSE** do(a) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA na posse do imóvel rural denominado "POÇÕES", situado no Município de Pilões, com área de 450,0000 ha, objeto da matrícula 3, do Livro 2 - A, às fls. 41, do Serviço Registral do Único Ofício da Comarca de Pilões, neste Estado.

E, para constar, lavramos o presente auto que, lido e achado conforme, é assinado por nós, Oficiais de Justiça Avaliadores e pelo representante da imitida, Sr.(a) Icléa Vasconcelos de França

TESTEMUNHAS

José Alves de Sousa

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Representante da Imitida
Cart. Ident. nº. 1593 OAB / PB.